



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

CAMPUS SERRA DA CAPIVARA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

MESTRADO ACADÊMICO

ANDERSON WALLECY RODRIGUES DE CARVALHO

**ENTRE PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E ARQUEOLOGIA: Uma análise qualitativa
dos Projetos Integrados de Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva
do sudeste do Piauí**

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2024

ANDERSON WALLECY RODRIGUES DE CARVALHO

**ENTRE PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E ARQUEOLOGIA: Uma análise qualitativa
dos Projetos Integrados de Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva
do sudeste do Piauí**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque/UNIVASF), *Campus* Serra da Capivara, como requisito para obtenção de título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Lessa Costa.

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2024

Carvalho, Anderson Wallecy Rodrigues de

C331e

Entre patrimônio, educação e arqueologia: uma análise qualitativa dos projetos integrados de educação patrimonial na arqueologia preventiva do sudeste do Piauí / Anderson Wallecy Rodrigues de Carvalho. – São Raimundo Nonato - PI, 2024.

142 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2024.

Orientador: Dr. Rodrigo Lessa Costa.

1. Educação patrimonial. 2. Arqueologia preventiva. 3. Projetos integrados de educação patrimonial. I. Costa, Rodrigo Lessa. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANDERSON WALLECY RODRIGUES DE CARVALHO

ENTRE PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E ARQUEOLOGIA: Uma análise qualitativa
dos Projetos Integrados de Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva
do Sudeste do Piauí.

Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Vale do São Francisco -
UNIVASF, *Campus Serra da Capivara*, como
requisito para a obtenção do título de Mestre
em Arqueologia.

Aprovado em: 26 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO LESSA COSTA
Data: 16/12/2024 12:26:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Lessa da Costa (PPArque-UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
 ANA LUISA MENESES LAGE DO NASCIMENTO
Data: 13/12/2024 17:10:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento (PPGARq-UFPI)

Documento assinado digitalmente
 ALENCAR DE MIRANDA AMARAL
Data: 12/12/2024 19:55:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral (PPArque-UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
 LEANDRO SURYA CARVALHO DE OLIVEIRA SILVA
Data: 13/12/2024 13:10:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leandro Surya Carvalho de Oliveira Silva (PPArque-UNIVASF)

Aos meus familiares e amigos,
pelo tempo que lhes devo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe pelo dom da vida e por ter sido tão presente, hoje eu sei o quanto foi difícil abdicar da sua carreira profissional para cuidar de mim e dos meus irmãos, o que fez muita diferença até o presente momento. Sinto que consigo suportar as dificuldades da vida e ter mais resiliência, pois não carrego traumas da minha infância, ao contrário disso, tenho saudosa lembrança do período formativo mais racional e humano que passei.

Da mesma maneira, agradeço imensamente ao meu irmão Aldemir e as minhas irmãs Aurea e Andressa pelos infindáveis momentos de confraternidade e amizade, atribuo a vocês boa parte do meu bem-estar emocional e das boas memórias do passado, bem como o privilégio de ter crescido, mesmo diante das dificuldades, em uma família grande e fraterna. Vocês serão sempre minha inspiração. Obrigado por tudo.

Semelhantemente, tenho a imensa gratidão pela minha companheira de viagem Nataliane, que nunca desistiu do nosso futuro comum e me presenteou com dois belos filhos, a Sofia e o Kauã, que são minha fonte de motivação diária para viver. Obrigado de coração. Estarei sempre ao seu lado.

Também agradeço ao apoio incondicional do meu sogro Nivaldo, da minha sogra Francisca, da Dona Maria (*in memoriam*) que nos deixou um legado gigantesco, da minha cunhada Ilane, do Ramon e de todos familiares e amigos que nos prestaram ajuda nos últimos anos. Tenho muito carinho por vocês.

Ao meu avô Osvaldo Tavares (*in memoriam*) e a minha avó Dezuíta Maria por toda sabedoria repassada, colhida através de décadas de vivência no sertão piauiense. Vocês se tornaram o maior exemplo de perseverança e obstinação ao criarem na terra da “Boa Esperança” um vínculo humano e material que não se esgota mesmo perante o distanciamento espacial e temporal. Obrigado por tamanha conexão.

Nessa jornada também agradeço aos meus colegas de mestrado, sem eles não existiria a turma 2022.1 do PPARque. Obrigado Sidimar, Drielly, Raissa, Malu, Léo, Flávia, Valentina, Maria Alda, Antônio, Ana Bueno, Marildes e Manu. Vocês são demais. Desejo saúde e sucesso a todos.

Aos docentes que fazem do PPArque um programa de pós-graduação a revelia dos padrões institucionais. Sou suspeito de falar desse colegiado pela imensa contribuição ao longo da minha formação acadêmica, por isso deixo aqui o meu sincero obrigado aos membros internos deste programa, aos professores Lessa, Alencar, Mageste, Surya, Mauro, Marcos, Neto, Bruno e as professoras Jaciara, Vanessa, Janaina, Gisele, Fátima e Ana Stela.

Do mesmo modo, agradeço ao meu orientador de longa data, o professor Rodrigo Lessa pela paciência, discussões, orientações, correções e apoio nessa jornada. Torço para que surjam mais trabalhos em conjunto. Além do professor Rodrigo, gostaria novamente de estender os meus cumprimentos aos professores Leandro Surya e Alencar Amaral pelos apontamentos na qualificação que moldaram esta pesquisa.

Além disso, foi imprescindível o trabalho desempenhado pelo corpo técnico da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Sou grato pelas diversas vezes em que fui atendido na biblioteca, no laboratório, na secretária e na copa. Fatalmente, esse trabalho só foi concluído devido à boa vontade de todos. Dessa maneira, fica aqui o meu agradecimento a Eliene, a Kênia, a Vilma, ao Salvador, ao Vinícius, a Raquel, as tias do cafezinho e ao Paulinho.

Por fim, estendo o meu apreço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) pela concessão da bolsa de mestrado, sem a qual, esta pesquisa seria irrealizável. Em suma, dedico esse trabalho as pessoas que apoiam o fazer científico na Arqueologia, tornando o patrimônio arqueológico um importante mecanismo de emancipação.

Afinal, como podemos nos eximir de refletir sobre “Educação Patrimonial”, se a própria expressão, que traz em si dois conceitos distintos, mas, ao mesmo tempo, relacionados, parece-nos conduzir, por um lado, para a transmissão e para a preservação de patrimônios esquecidos e, por outro, para a reflexão acerca do caráter simbólico desta transmissão como mecanismo de suspensão dos tempos e de cristalização da própria dinâmica do patrimônio.

Flávio Silveira & Marcia Bezerra, Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas, 2007.

RESUMO

A extroversão do conhecimento arqueológico é parte fundamental na realização das pesquisas tecno-científicas na área da Arqueologia. Dessa forma, no âmbito da Arqueologia acadêmica ou preventiva a Educação Patrimonial é frequentemente a ferramenta mais utilizada para o exercício dessa função tão significativa. Para que então possamos refletir sobre a sua aplicação é de suma importância analisar as estratégias e desdobramentos de como tem sido desenvolvida na Arqueologia Preventiva a contar da promulgação da Instrução Normativa Iphan nº 001 de 2015 e da Portaria Iphan nº 137 de 2016. Destacamos assim à legislação que trata o licenciamento ambiental e de maneira específica o licenciamento arqueológico normatizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em conformidade a isso, procuramos analisar os Projetos Integrados de Educação Patrimonial (PIEP's) indispensáveis nas pesquisas arqueológicas e nos estudos de impacto ambiental, enquanto mecanismo para disseminar a importância da preservação do patrimônio arqueológico e mitigar a sua destruição. Para tanto, a delimitação temporal e espacial dos PIEP's contemplou somente aqueles que aconteceram entre os anos de 2015 a 2022 e próximo do contexto arqueológico da Serra da Capivara, devido à normatização das pesquisas arqueológicas desse período pela IN/Iphan nº 001 de 2015 e pela relevância dessa região no cenário mundial da Arqueologia. A metodologia desta pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa, mas também contemplou um diagnóstico quantitativo do desenvolvimento da Arqueologia Preventiva no estado do Piauí. Dessa maneira, buscamos demonstrar a existência de processos multifacetados de Educação Patrimonial que se fundamentam na preservação de objetos e espaços arqueológicos e se integram a cultura imaterial dos grupos impactados pelas obras desenvolvimentistas, as quais avançam paulatinamente pelo sertão piauiense face ao potencial dessa região para o aproveitamento econômico da produção de energia eólica e solar.

Palavras-chaves: Projetos Integrados de Educação Patrimonial; Arqueologia Preventiva; Serra da Capivara.

ABSTRACT

Take the archaeological knowledge is to society is commonly a meaningful part of technical and scientific research in the field of Archaeology. Thus, within the scope of academic or Cultural Resource Management, Heritage Education is often the most widely used tool for exercising this significant function. In order to reflect on its application, it is of utmost importance to analyze the strategies and developments of how it has been developed in Cultural Resource Management since the enactment of Iphan Normative Instruction No. 001 of 2015 and Iphan Ordinance No. 137 of 2016. We thus highlight the legislation that deals with environmental licensing and specifically the archaeological licensing regulated by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (Iphan). In accordance with this, we seek to analyze the Integrated Heritage Education Projects (PIEPs) that are essential in archaeological research and environmental impact studies, as a mechanism to disseminate the importance of preserving archaeological heritage and mitigating its destruction. To this end, the temporal and spatial delimitation of the PIEPs included only those that took place between 2015 and 2022 and close to the archaeological context of Serra da Capivara, due to the standardization of archaeological research of this period by IN/Iphan No. 001 of 2015 and the relevance of this region in the global scenario of Archaeology. The methodology of this research started from a qualitative approach, but also included a quantitative diagnosis of the development of Cultural Resource Management in the state of Piauí. In this way, we seek to demonstrate the existence of multifaceted processes of Heritage Education that are based on the preservation of archaeological objects and spaces and are integrated into the intangible culture of the groups impacted by the developmental works, which gradually advance through the Piauí hinterland in view of the potential of this region for the economic use of wind and solar energy production.

Keywords: Integrated Heritage Education Projects; Cultural Resource Management; Serra da Capivara.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema contratual apresentado por Solange Caldarelli & Maria do Carmo dos Santos (2000).	36
Figura 2 – Quadro de exigências por nível de empreendimento para cada tipologia de bens acautelados em âmbito nacional	39
Figura 3 – Imagem da tabela em Excel com informações sobre as autorizações de pesquisas arqueológicas no Brasil (1991-2023).....	61
Figura 4 – Filtragem na coluna “Unidade/Iphan”.	62
Figura 5 – Filtragem na coluna “Natureza” da pesquisa arqueológica.	63
Figura 6 – Filtragem sobre a coluna “Nível (IN-IPHAN n.º 1/15)”.....	64
Figura 7 – Filtragem sobre a localização municipal dos projetos por mesorregiões do Piauí.	65
Figura 8 – Filtragem por municípios pertencentes e adjacentes ao Território Serra da Capivara.	66
Figura 9 – Interface da plataforma virtual do SEI/Iphan.	67
Figura 10 – Interface do SEI/Iphan para a pesquisa documental realizada por meio dos <i>links</i> de acesso no canto esquerdo do monitor.....	68
Figura 11 – Processos repetidos na tabela de autorizações de pesquisas arqueológicas disponibilizada pelo Iphan.....	69
Figura 12 – Ficha de caracterização de atividade anexada ao RIEP do Complexo Eólico Lagoa do Barro III.	85
Figura 13 – Atividades previstas no PIEP dos Parques Eólicos e LT Oitis.	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultado sobre a natureza da pesquisa arqueológica no estado do Piauí.	63
Gráfico 2 – Ações interativas realizadas no PIEP do Parque Solar Nova Olinda.....	79

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios filtrados na tabela de dados para a seleção dos PIEP’s no Território Serra da Capivara.	66
--	----

Mapa 2 – Poligonal do Parque Solar Nova Olinda por unidades de monitoramento arqueológico.....	73
Mapa 3 – Poligonal do Complexo Eólico Lagoa do Barro III	81
Mapa 4 – Poligonal do Parque Eólico Oiti 8, no município de Dom Inocêncio – Pl...87	
Mapa 5 – Localização do Complexo Eólico Dom Inocêncio.	92
Mapa 6 – Poligonal da LT 500 kV Dom Inocência - Queimada Nova II.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos identificados para a análise.	68
Tabela 2 – Descrição de atividades interativas e público participante de acordo com o RIEP do Parque Solar Nova Olinda.	76
Tabela 3 – Descrição de atividades interativas e público participante de acordo com o RIEP da LT 500 kV Dom Inocêncio - Queimada Nova II.	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Arqueologia de Contrato
ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
APP	Área de Preservação Permanente
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial
CEPPS	Centro de Educação Patrimonial Ponta da Serra
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DDS	Diálogo Diário de Segurança
DOU	Diário Oficial da União
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EP	Educação Patrimonial
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade
IN	Instrução Normativa Iphan nº 001, de 25 de março de 2015
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
LT	Linha de Transmissão
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIPA	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico
PAPIPA	Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico
PARNA	Parque Nacional
PBA	Plano Básico Ambiental
PcD	Pessoas com Deficiência
PGPA	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico
PIEP	Projeto Integrado de Educação Patrimonial
RAIPA	Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico

RAPIPA	Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico
REPEP	Rede Paulista de Educação Patrimonial
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RIEP	Relatório Integrado de Educação Patrimonial
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCA	Termo de Compromisso do Arqueólogo
TCE	Termo de Compromisso do Empreendedor
TRE	Termo de Referência Específico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: APLICAÇÃO DO CONCEITO PARA A ARQUEOLOGIA	20
2.1	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: EXPRESSÃO E PRÁTICAS	24
2.2	ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO BRASIL E A INCORPORAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SEU ESCOPO LEGAL.....	33
2.3	ALGUNS PRESSUPOSTOS E VIESES DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA PARA A INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE	42
3	DISCUSSÕES CONCEITUAIS E PRINCÍPIOS PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	47
3.1	DEMAIS ASPECTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	54
4	O CAMINHO PERCORRIDO COM A PESQUISA QUALITATIVA PARA A SELEÇÃO E ANÁLISE DOS PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (PIEP's).....	58
4.1	IDENTIFICAÇÃO DOS PIEP's A PARTIR DAS AUTORIZAÇÕES DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO BRASIL.....	60
5	ANÁLISE QUALITATIVA DOS PIEP'S NA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA DO SUDESTE DO PIAUÍ	70
5.1	PIEP I – PARQUE SOLAR NOVA OLINDA 1-14	71
5.2	PIEP II – COMPLEXO EÓLICO LAGOA DO BARRO III	80
5.3	PIEP III – PARQUES EÓLICOS E LT OITIS.....	86
5.4	PIEP IV – COMPLEXO EÓLICO DOM INOCÊNCIO	91
5.5	PIEP V – LT 500 KV DOM INOCÊNCIO - QUEIMADA NOVA II.....	96
5.6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	102
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	107
	RELATÓRIOS TECNOCIENTÍFICOS CONSULTADOS	115
	ANEXOS	117

1 INTRODUÇÃO

A extroversão do conhecimento arqueológico é essencial durante e após a realização das pesquisas tecno-científicas na área da Arqueologia. Seja no âmbito da Arqueologia acadêmica ou preventiva a Educação Patrimonial é frequentemente a ferramenta mais utilizada para o exercício dessa função tão significativa, principalmente pelo reconhecimento da relevância social das pesquisas arqueológicas a partir do estabelecimento de normas que regem seu funcionamento.

Logo, concordamos com Carla Carneiro (2014, p. 446) ao afirmar que “uma das esferas mais difundidas com relação à interface Arqueologia / Sociedade refere-se à Educação Patrimonial”. Todavia, ainda são incipientes as iniciativas que buscam se aprofundar nessa interface. Em decorrência disso, este trabalho se debruça sobre a aplicação da Educação Patrimonial na Arqueologia, mais precisamente no ramo da Arqueologia Preventiva, devido ao expressivo volume de pesquisas arqueológicas desenvolvidas nessa área.

Especificamente, a aplicabilidade da Educação Patrimonial na Arqueologia está relacionada à obrigatoriedade do uso do patrimônio arqueológico para fins científicos, culturais e educacionais, sendo necessário para estreitar os laços entre a preservação deste patrimônio e a salvaguarda das demais dimensões patrimoniais junto à sociedade civil. Com isso, busca-se fomentar a proteção do patrimônio cultural e arqueológico pela sua relevância histórica e informativa, que são ampliadas em razão do seu caráter público, político e simbólico (Santana Oliveira, 2014).

Apesar da sua importância histórica e proteção jurídica, no Brasil o patrimônio arqueológico é sistematicamente desprezado, rejeitado e significativamente ameaçado¹ (Barreto, 1999; Guidon, 2007; Cardoso, 2013). Como esse patrimônio muitas vezes está relacionado a um passado pré-colonial, que na sua grande extensão é o resultado da trajetória histórica de populações indígenas do passado, sua salvaguarda tem sido sumariamente ignorada pela sociedade brasileira, o que expõem o profundo apego da nossa cultura com a herança colonial e aos valores eurocêntricos².

¹ “O desafio é tentar entendê-lo em uma época em que, paradoxalmente, nunca houve tantos arqueólogos, mas também em que ele nunca esteve tão ameaçado” (Neves, 2015, p. 15).

² Isso também reflete no baixo incentivo na área cultural deste país.

Além disso, historicamente a Arqueologia brasileira se manteve como prática exclusiva da classe intelectual em seus domínios de pesquisa (essencialmente universidades e museus nacionais³), compondo inicialmente um campo de estudo denominada por Lúcio Menezes Ferreira (2010)⁴ como Arqueologia Nobiliárquica, durante o período da primeira república (1889 - 1930).

Sem conseguir fugir da sua excentricidade, manteve um distanciamento intransponível da sociedade nacional no decorrer do século XX. Na segunda metade desse período⁵, os esforços foram mais centrados na realização das pesquisas arqueológicas de campo e de laboratório, com extenso levantamento de dados sobre as antigas ocupações do território brasileiro, principalmente através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), entre os anos de 1965 a 1970.

Segundo Carlúcio Baima (2016, p. 34), o Pronapa foi significativo nessa época para fortalecer o caráter científico das pesquisas arqueológicas e para a formação de novos profissionais. Contudo, o projeto não adentrou de forma clara nas questões públicas da Arqueologia⁶, muito em função do contexto histórico vivenciado e do posicionamento dos seus idealizadores diante do Regime Militar de 1964⁷.

Para Jorge Eremites de Oliveira (2002), a Arqueologia brasileira da década de 1980 ao início do século XXI assumiu uma postura pessimista frente aos seus

³ Como será visto mais adiante, a gênese das ações educativas voltadas para o patrimônio também nos remete ao âmbito museal (Cardoso, 2013, p. 28).

⁴ Território Primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Texto resenhado por Cristina Barreto. Revista de Arqueologia. Volume 24. N. 2: 124-131, 2011.

⁵ Nesse ponto, é importante destacar que depois da década de 1960, os arqueólogos amadores foram impedidos de realizarem pesquisas arqueológicas, sendo acusados de destruir os sítios arqueológicos por promoverem escavações sem o devido rigor científico (Prous, 1992 *apud* Santana Oliveira, 2014, p. 38). Segundo o entendimento do arqueólogo Jaime de Santana Oliveira (2014, p. 38) a formalização da Arqueologia pelos centros acadêmicos e a criminalização dos arqueólogos amadores prejudicou o desenvolvimento de uma Arqueologia mais pública, pois desqualificou iniciativas que poderiam ter impulsionado inúmeras relações com o patrimônio arqueológico. No entanto, conforme destacado pelo próprio autor, observa-se constantemente o ingresso na Arqueologia de pessoas que visam apenas atender os interesses pessoais e econômicos. Portanto, nesse cenário, entre outros motivos, prevalecerá uma noção formal na Arqueologia brasileira regida pelo Estado por meio das prerrogativas do Iphan.

⁶ Entendemos que as questões públicas da Arqueologia envolvem os trabalhos que tratam os contextos arqueológicos a partir dos seus aspectos sociais, culturais, ecológico, político e econômico, com objetivos de envolver outros agentes na gestão desses bens. E de maneira fulcral, visam colaborar e pesquisar a interação do conhecimento arqueológico científico no senso comum.

⁷ Funari (2013, p. 24 *apud* Baima, 2016, p. 34) faz duras críticas ao Pronapa, pelo fato desse programa ter contribuído para o controle estratégico de áreas do território nacional no contexto da Guerra-Fria, e por ter promovido, mediante postulados reacionários e anti-humanista, a discriminação dos povos indígenas, responsabilizando essas populações pela pobreza social do Brasil.

resultados. Nesse tempo, os poucos especialistas da área se tornaram cientistas sociais que não interagiam com a sociedade em que viviam. Todavia, esse quadro mudou paulatinamente com a introdução de novas perspectivas teóricas (ver também Mageste *et al.*, 2018), e o pensamento crítico sobre o caráter público e político da Arqueologia nacional.

Contemporaneamente, outro importante movimento para estreitar os laços com a sociedade civil na proteção do patrimônio arqueológico foi à criação de cursos acadêmicos de Arqueologia no âmbito do REUNI⁸ e da abertura de novas vagas nas universidades públicas para esses profissionais, em virtude, sobretudo, da ampliação do mercado de trabalho para a Arqueologia Preventiva com a publicação da Portaria Iphan nº 230, de 17 de dezembro de 2002, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁹; demanda também gerada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁰.

De maneira geral, a regulamentação das pesquisas arqueológicas no licenciamento ambiental foi o resultado direto de intensos processos do final do século XX, pautado por questões sociais e ambientais que colocavam em discussão o desenvolvimento predatório e desenfreado das economias globais, suprimindo todos os ecossistemas e a diversidade cultural do planeta e, conseqüentemente, arriscando o futuro da própria humanidade (Caldarelli & Cândido, 2017).

Frente a essas ameaças, ainda na década de 1980 foram efetivados no Brasil os processos relacionados às licenças ambientais que o poder público deveria emitir para os grandes projetos desenvolvimentistas do país, a exemplo de obras de infraestrutura na área de transportes (ferrovias, rodovias, portos e aeroportos), mineração (extração de matéria-prima), geração de energia (usinas hidrelétricas, fotovoltaicas e eólicas) e transmissão (subestações, linhas de transmissão, gasodutos e oleodutos), tudo perante a Avaliação de Impacto Ambiental¹¹, exigido

⁸ Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

⁹ Autarquia responsável por emitir autorizações e pareceres técnicos das pesquisas arqueológicas em todo território nacional.

¹⁰ “O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, como uma estratégia que propunha como objetivos a promoção do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Para favorecer as condições de desenvolvimento do país, o PAC criou um conjunto de instrumentos para viabilizar maciços investimentos voltados à execução de projetos de infraestrutura para atender a todas as regiões brasileiras” (Nunes, 2018, p. 381).

¹¹ Na esteira dos movimentos sociais pela consolidação do processo democrático brasileiro no final da década de 1980, para superar a então ditadura militar de 1964, ocorreu à materialização de normas jurídicas que estabeleceram regras para o aproveitamento econômico de recursos naturais e

pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)¹² por meio da elaboração dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Nesse contexto, a Arqueologia de Contrato, importante para a expansão da prática arqueológica no meio empresarial, foi estabelecida mediante parceria público-privada que teve como objetivo assegurar a preservação do patrimônio arqueológico nos processos ligados a Avaliação Ambiental. Assim, foi criado subsídio para a edição da Portaria Iphan nº 230 de 2002 e a compatibilização das etapas da pesquisa arqueológica as fases dos Estudos de Impacto Ambiental.

Consequentemente, os trabalhos arqueológicos além de apresentarem como resultado a documentação do usufruto do patrimônio arqueológico para fins científicos, culturais e educacionais, conforme preconizado pela Portaria Iphan nº 07 de 1988, deveriam desenvolver, a partir da Portaria Iphan nº 230/2002 (artigo 6º § 7º), programas de Educação Patrimonial.

Posteriormente, esse panorama também foi alterado pela Instrução Normativa (IN) nº 001, de 25 de março de 2015, que revogou a Portaria Iphan nº 230/2002. Nesse novo documento é exigido o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP) para os empreendimentos classificados em níveis de média a alta interferência sobre as condições vigentes do solo, com grandes áreas de intervenção e limitada ou inexistente flexibilidade para alteração de localização e traçado.

Diante disso, salientamos que a expansão do entrelaçamento entre a Arqueologia e a Educação Patrimonial se deve, nesse cenário, aos instrumentos jurídicos que permeiam as pesquisas arqueológicas no licenciamento ambiental; acrescentamos ainda que essa interface decorre, mesmo que indiretamente, das

que regem, até os dias atuais, os procedimentos que minimizam o impacto ambiental de obras de construção civil ou empreendimentos com alto potencial de causar danos irreversíveis aos biomas brasileiros e a estrutura socioeconômica das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, sertanejas e tantas outras. Frente a esse assunto, Claudio Siqueira (2014, p. 15) destaca que a legislação brasileira “determinou que todo empreendimento que viesse provocar impactos definitivos ao ambiente fosse submetido, antes de sua implantação, aos chamados “Estudos de Impacto Ambiental”. Estes estudos envolvem diferentes áreas de conhecimento, e a equipe necessita contar com especialistas como biólogos, geólogos, antropólogos, além de arqueólogos”.

¹² “Foi a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente [Lei 6.938 de 1981] que criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), ao qual compete, entre outras coisas, segundo o art. 8º, estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; determinar a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências [sic] ambientais de projetos públicos ou privados, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, e estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais” (Caldarelli & Santos, 1999, p. 55).

publicações e políticas patrimoniais adotadas pelo Iphan¹³, historicamente o principal ente federativo de promoção, regulamentação e fiscalização da esfera cultural do país.

Ademais, existem implicações que advêm tanto da atuação dos profissionais da área como das organizações da sociedade civil. Assim, além da preocupação em preservar o passado brasileiro por meio dos suportes materiais e de documentar toda e qualquer evidência relevante da nossa herança comum, tem-se a necessidade da preservação da diversidade cultural brasileira, cujos estigmas se estendem para além da cultura material e daquilo que é elaborado pelas mãos humanas, ou seja, são as expressões culturais comumente denominadas de patrimônio imaterial.

Em vista disso, procuramos analisar os Projetos Integrados de Educação Patrimonial conforme determina a IN/Iphan nº 001/2015¹⁴, com intuito de verificar como esses projetos estão integrando o patrimônio arqueológico aos demais bens acautelados em âmbito nacional¹⁵, especialmente nas pesquisas de Arqueologia Preventiva no estado do Piauí. Entendemos que esses projetos são importantes fontes de informação para analisar as estratégias arqueológicas nesse sensível campo, uma vez que são diretamente influenciadas pelas concepções científicas, metodológicas e até ideológicas dos (as) arqueólogos (as) envolvidos (as) nesse ramo de atividade.

Dada essas características (de sensibilidade e relevância) a seleção dos PIEP's se limitou aos processos submetidos à Superintendência do Iphan do estado do Piauí. Essa seleção ocorreu por meio de pesquisa documental na base de dados do Sistema Eletrônico de Informações do Iphan (SEI/Iphan)¹⁶, envolvendo os processos de licenciamento ambiental em que essa Superintendência foi solicitada a participar a partir da publicação da IN/Iphan nº 001/2015 até o ano de 2022, quando

¹³ Ainda que essas políticas atinjam também outras formas de apresentar e discutir o patrimônio cultural brasileiro para além da Arqueologia, por meio do patrimônio histórico, arquitetônico e imaterial.

¹⁴ “Art. 43. Para os fins desta Instrução Normativa entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados” (IN, 2015, p. 16).

¹⁵ Além do arqueológico, o Iphan reconhece os Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados como os demais bens acautelados em âmbito federal.

¹⁶ A partir do número identificador de cada processo nesse sistema, foi possível fazer uma extensa pesquisa documental acerca dos Projetos e Relatórios Integrados de Educação Patrimonial, como será visto no capítulo 3 sobre a metodologia da pesquisa.

se iniciou este trabalho. Desse modo, os processos autorizados posteriormente não foram considerados neste estudo.

Outro crivo ponderado para a seleção acima foi à proximidade geográfica com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara, localizado na região sudeste do Piauí. Segundo Niède Guidon (2007), esse parque é considerado um modelo de preservação do patrimônio arqueológico que se encontra ameaçado¹⁷. Dessa forma, entendemos que os PIEP's também favorecem a preservação e valorização do patrimônio arqueológico protegido pelo Parque da Serra da Capivara e também pelo PARNA da Serra das Confusões.

Após a identificação dos PIEP's nos processos ligados ao licenciamento arqueológico, os mesmos foram analisados através da descrição textual pelos pressupostos da pesquisa qualitativa, utilizando modelo padronizado para sistematizar as ações desencadeadas no território da Serra da Capivara a partir das pesquisas arqueológicas preventivas. De maneira geral, essa análise permitiu delimitar o perfil dos PIEP's influenciados pelas discussões patrimoniais e pelas normativas do Iphan.

Assim, os principais objetivos desse trabalho foram: (1) apresentar os princípios teóricos e conceituais do campo da Educação Patrimonial que contribuem e realçam a importância da preservação do patrimônio arqueológico e demais bens acautelados em âmbito federal; (2) localizar e analisar os PIEP's a partir da quantificação dos processos ligados à Arqueologia Preventiva no estado do Piauí; e (3) refletir acerca das abordagens da Educação Patrimonial para contribuir com o desenvolvimento desse campo e possibilitar que essa prática também seja instrumentalizada para o fortalecimento das localidades impactadas pelo desenvolvimento econômico deste país, que avançam paulatinamente pelo semiárido piauiense com a construção de usinas fotovoltaicas, eólicas e linhas de transmissão de energia elétrica.

¹⁷ “O Parque Nacional Serra da Capivara foi instituído como Unidade de Conservação – UC no ano de 1979 por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e incluído em 1991 na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, devido à presença de inúmeros sítios arqueológicos de registro rupestres que evidenciam a antiguidade da presença humana na região, há pelo menos 60.000 anos. Em 1993, o PARNA da Serra da Capivara foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como Patrimônio Nacional, como consta do Processo de Tombamento nº 1322-T-92” (Luz, 2012, p. 16 e 17 *apud* Saberes Consultoria Ltda, 2018, p. 29 e 30).

Dessa maneira, optamos pela divisão deste trabalho em cinco capítulos. Na primeira parte, “Educação Patrimonial: aplicação do conceito para a Arqueologia” foi agenciada uma discussão que contemplou a historicidade multifacetada da Educação Patrimonial atrelada à evolução do conceito de patrimônio cultural e ao contexto político brasileiro e histórico do Iphan, buscando as principais conjunturas que motivaram a construção epistêmica entre a Educação Patrimonial e a Arqueologia brasileira.

No segundo capítulo, “Discussões conceituais e princípios para a Educação Patrimonial”, apresentamos os atuais debates que permeiam esse campo em atendimento a alguns fundamentos comumente propagados para a preservação do patrimônio cultural, entre eles destaca-se a transversalidade, a dimensão política, o respeito à diversidade, a interlocução, a autonomia e a centralidade dos sujeitos. Enfatizamos ainda as diferentes vertentes que podem conduzir essa prática, conforme pressupostos dos autores e participantes desse processo.

Já o terceiro capítulo, “O caminho percorrido com a pesquisa qualitativa para a seleção e análise dos Projetos Integrados de Educação Patrimonial (PIEP’s)”, está direcionado para a exposição da metodologia aplicada nesta pesquisa, com foco na identificação dos PIEP’s a partir das autorizações de pesquisas arqueológicas no Brasil.

No quarto e último capítulo, intitulado “Análise Qualitativa dos PIEP’s na Arqueologia Preventiva do Sudeste do Piauí”, descrevemos de forma sistemática esses projetos por meio da caracterização do empreendimento, público participante, objetivo, metodologia, justificativa, ações interativas e as avaliações realizadas pelos autores dos PIEP’s. Dessa maneira, foram sintetizados os elementos documentais que validaram esses projetos perante o Iphan e endossaram a anuência ambiental deste órgão aos licenciamentos pleiteados.

Baseado nessa estrutura, trazemos um panorama da Educação Patrimonial na Arqueologia brasileira, dispondo como recorte e ponto de partida os PIEP’s desenvolvidos no território da Serra da Capivara por meio da Arqueologia Preventiva. Por fim, apresentamos nossas considerações finais e defendemos a possibilidade da continuação deste trabalho mediante outros mecanismos de avaliação, ampliando o arcabouço analítico proposto inicialmente por Carlúcio Baima (2016), replicado aqui por uma abordagem qualitativa.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: APLICAÇÃO DO CONCEITO PARA A ARQUEOLOGIA

Até a formalização dos processos administrativos pelo Iphan para a obtenção das licenças ambientais por meio da Portaria nº 230 de 2002, os antecedentes da Educação Patrimonial para a preservação do patrimônio arqueológico remetiam majoritariamente ao âmbito museal. Embora essas instituições contribuíssem para a musealização da Arqueologia, historicamente deram pouca visibilidade aos vestígios arqueológicos, colaborando para uma estratigrafia do abandono¹⁸ (Bruno, 2014).

Esse panorama pode esclarecer a ausência de postulados vindos do próprio campo arqueológico para auxiliar no desenvolvimento sistemático de programas de Educação Patrimonial a partir da Portaria 230/2002, contando apenas com o aporte teórico e metodológico do Guia Básico de Educação Patrimonial publicado no final da década de 1990 pelo Museu Imperial em parceria com o Iphan (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999)¹⁹.

Até aquele momento, as propostas de Educação Patrimonial na fase dos estudos arqueológicos para a obtenção das licenças ambientais partiam da aplicação exclusiva do método pedagógico do ensino formal para a transmissão do arcabouço informativo da ciência arqueológica, ou seja, estava pautado exclusivamente na doutrina escolar pronta e acabada.

Perante esse quadro epistêmico engessado, possivelmente não houve a participação da classe de trabalhadores de Arqueologia na elaboração da Portaria Iphan nº 230/2002, muito menos na idealização da exigência de projetos educacionais para tratar da relevância do patrimônio arqueológico na formação cidadã dos jovens brasileiros, a exemplo do que acontecia na região da Serra da Capivara e em outros contextos²⁰ (Bucu, 2014).

¹⁸ “A história dos museus brasileiros evidencia um papel de coadjuvante para a Arqueologia, que vem sendo lentamente alterado nos últimos anos. Os dois séculos de museus no Brasil permite verificar que, em um primeiro momento, os acervos arqueológicos ficaram misturados com as coleções de história natural, depois foram sufocados pelas coleções etnográficas e mais tarde desapareceram em função dos museus de história e de arte. A própria história da cultura brasileira, que construiu uma estratigrafia do abandono em relação aos povos nativos, contribuiu para essa visão equivocada dos bens patrimoniais pré-coloniais” (Bruno, 2014, p. 13).

¹⁹ Para Claudio Siqueira (2014, p. 7), “as cartas patrimoniais, artigos, simpósios e discussões acerca da prática da Educação Patrimonial (EP) podem fornecer uma meta idealizada, porém, nenhum dispositivo assegura, de fato, que seja desenvolvido um programa eficaz”.

²⁰ Além do exemplo da Serra da Capivara, podemos citar a Arqueologia desenvolvida no Sambaqui da Beirada, na cidade litorânea de Saquarema no estado do Rio de Janeiro, mesmo sem a exigência

Apesar da pouca representatividade da classe de arqueólogos (as) à época, reduzido principalmente aos centros acadêmicos, as instituições museais e ao corpo profissional de algumas empresas privadas, é importante destacar que seus trabalhos estavam sendo sistematicamente apresentados nas reuniões científicas e congressos promovidos pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) desde a década de 1980, e poderiam ter contribuído para a diversificação das abordagens em torno dos projetos educativos e culturais.

Contudo, a promulgação da Portaria Iphan nº 230/2002 foi um importante marco regulatório do mercado empresarial para a Arqueologia, levando a crescente demanda e oferta de cursos de graduação em Arqueologia por todas as regiões do país²¹ (Bezerra, 2008), especialmente na região Nordeste (ver Gaspar *et al.*, 2020), possibilitando a formação de novos profissionais que colaborariam com novas perspectivas para esse campo.

Ocasionalmente, foi iniciado na academia um interesse em ocupar esse espaço através de uma vertente teórica metodológica própria, representada pelos trabalhos em Arqueologia Pública, que buscaram estabelecer um amplo diálogo com o público geral frente aos desafios da preservação e valorização dos contextos arqueológicos, ao longo do desenvolvimento das pesquisas acadêmicas e preventivas²² (Andrade Lima, 2007; Bezerra, 2011; 2012; 2013; 2015).

Tal corrente preocupou-se principalmente com a inserção das comunidades locais na gestão compartilhada dos bens arqueológicos, mesmo em situações em que havia um claro desinteresse pelo patrimônio discutido e apresentado. Como resultado, a extroversão do conhecimento arqueológico na Arqueologia Preventiva acabaria por expor um inconformismo entre as nuances da Arqueologia Pública (defendida pelos acadêmicos) e a obrigatoriedade dos trabalhos de Educação Patrimonial (pragmático e obrigatório).

da legislação, destaca-se o esforço das arqueólogas para criarem um museu arqueológico a céu aberto no intuito de revitalizar a relação que os moradores locais tinham com o sítio arqueológico Sambaqui da Beirada (Lima, 2000).

²¹ Segundo Bezerra (2008, p. 151): “O *boom* de criação desses (...) cursos de graduação em Arqueologia se dá por duas vias diretamente ligadas à agenda político administrativa do atual governo: o desenvolvimentismo (agravado pelo PAC) e o REUNI. O primeiro provocou a necessidade de profissionais para atender às inúmeras demandas dos projetos de impacto ambiental, o segundo abriu a oportunidade de se ampliar a trajetória de formação de arqueólogos no país”.

²² É importante salientar que a preservação do patrimônio arqueológico sempre teve uma veia colonialista “onde decisões quase sempre foram tomadas unilateralmente e sem conflitos, por uma elite intelectual e à luz dos seus próprios valores” (Andrade Lima, 2007, p. 5).

Esse inconformismo certamente impossibilitou que a Educação Patrimonial se tornasse proeminente para o campo arqueológico, levando a insatisfação dos acadêmicos acerca dos métodos adotados pelos (as) arqueólogos (as) para efetivar as ações pedagógicas e informativas que envolviam o patrimônio arqueológico nos diferentes contextos culturais do país, especialmente na Arqueologia Preventiva.

Em um movimento de síntese e análise, Márcia Bezerra (2010) constata a invisibilidade das práticas educativas promovidas na Arqueologia como um todo. Segundo a autora (*op. cit.*, p. 1026), “ideias, ações e resultados de dezenas de projetos são conhecidos apenas pelas equipes responsáveis pelos mesmos”, demonstrando uma clara assimetria entre a divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas e as atividades relacionadas à Educação Patrimonial, refletindo numa baixa representatividade dessa temática nas publicações e nos trabalhos apresentados em congressos da área. Além disso, Carlúcio Baima (2016) acrescenta que era comum a realização de atividades pontuais para caracterizar as ações de Educação Patrimonial, constituindo o principal caminho seguido na maioria dos trabalhos de Arqueologia Preventiva²³.

Esse quadro desolador mudaria gradativamente entre a Portaria Iphan nº 230/2002 e a IN/Iphan nº 001/2015, especialmente pela atuação deste instituto em fomentar “uma maior sistematização das ações educativas no âmbito das políticas de preservação” (Florêncio *et al.*, 2014, p. 14). Na linha do tempo apresentada por Sônia Florêncio (*op. cit.*, p. 16 e 17), destaca-se uma série de eventos que foram resultados desse adensamento institucional:

[2004] Criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos – GEDUC. Primeira instância da área central do IPHAN voltada para a Educação Patrimonial. Para consolidá-la, foi realizada a I Reunião Técnica, em Pirenópolis (GO).

[2005] Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP). Reunião para discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial do IPHAN nas escolas, nos museus e noutros espaços sociais.

[2008] Realização da Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, quando, pela primeira vez, as diretrizes gerais das Casas do Patrimônio foram debatidas e consolidadas em âmbito coletivo.

[2009] Realização do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda (CE). Organização de mesas-redondas sobre Educação Patrimonial no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.

[2011] II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II ENEP). Reunião para pactuar as diretrizes no campo de Educação Patrimonial e fortalecer a rede de instituições e de profissionais atuantes na área educacional.

²³ É oportuno ressaltar que muitos dos arqueólogos que estavam na academia eram também aqueles que faziam ou coordenavam as pesquisas arqueológicas por contrato.

Parceria entre MEC e IPHAN para que o tema Educação Patrimonial integrasse o macrocampo Cultura e Artes do Programa Mais Educação, de Educação Integral.

Por conseguinte, o desenvolvimento dessa área na estrutura organizacional do Iphan favoreceu a publicação de inúmeros trabalhos que problematizaram amplamente as ações de Educação Patrimonial, destacando que estas não poderiam ser encaradas como meras atividades formais e fora das discussões patrimoniais em voga (Tolentino [org.], 2012; 2013; Tolentino *et al.* [orgs.] 2014; Tolentino & Braga [orgs.], 2016; 2017)²⁴. Isto colaborou para uma mudança de paradigmas nos projetos de Educação Patrimonial dentro do próprio escopo legal da Arqueologia Preventiva, com a proposição de novos parâmetros para a área.

Desse modo, entendemos que o processo histórico de políticas públicas do Iphan forjou a Educação Patrimonial com o objetivo de potencializar esse campo de atuação para mediar processos diversos de patrimonialização, mas que na Arqueologia Preventiva, pelo contexto das pesquisas²⁵, acabou sendo encarada como mais um procedimento obrigatório a ser cumprido sem muito propósito e êxito²⁶.

Consequentemente, com a publicação da IN/Iphan nº 001 de 2015 e da Portaria Iphan nº 137 de 2016, os projetos de Educação Patrimonial deixaram de ser caracterizados por ações esporádicas relacionadas apenas ao patrimônio arqueológico e são integrados aos demais bens acautelados em âmbito nacional, favorecendo a contextualização das ações de Educação Patrimonial, uma vez que é necessário o conhecimento prévio acerca dos demais bens acautelados que fazem parte do rol cultural das comunidades abrangidas pelas pesquisas arqueológicas.

Além disso, na IN/Iphan nº 001/2015 (Art. 45, § 4º) foram estabelecidos os primeiros critérios formais para os projetos de Educação Patrimonial, como a necessidade de definição do público-alvo, exigência de equipe multidisciplinar com

²⁴ Estes trabalhos estão relacionados principalmente as atividades e publicações desenvolvidas pela Casa do Patrimônio da Paraíba, assim como a atuação do Iphan naquele estado.

²⁵ Marcia Bezerra (*op. cit.* p. 219) salienta que obras de grande escala como as viabilizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, “impõem um cronograma muito apertado para as construções e para as pesquisas arqueológicas. Somadas a isso, a falta de estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Borges, 2013) e a burocratização das pesquisas, transformam a AC [Arqueologia de Contrato] em uma arena na qual a “racionalidade técnico-científica” serve [apenas] aos discursos de progresso e desenvolvimento (CATULLO, 2006: 25)”.

²⁶ “Diversos tipos de ações (...), como exposições, palestras e vídeos, foram adaptados e desenvolvidos para a concretização desse requerimento normativo [Portaria Iphan nº 230 de 2002]. O que se observa na maioria dos casos em projetos de arqueologia de contrato (...), são atividades que deixam a desejar ao refletirem uma estratégia unilateral, que exclui as comunidades locais do processo de construção e extroversão do conhecimento” (Souza & Mercuri, 2016, p. 473-474).

profissionais da área da educação e mecanismos de avaliação definido, passando a ser insuficiente às atividades de caráter promocional, de esclarecimento e de divulgação para caracterizar esses projetos. Enquanto que a Portaria Iphan nº 137 de 2016 (Art. 3º) estabelece as seguintes diretrizes conceituais para as ações de Educação Patrimonial:

I – Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; II – Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; III – valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; IV – Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural; V – Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais; VI – Considerar a intersectorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; VII – Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional; VIII – Considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.

É importante salientar que esses últimos movimentos de mudança não expõem completamente o quadro histórico para essa temática. Cabe a seguir o retrospecto mais geral sobre a introdução da Educação Patrimonial no Brasil e sua recepção no fomento da preservação do patrimônio arqueológico.

2.1 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: EXPRESSÃO E PRÁTICAS

É importante tentar traçar a trajetória da Educação Patrimonial uma vez que na “arqueologia é comum ignorar o reconhecimento da origem, trajetórias, discussões, produções e experiências da educação patrimonial. Em outras palavras, é como se (...) [esta] tivesse apenas se apropriado do termo” (Lima, 2014, p. 63).

Longe dessa mera apropriação, entendemos que essa expressão foi empregada tardiamente no Brasil²⁷, pois, é possível associá-la às práticas educativas que tiveram origem nos museus e ao caráter da democratização do

²⁷ Apenas em meados da década de 1980. Segundo as discussões apresentadas por Mário Chagas (2004, p. 143), o estabelecimento de um marco temporal para a Educação Patrimonial não desautoriza todas as outras práticas e reflexões anteriores à institucionalização da respectiva vertente.

conhecimento científico outorgado a essas instituições a partir do Iluminismo no final do século XVIII (Choay, 2017).

Já para Mário Chagas (2013), mesmo que o campo da Educação Patrimonial ainda não lançasse mão de uma terminologia, conceito ou debates, essa prática estava presente no Brasil desde a institucionalização dos museus brasileiros no século XIX. Da mesma maneira que foi inerente à própria concepção do Iphan durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945):

Desde a sua criação, em 1937, o IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área (Florêncio *et al.*, 2014, p. 5).

Assim como manifestado por Mário de Andrade, autor do anteprojeto para criação do Iphan em 1937, “Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do Iphan (...) até 1967, também apontou, em alguns artigos e discursos, para a importância da educação na preservação do Patrimônio Cultural” (*op. cit.*, p. 6). Nessa conjuntura, definiu-se o primeiro princípio para esse campo, que a preservação patrimonial não poderia ser alcançada sem uma atuação educativa e informacional, seja por meio dos museus, exposições, publicações e/ou ações de divulgação.

Embora uma forte iniciativa estivesse voltada para preservação da diversidade cultural brasileira, sobretudo pelo papel desempenhado nessa área pelos modernistas da semana de 1922, o contexto da década de 1930 foi marcado principalmente pela influência política e militar das oligarquias paulista e mineira, quando apenas consideraram digno de valorização as expressões das elites coloniais.

Desse modo, inexistia naquele momento histórico interesse governamental pelo universo cultural das classes populares (Andrade Lima, 1988; Oliveira, 2011; Fonseca de Oliveira, 2014), na medida em que a maioria da população estaria às margens das políticas fixadas pelo Estado Novo na reformulação de uma identidade cultural pautada pelo nacionalismo reinante no período entre guerras.

As cidades históricas mineiras foram escolhidas pelo Estado Novo como lugares de memória e história por possuírem um rico patrimônio arquitetônico remanescente do período colonial brasileiro, assim sendo, passou a ser entendido (sic) como lugar representativo de uma memória nacional marcado por sua riqueza e continuidade colonial, preservando elementos importantes para a formação de uma nação ideal, afirmando a identidade de uma classe social específica (Fonseca de Oliveira, 2014, p. 21 e 22).

Somente na década de 1970 que a diversidade do patrimônio cultural é novamente resgatada, com um olhar mais voltado para os segmentos das classes populares (Andrade Lima, 1988). Essa noção culminou na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)²⁸ para tratar de “discussão sobre o sentido da preservação e da ampliação da concepção de patrimônio” (Florêncio *et al.*, 2014, p. 18), sob a coordenação do artista pernambucano Aloísio Magalhães²⁹. Assim, “favoreceu-se a instauração de parâmetros renovados para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial” (*op. cit.*, p. 8).

Com a mudança do cenário político-econômico na segunda metade do século XX, houve um esforço nacionalista para erradicar o suposto atraso brasileiro perante os países desenvolvidos, atrelado principalmente ao duplo “analfabetismo” da população³⁰ (o analfabetismo escolar e cultural), buscando replicar o modelo desenvolvimentista dos países de “primeiro mundo”, enraizado principalmente na colonização do saber e do ser, atrelado ao lema de “ordem e progresso”.

Todavia, como argumentado por Paulo Freire (1987), a utilização de um modelo exterior ou de uma pedagogia bancária (depositária de conhecimento) não resolveria o problema brasileiro, e somente realçaria as linhas abissais da colonialidade, como é debatido por Boaventura de Sousa Santos (2009) em seu tratado sobre a importância de posturas voltadas para o fomento da ecologia do saber.

Além disso, a afirmação cultural da população brasileira deveria ter passado pela leitura crítica da própria formação histórica do país marcada essencialmente pela desigualdade social, compreendendo o processo educacional como um importante mecanismo de emancipação da população marginalizada ao longo do

²⁸ “Em 1979, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) incorporou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, e o Programa das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973. A partir dessas fusões o IPHAN transformou-se em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)” (Rezende *et al.*, 2015, verbete).

²⁹ Aloísio Magalhães defendia que a comunidade deveria ser incluída não apenas como objeto ou população-alvo, mas como sujeito capaz de colaborar com os agentes institucionais. Assim, esse discurso ficou conhecido pela defesa das comunidades como a melhor guardiã do seu patrimônio (Fonseca, 1997 *apud* Oliveira, 2011).

³⁰ Para Francisco C. Weffort (1967, p. 12), “no Brasil, como em vários países da América Latina, as antigas elites – formadas por oligarcas com influências liberais – acostumaram-se a ver na educação “a alavanca do progresso”. Assim, tomaram o tema do analfabetismo e despejaram rios de retórica. Diziam que o País jamais poderia encontrar seu caminho e a democracia jamais poderia ser uma realidade enquanto tivémos uma tão alta proporção de analfabetos. A “ignorância” e o “atraso” eram duas faces da mesma moeda”. O mesmo julgamento também era constante durante o Regime Militar (1964-1985), as pessoas analfabetas eram vistas como cidadãos marginais que deveriam ser integradas a sociedade (Oliveira, 1989, p. 104 *apud* Bezerra, 2015, p. 221).

período colonial. Dessa forma, a pedagogia não poderia ser marcada apenas pela escolarização, mas também pela integração com o contexto cultural, histórico e social vigente (Florêncio *et al.*, 2014).

Após o Regime Militar (1964 – 1985) e o estabelecimento de um período de transição democrática, é proposto o “Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais do País³¹” entre os anos de 1982 a 1986 (Demarchi, 2020), que tinha como principal objetivo aproximar o ambiente escolar dos contextos culturais dos estudantes.

Com foco na municipalidade, ou seja, em contextos locais, o Projeto Interação trabalhou com a ideia das referências culturais do cotidiano das pessoas, como o principal método para congregar uma pedagogia que despertasse o interesse do público escolar sobre o patrimônio cultural existente. Esta mentalidade foi posteriormente resgatada pelo Iphan dando subsídios para os inventários participativos³², reposicionando a Educação Patrimonial como um *locus* também da desconstrução colonial.

Simultaneamente, em 1983 ocorreu a apresentação do conceito da Educação Patrimonial durante o “1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos” no Museu Imperial de Petrópolis na cidade do Rio de Janeiro, sob a orientação da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, que trazia para o Brasil a metodologia da *Heritage Education*³³ (Durbin *et al.*, 1990; Keith, 1991; Copeland, 1991, 1993, 1994), tornando-se mais tarde no principal modelo para tratar o patrimônio brasileiro em interface com a pedagogia escolar.

Segundo Flávio Silveira e Marcia Bezerra (2007), o objetivo desse evento foi apresentar uma metodologia difundida na Inglaterra na década 1970 que consistia na utilização da cultura material como fonte primária de aprendizagem escolar.

³¹ O projeto foi idealizado por Aloísio Magalhães e desenvolvido em parceria entre o Ministério da Educação e o Iphan (Silva, 2016).

³² Os inventários participativos para as ações de Educação Patrimonial estão estabelecidos por meio da publicação “Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação” (Florêncio *et al.*, 2016) e da promulgação da Portaria Iphan nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes de Educação Patrimonial no país. De acordo com Simone Scifoni (2022, p. 8, grifo nosso) “o inventário participativo deu uma guinada na orientação das práticas educativas, propondo que, **em vez de conhecer o patrimônio acautelado pelo Estado, as práticas educativas se voltem, em primeiro lugar, para a produção de conhecimento sobre a cultura do próprio grupo social.** Propôs, assim, superar aquela velha noção de alfabetização cultural, como se a cultura estivesse fora dos grupos e a memória e o patrimônio fossem exterioridades”.

³³ Chagas (2004, p.143) salienta que essa expressão “constitui um campo de trabalho, de reflexão e ação e, como tal, pode abrigar tendências e orientações educacionais diversas, divergentes e até conflitantes”.

Apesar de estar prevista nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental a utilização dessa fonte primária para o ensino de História (Brasil, 1998 *apud* Silveira; Bezerra, *op. cit.*, p. 83), não é comum observar sua inclusão nos ambientes escolares, justificando assim o desenvolvimento de projetos de Educação Patrimonial pela ausência da temática patrimonial no ensino formal e em outras instâncias educacionais.

Ainda de acordo com Silveira e Bezerra (*idem*), a gênese da Educação Patrimonial também se encontrava em difusão no Brasil com a educação freiriana baseada no conceito antropológico de cultura e na alfabetização por meio da cultura, antes mesmo da institucionalização desse campo. Posteriormente, os postulados freirianos foram veiculados amplamente pelo Guia Básico de Educação Patrimonial como um processo “que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Para Claudio Siqueira (2014), no período de redemocratização os museus continuavam sendo os principais espaços para realização das ações de Educação Patrimonial, que consistiam unicamente nas visitas aos seus respectivos acervos. Assim, os “professores apresentavam a seus alunos o patrimônio nacional imposto (de cima para baixo), elitizado, sobre o qual a população deveria acatar como herança cultural” (*op. cit.*, p. 34).

Fora do âmbito museal, na década de 1990 as ações de Educação Patrimonial “tornaram-se mais intensas, especialmente em áreas tombadas como patrimônio nacional pelo Iphan, com a finalidade de envolver as comunidades locais na conservação desse patrimônio” (Matos, 2015, p. 506). Segundo Marian Helen da Silva Rodrigues (2011), as comunidades seriam as principais responsáveis tanto pela preservação como pela destruição do patrimônio tutelado pelo Estado brasileiro³⁴.

³⁴ “(...) desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esqueléticos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo. Como enfatizou o grande sociólogo brasileiro, Octávio Ianni (1988: 83), o que se considera patrimônio é a Arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral (...). Neste contexto, não é de surpreender que o povo não preste muita atenção à protecção (sic) cultural, sentida como se fora estrangeira, não relacionada à sua realidade” (Funari, 2001, p. 4).

Já no final da década de 1990, o Guia Básico de Educação Patrimonial³⁵ é publicado pelo Museu Imperial em parceria com o Iphan, que cumpriu uma importante função na institucionalização desse campo para o ensino formal da temática patrimonial. Contudo, sua metodologia adaptada para os bens musealizados, sem considerar outros contextos de atuação, se tornou reducionista e insuficiente para atender um público não escolar.

Portanto, foram privilegiadas nesse Guia apenas as materialidades expostas em museus e a monumentalidade refletida por esses espaços para perpetuar um discurso oficial sobre determinados eventos históricos, sem propor uma crítica social sobre a própria narrativa museal³⁶. No Guia básico, a Educação Patrimonial é definida como sendo:

(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

[Além de ser] um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima (sic) dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Ainda que as concepções do Guia Básico de Educação Patrimonial sejam pautadas pelo entendimento do conceito antropológico de cultura, permitindo caracterizá-la como múltipla e plural, sua ideia de alfabetização cultural propõe uma prática guiada pela hierarquização de saberes e culturas, na medida em que, como ressalta Átila Tolentino (2016, p. 40-41), “ao afirmar que é necessário alfabetizar o

³⁵ De acordo com João Demarchi (2018, p. 144 e 147), o Guia Básico de Educação Patrimonial apresenta contradições internas, ao passo que expressa noções progressistas também propõem métodos educativos conservadores pautados pela ideologia da competência, em que “os cidadãos são alijados da eleição e identificação de suas referências culturais, são invalidados de contribuir com seus saberes para a construção do conhecimento acerca de tal patrimônio. Eles são colocados na situação passiva de receberem as informações sobre o patrimônio a ser preservado”.

³⁶ É importante salientar que hoje o campo museal é visto com uma dimensão política que deve apresentar a temática patrimonial de forma crítica, significativa e mediadora, pois o patrimônio cultural permeia conflitos, tensões, negociações e “uma baixa legitimidade e identificação da população, devido a um processo de desequilíbrio de representatividade em termos de origem étnica, social e cultural” (Florêncio *et al.*, 2014, p. 23).

outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra...”.

Frente a essa institucionalização da Educação Patrimonial, Mário Chagas (2004, p. 144) pontua que “ao se fazer herdeira da *heritage education*, a educação patrimonial abriu mão de um diálogo possivelmente fértil com os museólogos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, filósofos e educadores brasileiros”. Segundo esse autor, “esse formato de educação patrimonial desconsidera uma série de trabalhos anteriores” (*ibidem*).

No pensamento desse museólogo, a eleição de um único modelo para tratar o patrimônio cultural em interface com a educação formal soterra outras iniciativas importantes que expõem as desigualdades materiais e simbólicas existentes na sociedade brasileira. A problematização em torno das escolhas históricas que fazemos para promover determinado patrimônio é salutar para desmascarar as violências simbólicas e epistêmicas ainda existentes no campo patrimonial.

A partir da publicação “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos” no ano de 2014, o Iphan abandona a conceituação limitada do Guia Básico de Educação Patrimonial e apresenta uma nova definição para o campo, baseado na diversidade cultural e nos múltiplos processos de ensino e aprendizagem:

Atualmente, (...) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (Florêncio *et al.*, 2014, p. 19).

Em linhas gerais, essa nova conceituação retoma a ideia de referência cultural descontinuada na década de 1980 assim como o Projeto Interação. Esse resgate é fruto de outro importante movimento de reconhecimento do patrimônio imaterial como a principal expressão das classes populares, em face da exacerbada valorização do patrimônio arquitetônico, colonial e barroco desde o início das políticas de preservação patrimonial a partir de 1937 (Andrade Lima, 1988).

Desse modo, o Iphan, a contar dessa nova definição, buscou atender ao conceito de patrimônio cultural promulgado pela Constituição Federal (CF) de 1988³⁷, e não recepcionado pelo Guia Básico de Educação Patrimonial. Segundo o

³⁷ “Em 7 de maio de 2009, o Decreto nº 6.844 vincula a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF, com o objetivo de

Artigo 216 da Carta Magna, o patrimônio cultural brasileiro é constituído por “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nos quais se incluem:

I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, **com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro**, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988, grifo nosso).

Isso somado as políticas internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)³⁸, permitiu nos anos 2000, por meio do Decreto nº 3.551, estabelecer o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em referência a esse momento de reconhecimento do patrimônio imaterial, Lygia Segala (2006, p. 1) destaca que “o sentido de patrimônio se alarga. Não é apenas o bem que se herda, mas o bem constitutivo da consciência de um grupo”. A autora ainda pontua:

“Como observa Nora [1997], passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário” (Segala, 2006, p. 1).

Desta forma, podemos assinalar que a ampliação do universo patrimonial brasileiro permite desenvolver uma Educação Patrimonial que envolva não somente o patrimônio autorizado (Smith, 2012; 2021), mas também o patrimônio em construção que molda as relações cotidianas e comunitárias.

fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de Patrimônio Cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000)” (Florêncio *et al.*, 2014, p. 14).

³⁸ Segundo Hermano Queiroz (2020, p. 14) “a convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) da Humanidade, de 2003 (...), estabeleceu, juridicamente, no campo do patrimônio cultural dos países signatários, um marco indutor de políticas públicas voltadas à preservação das práticas culturais de identidade e memória, deslocando o olhar do Estado das coisas e objetos para o ser humano, sujeito ativo e protagonista do patrimônio”.

Portanto, mesmo que essas discussões patrimoniais fossem distantes da Arqueologia, a materialidade arqueológica tem a mesma capacidade de deflagrar memórias e narrativas associativas entre populações e tempos distintos que suscitam múltiplas noções patrimoniais. É do senso comum, por exemplo, que uma lâmina de machado polido, usualmente chamada de pedra de raio ou de corisco, seja relacionada a uma narrativa que conta seu surgimento através da associação com outros elementos da natureza³⁹.

Em outros casos, os sítios arqueológicos com pinturas rupestres são mais frequentemente associados aos “caboclos brabos”, e a cerâmica arqueológica como “pote de índio” (Funari & Schiavetto, 2006). Ainda que essas noções não representem o real sentido dado na Arqueologia, são possibilidades para tratar o passado indígena como uma vertente sempre presente e marcada temporalmente, valorizando também outras construções patrimoniais.

Com relação aos diversos usos do patrimônio arqueológico, Marcia Bezerra (2017, p. 17), referenciando Cornelius Holtorf (2005; 2012), pontua que “há um vasto e interessante campo de reflexões a ser explorado, principalmente se o paradigma da preservação for problematizado”⁴⁰. Paradigma este que também influencia as maneiras como a Educação Patrimonial é conduzida na Arqueologia, como será visto mais adiante no tópico 2.1, discutido a partir de uma dicotomia entre uma abordagem tradicional e uma perspectiva crítica.

Dessa maneira, foi pretendido demonstrar aqui as nuances da Educação Patrimonial marcadas temporalmente pelas construções históricas em torno das concepções patrimoniais. Entre idas e vindas, pontuamos os eventos que favoreceram o uso do conceito da Educação Patrimonial para o contexto social

³⁹ “Os nomes mudam mais as histórias são sempre as mesmas, o objeto desce com o raio e é enterrado 7 metros na terra. Cada ano sobe um metro, até que fica rente ao solo e geralmente é encontrado na roça. Algumas pessoas a levam para dentro de suas casas, mas isso, para muitos, é considerado perigoso, contam, pois esse mesmo objeto, depois de desenterrado, o raio volta para buscar. O tempero dado a essa história é que alguns contam que pode até matar quando cai do céu. Muito interessante que em diversos estados do Brasil aparece essa mesma história, dessa mesma forma. Essa narrativa em relação à pedra de raio tem origem em Portugal e pode ser encontrada em outros países europeus também. Para o morador próximo ao parque solar [Nova Olinda], esse é um objeto que ele guarda com carinho, pois o encontrou enquanto trabalhava em sua roça. Guarda dentro de sua casa e acredita que lhe traz sorte” (Zanettini Arqueologia, 2016, p. 64).

⁴⁰ Esse paradigma da preservação refere aquele adotado oficialmente pelos Estados Nacionais como forma de agenciar e estabelecer critérios na eleição de uma única noção os bens patrimoniais, como é discutido por Smith (2012; 2021) enquanto “discurso autorizado do patrimônio”.

brasileiro, analisando como a temática do patrimônio cultural e arqueológico se integram ao patrimônio imaterial e fomenta novas abordagens nessa área.

2.2 ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO BRASIL E A INCOPORAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SEU ESCOPO LEGAL

Embora se idealize desde a Carta de Lausanne⁴¹ uma Arqueologia que preconize a preservação dos vestígios arqueológicos *in situ*, o que se sobressai nos contratos de Arqueologia Preventiva são decisões que priorizavam o salvamento arqueológico como medida salutar para licenciar áreas para o aproveitamento econômico. Desse modo, os salvamentos emergenciais que foram o principal mercado da Arqueologia de Salvamento durante a década de 1970, é também o principal enfoque do mercado de trabalho proporcionado com o desenvolvimento da Arqueologia Preventiva no Brasil.

Segundo Solange Caldarelli & Maria do Carmo dos Santos (2000, p. 54), a Arqueologia de Salvamento iniciou nesse país com a Lei 3.924, de 26 de julho 1961⁴², que dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos e proíbe, no seu artigo terceiro, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação para qualquer fim, dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos antes de serem devidamente pesquisados. Portanto, para essas autoras, foi a Lei 3.924 de 1961 que fundamentou “as primeiras pesquisas de salvamento arqueológico no Brasil, já que a pesquisa prévia era uma condição para a liberação de áreas arqueológicas para fins econômicos” (*op. cit.*, p. 55).

No Brasil, o campo de atuação da denominada Arqueologia de Salvamento viria a se configurar por volta da década de 1970, podendo ser considerado

⁴¹ Nessa referida carta, elaborada pelo ICOMOS/ICAHM em 1990, “menciona-se que o principal objetivo da gestão do patrimônio arqueológico deve ser a preservação de monumentos e sítios *in situ* e que qualquer transferência de elementos do patrimônio arqueológico para [os] novos locais representa uma violação do princípio da preservação do patrimônio em seu contexto original. (...) Portanto, independentemente dos méritos da preservação de objetos arqueológicos em outros espaços, mesmo museológicos, deve-se, sempre que possível, optar pela preservação do bem, em sua totalidade, *in situ*, ou de sua exposição, com as devidas providências para assegurar sua conservação, também *in situ*” (Caldarelli, 2007, p. 154).

⁴² Além de um marco para a Arqueologia brasileira, essa lei é o principal mecanismo jurídico para a preservação do patrimônio arqueológico que fundamenta a atuação do Iphan nessa esfera. Contudo, essa autarquia nunca teve um desempenho abrangente que possibilitasse fiscalizar o vasto conjunto de sítios arqueológicos no território brasileiro. Com seus limitados recursos humanos e financeiros, sua principal atividade sempre foi voltada para a valorização dos centros históricos, com estabelecimento de escritórios técnicos próximo dessas áreas e com um quadro de funcionários dominado por arquitetos.

como marco o Projeto Arqueológico Itaipu, desenvolvido entre 1975 e 1983. Coordenado pelo arqueólogo Igor Chmyz, o programa teve origem em convênio celebrado entre a Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e o IPHAN (à época Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN), trazendo à tona as potencialidades e limites à pesquisa arqueológica realizada no âmbito de empreendimentos (Zanettini & Moraes Wichers, 2014, p. 240).

Solange Caldarelli & Maria do Carmo dos Santos (2000) argumentam que a Lei da Arqueologia (3.924/1961) demorou a surtir efeitos após sua promulgação. Inicialmente, apenas o setor hidrelétrico aderiu ao salvamento de sítios arqueológicos em áreas que seriam submersas pelas construções dos reservatórios de represamento. Além do projeto arqueológico de Itaipu – PR, outros foram desenvolvidos nas demais regiões do país:

Ilha Solteira, SP, coordenado por Sílvia Maranca (USP) e financiado pela Cesp – Centrais Elétricas de São Paulo (Maranca 1978); Sobradinho, BA, coordenado por Valentin Calderón (Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia) e financiado pela Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Calderón et al., 1977); e Tocantins (PA), coordenado por Mário F. Simões (Museu Paraense Emílio Goeldi) e financiado pela Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Araújo Costa, 1983; Simões e Araújo Costa, 1987)” (*op. cit.*, p. 57).

Esse quadro da Arqueologia de Salvamento mudaria durante a década de 1980 com a introdução da Avaliação Ambiental a partir da promulgação da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e contempla igualmente a legislação concernente à conservação ambiental e a preservação dos recursos culturais (Zanettini & Moraes Wichers, 2014). Consequentemente, com base nessa política do meio ambiente é instituída a Resolução nº 001 de 1986 após a criação do Conama, que estabeleceu a Avaliação de Impacto Ambiental e definiu o conteúdo mínimo na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ambiental (EIA/RIMA) para atividades potencialmente degradantes do meio socioambiental.

Com a promulgação desses dispositivos, e principalmente da Lei da Arqueologia de 1961, é garantida legalmente a proteção do patrimônio arqueológico perante o desenvolvimento econômico do país, cabendo ao Estado brasileiro versar especificamente sobre a tutela e manejo desses bens. Dessa forma, competiu ao Iphan⁴³, por meio a Portaria Sphan nº 07, de 01 de dezembro de 1988, regulamentar

⁴³ A Lei 3.924/61 “determina que todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos, mesmo aqueles ainda não manifestados e registrados, ficam sob a guarda e Proteção da União, devendo todas as escavações arqueológicas preceder de autorização federal emitida pelo Instituto [Iphan]” (Montalvão & Gonçalves, 2016, p. 12).

os pedidos de permissão e autorização⁴⁴ para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas em todo o território nacional, tanto para os estudos acadêmicos como para os estudos arqueológicos orientados por contrato de prestação de serviço.

Além disso, foi instituída nessa mesma norma a obrigatoriedade da utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais, com respaldo de uma instituição científica reconhecida nacionalmente (Montalvão & Gonçalves, 2016). Contudo, essa exigência foi sistematicamente ignorada nas pesquisas arqueológicas⁴⁵, pois, não foram apresentados “nos relatórios parciais e finais, os comprovantes das ações de valorização do potencial científico, cultural e educacional, nem da divulgação das informações científicas obtidas” (*op. cit.*, p. 14), levando desde o início a uma dissociação entre as pesquisas arqueológicas de campo e as ações de extroversão.

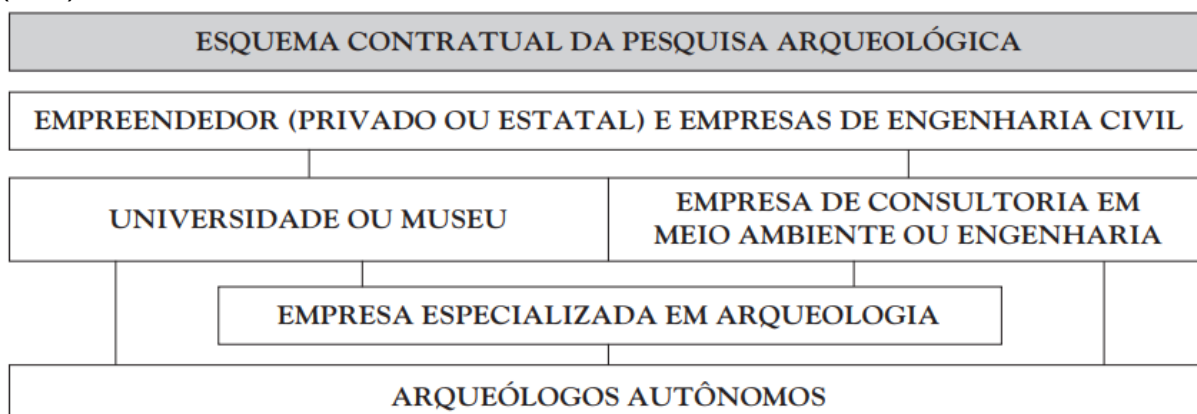
Entre o período da Portaria Sphan 07 de 1988 até a introdução da Portaria Iphan nº 230/2002, preponderou no Brasil a denominada Arqueologia de Contrato, frequentemente desenvolvida por meio de convênio entre o setor privado e as instituições de pesquisas (museus e universidades), principalmente quando envolvia a magnitude dos trabalhos de salvamento, necessitando contar com a infraestrutura dessas instituições, especialmente as reservas técnicas e os laboratórios. Além dessa relação institucional, outros vínculos de mercado foram estabelecidos para execução dos trabalhos arqueológicos, como apresentado por Solange Caldarelli & Maria do Carmo dos Santos (2000) no esquema abaixo⁴⁶.

⁴⁴ As autorizações são emitidas por meio de portaria no nome do pesquisador (a), ou arqueólogo (a) coordenador (a) responsável pela pesquisa, coleta e interpretação dos dados de campo. Segundo Ana Carolina Montalvão & Yacy-Ara Gonçalves (2016, p. 12) “no artigo 5º da referida Portaria [07/88] ficaram então definidos os itens que deveriam constar nas propostas de pesquisas, dentre os dados da equipe, informações da área a ser trabalhada, sumário do plano de trabalho, documentos de identificação, provas de idoneidade financeira e instituição científica apoiadora”.

⁴⁵ Mesmo que esse tema parecesse irrelevante principalmente para as pesquisas arqueológicas de contrato, já durante a terceira sessão do Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica de 1988, dedicada à Proteção e Valorização desse patrimônio, foi debatido o trabalho educativo de base, sem o qual todo o esforço para a preservação do patrimônio arqueológico seria inútil (ver Andrade Lima, 2012). Essa educação se configuraria depois pela prática da Educação Patrimonial. Para Andrade Lima (2012, p. 14) o objetivo desse evento foi “discutir propostas de participação da comunidade científica na preservação arqueológica, através da implantação de uma política de conscientização e educação, no que [viria a ser] a primeira discussão coletiva na Arqueologia brasileira sobre essa questão fundamental”.

⁴⁶ Atualmente, na Arqueologia Preventiva essa dinâmica contratual segue um fluxo de relações comerciais simplificadas entre empreendedores e empresas de consultoria de Arqueologia e, destas com profissionais autônomos de Arqueologia.

Figura 1 – Esquema contratual apresentado por Solange Caldarelli & Maria do Carmo dos Santos (2000).



Fonte: Caldarelli & Santos, 2000, p. 64.

Ainda de acordo com Solange Caldarelli & Maria dos Santos (*op. cit.*, p. 53), o termo Arqueologia de Contrato foi introduzido em decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha a negociação de valores por contratos de prestação de serviço arqueológico, substituindo o termo da Arqueologia de Salvamento por abarcar outras fases dos estudos arqueológicos, a exemplo de diagnósticos realizado a partir dos levantamentos prospectivos.

Com a crescente urgência dos estudos preventivos na Arqueologia, houve a necessidade da compatibilização das etapas da pesquisa arqueológica com as fases de obtenção das licenças ambientais para empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. De acordo com a Portaria 230/2002, tanto na fase de Licença Prévia (LP), como na fase de Licença de Instalação (LI), poderia ser realizado o levantamento arqueológico por meio de prospecções superficiais ou de subsuperfície na Área de Influência Direta (AID) dos empreendimentos. Em ambos os levantamentos, o objetivo era apresentar um diagnóstico sobre o grau de preservação do patrimônio arqueológico, quantificando os sítios arqueológicos que seriam contemplados pelo projeto de resgate.

Já durante a fase de Licença de Operação (LO), quando iniciaria as primeiras etapas de construção, deveria ser executado o programa de resgate arqueológico, contemplando o salvamento dos sítios arqueológicos identificados nas etapas anteriores (Montalvão & Gonçalves, 2016, p. 14). O resgate arqueológico ocorreria por meio de escavações exaustivas, registro detalhado do trabalho desempenhado e pela coleta de exemplares significativos da cultura material, de cada contexto arqueológico evidenciado (Portaria Iphan nº 230/2002, Artigo 6º § 1º).

Ainda segundo Ana Carolina Montalvão e Yacy-Ara Gonçalves (*Idem*), o caráter destrutivo das escavações arqueológicas é reconhecido pela Portaria 230/2002, onde a produção de conhecimento é apontada como uma contrapartida à memória nacional pela perda dos sítios arqueológicos em seu estado natural. Dessa maneira, a necessidade de preservação dos objetos resgatados exigiria “ações de conservação, estudo, acondicionamento e educação patrimonial”, como descrita no art. 6º § 7º dessa portaria:

§ 7º — O desenvolvimento dos estudos arqueológicos (...), em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, **bem como programa de Educação Patrimonial**), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (Portaria Iphan nº 230/2002, grifo meu).

Assim, a partir de 2002 o termo Educação Patrimonial surge pela primeira vez na legislação que regula a Arqueologia Preventiva⁴⁷ como medida compensatória pela perda dos contextos arqueológicos (Caldarelli, 2007). Desde então, “diversos tipos de ações (...), como exposições, palestras e vídeos, foram adaptados e desenvolvidos para a concretização desse requerimento normativo” (Souza & Mercuri, 2016, p. 473-474). No entanto, esse desenvolvimento da Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva refletiu uma estratégia unilateral, que não permitiu as comunidades locais participar do processo de construção e extroversão do conhecimento arqueológico, a não ser como agentes passivos (*ibidem*).

A Educação Patrimonial permaneceria por bastante tempo desqualificada nas pesquisas arqueológicas preventivas, como é constatado por Montalvão & Gonçalves (*op. cit.*, p. 17) em um estudo sobre os projetos de Educação Patrimonial no estado de Minas Gerais, apresentados na fase de Licença de Operação durante a vigência da Portaria Iphan nº 230/2002.

(...) a análise da Educação Patrimonial [EP] indicou que esta demanda encontrava-se ainda mais desestruturada. Alguns projetos não apresentaram proposta de EP, outros não apresentaram os resultados da EP e outros, mesmo tendo apresentado a proposta e o relatório (...), não tiveram os mesmos mencionados nos pareceres. Nas visitas técnicas realizadas, a situação da extroversão dos acervos se apresenta semelhante

⁴⁷ O conceito de Arqueologia Preventiva surge primeiramente na França como medida para atenuar os riscos em que estão expostos os bens arqueológicos perante os ilimitados processos de urbanização dos espaços sociais, reconhecendo principalmente o caráter finito e não renovável desses bens. Tal concepção também se assemelha com aos procedimentos adotados pela prática da Gestão de Recursos Culturais (ou Cultural Resources Management), terminologia mais difundida nos países anglo-saxões (Caldarelli & Santos, 2000; Caldarelli, 2015).

a encontrada nos documentos. Poucas exposições e pouca qualidade nas exposições existentes.

Com a publicação da IN/Iphan nº 001/2015 novos parâmetros foram estabelecidos tanto para a Educação Patrimonial⁴⁸ como de modo geral para as pesquisas arqueológicas no licenciamento ambiental, em que pese à necessidade de participação do Iphan nesses processos.

Nessa nova conjuntura, foi considerada para o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos a tipologia dos empreendimentos e, conseqüentemente, o enquadramento das atividades empreendedoras nos níveis apresentados pela normativa. Assim, o grau de interferência sobre as condições de vigência do solo determina agora o nível de responsabilidade do empreendedor sobre os bens culturais da União.

Logo, o Órgão Ambiental Licenciador pode requerer do empreendedor um Termo de Compromisso ou solicitar Avaliações de Impacto Ambiental sobre todas as tipologias de bens acautelados em âmbito federal, condicionada, nesse último caso, pela emissão do Termo de Referência Específico (TRE) pelo Iphan.

Os TRE's são direcionados aos empreendedores, especificando quais são as atividades que deverão ser contempladas para a manifestação do parecer favorável para as licenças ambientais pleiteadas junto ao Iphan. De maneira geral, é exigida do licitante a contratação de profissionais autônomos de Arqueologia, ou de empresa especializada na realização dos trabalhos determinados no TRE's.

Os trabalhos arqueológicos a serem desenvolvidos podem ser o Acompanhamento Arqueológico para os empreendimentos enquadrados no Nível II; Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) para o Nível III; ou Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA) para o Nível IV, além de procedimentos subsequentes e Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados⁴⁹, como demonstra a figura 2.

⁴⁸ Como foi discutido anteriormente, essa Instrução Normativa estabeleceu a proposição de Projeto Integrado de Educação Patrimonial para os empreendimentos dos níveis III e IV, com a necessidade de definição do público-alvo, equipe multidisciplinar e mecanismos de avaliação (*vide* página 22).

⁴⁹ A IN 001/2015 reconhece, no seu artigo 2º, incisos I, II e IV, os bens tombados nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; os bens registrados nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e os valorados nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

Figura 2 – Quadro de exigências por nível de empreendimento para cada tipologia de bens acautelados em âmbito nacional

BENS ACAUTELADOS		
Níveis	Arqueológico	Tombados, Registrados e Valorados
I	Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE)	Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados
II	Acompanhamento Arqueológico	
III	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e procedimentos subsequentes	
IV	Projeto de Avaliação de <u>Potencial</u> de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e procedimentos subsequentes	
Manifestação Conclusiva do IPHAN		

Fonte: Montalvão & Gonçalves, 2016, p. 22 (adaptado pelo autor).

Conforme consta na IN/Ipphan nº 001 de 2015, nos seus artigos 15 e 16, dos empreendimentos classificados no Nível I será apenas exigido o Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE). De acordo com Ana Carolina Montalvão e Yacy-Ara Gonçalves (*op. cit.*, p. 23), considera-se que:

“para [os] empreendimentos com baixa interferência no solo e em áreas onde não existam sítios já cadastrados, Nível I, o empreendedor deve assinar um termo (TCE) se comprometendo a, em caso de achados fortuitos, suspender imediatamente as obras, conservar provisoriamente os bens encontrados, comunicar o IPHAN e aguardar sua deliberação, bem como se responsabilizar pelos possíveis custos futuros de resgate do material arqueológico”.

Por sua vez, para as iniciativas classificadas no Nível II, será recomendado o Acompanhamento Arqueológico que consiste na presença em campo de um arqueólogo por frente de serviço⁵⁰, o qual será responsável pela gestão do patrimônio arqueológico eventualmente identificado durante a execução do empreendimento/acompanhamento. Nesse nível, “além do TCE, é exigido também um Termo de Compromisso do Arqueólogo – TCA, currículos, metodologia e cronogramas da obra e da entrega de relatórios parciais e finais” (*op. cit.*, p. 24).

⁵⁰ Geralmente, as frentes de serviço que necessitaram da presença de um arqueólogo são aquelas que vão possibilitar averiguar o potencial arqueológico das áreas que serão impactadas inicialmente, tanto a supressão vegetal (que revela a cobertura do solo), a terraplanagem (que causa o revolvimento de solo natural), como as escavações mecanizadas, propiciam a observação direta sobre as atividades com maior potencial de revelar os vestígios arqueológicos em seu contexto deposicional.

O enquadramento do empreendimento nos Níveis III e IV requer, após o parecer favorável do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA) ou do Relatório de Avaliação do Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA), o desenvolvimento do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA), que “prevê o detalhamento das ações de preservação, salvaguarda, medidas mitigatórias, compensatórias e [Projeto Integrado de] Educação Patrimonial” (*op. cit.*, p. 23). Além disso, o PGPA deve contemplar o programa de monitoramento nas áreas com alto potencial arqueológico, minimizando eventuais perdas e reportando o estado de conservação de novos achados ao órgão competente (o Iphan), que deliberará sobre novas ações.

O detalhamento para cada nível de impacto a partir da IN/Iphan nº 001/2015 possibilitou que a Arqueologia Preventiva, preconizada para salvaguardar o patrimônio arqueológico de perdas irreversíveis, se tornasse mais formal e objetiva, desencadeando processos integrados de gestão do patrimônio arqueológico em consonância com as fases do licenciamento ambiental. Contudo, isso também impossibilitou que houvesse um trânsito informal do conhecimento arqueológico, e socialmente adequado para as comunidades locais, seja através da prática da Arqueologia Pública ou da gestão dos acervos arqueológicos por agentes fora do ciclo comum autorizado da Arqueologia e das instituições museais endossantes.

Todavia, a adoção desses procedimentos para a gestão do patrimônio arqueológico possibilitou a sistematização de ações que minimizaram os impactos inadvertidos sobre os sítios arqueológicos ainda não identificados. Por essa razão, os trabalhos da Arqueologia são previamente executados antes das intervenções construtivas, que serão permitidas somente a partir da constatação do potencial arqueológico das áreas diretamente afetadas.

(...) antes de quaisquer atividades de instalação, o IPHAN obterá conhecimento dos sítios existentes no local, sua devida caracterização e localização, avaliação dos impactos diretos e indiretos que o empreendimento pode causar e quais as recomendações para proteção e preservação, in situ, ou resgate e mitigação para a próxima etapa do Licenciamento (Montalvão & Gonçalves, 2016, p. 25).

Portanto, entre as atividades mais corriqueiras da Arqueologia Preventiva estão àquelas atreladas a identificação dos sítios arqueológicos, podendo destacar o diagnóstico dos bens arqueológicos por meio de prospecção em superfície e de subsuperfície, capazes de averiguar a existência de vestígios arqueológicos pela observação direta da superfície do solo e por intervenções nos substratos

sedimentares, onde são comumente depositados os vestígios arqueológicos por meio da ação humana, da erosão ou pela atuação de outros agentes biológicos. Posteriormente a essas etapas, tem-se a apresentação de medidas protetivas como a conscientização, a sinalização, a preservação *in situ* ou propriamente o resgate arqueológico, caso seja necessário a desterritorialização/remoção e concentração desse patrimônio aos acervos museais⁵¹.

Logo, entre a Portaria Iphan nº 230 de 2002 e a IN/Iphan nº 001 de 2015, a Arqueologia Preventiva no Brasil passa a contar com processos sistemáticos de tomada de decisão apoiada em cada etapa de levantamento de dados. Nesse imbricado sistema, destacamos a relevância de três atores: o papel desempenhado pelo Iphan para determinar quais são os procedimentos que devem ser cumpridos para a obtenção das licenças ambientais em relação aos bens culturais acautelados em âmbito federal; o papel dos empreendedores em custear as pesquisas arqueológicas e os projetos culturais; e a função das empresas de Arqueologia que muitas vezes se limitam a prestar serviços de consultoria, mas tem autonomia para recomendar e executar a adequada valorização e gerenciamento dos bens arqueológicos.

Todavia, reside ainda nesse sistema inúmeros perigos para o patrimônio arqueológico, especialmente na cumplicidade de determinadas empresas de Arqueologia para atenderem aos baixos financiamentos e vencerem a concorrências nas licitações. Restando muitas vezes ao Iphan, com sua limitada fiscalização, o dever de elevar as exigências sobre as pesquisas arqueológicas e, em alguns casos, solicitar complementações nos pareceres técnicos para cada etapa dos trabalhos arqueológicos no licenciamento ambiental.

⁵¹ “Os processos de musealização, não importa de que tipo de referências patrimoniais, raramente escapam dessa lógica de desterritorialização e concentração, tônica dos grandes museus nacionais existentes em quase todo o mundo ocidental. Entretanto, a Arqueologia apresenta desafios específicos que vão desde a intensa conexão entre os artefatos e seu contexto, seja de produção ou de descarte, à impossível mobilidade de alguns deles – edificações, registros rupestres, entre outros –, levando a uma necessária reflexão sobre a grande aderência entre patrimônio arqueológico e território, até mesmo porque os sítios arqueológicos não constituem entidades isoladas, mas interagem espacialmente (...). Não por acaso, duas situações costumam ocorrer: a) processos de musealização envolvendo sítios arqueológicos em áreas habitadas contemporaneamente, que costumam envolver a população e transitar entre conceitos de museu de território e ecomuseu; b) ecomuseus e museus de território, que frequentemente têm o patrimônio arqueológico de diferentes temporalidades incorporado como acervo operacional ou institucional” (Caldarelli & Candido, 2017, p. 201-202).

Além disso, existem também outros mecanismos administrativos como o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que assegura a aplicação de medidas cautelares e compensatórias na reparação dos casos de destruição deliberada do patrimônio arqueológico. Na aplicação do TAC⁵², o Iphan pode condicionar a liberação das áreas arqueológicas impactadas mediante complementação dos trabalhos arqueológicos ou compensação financeira que vise, por exemplo, o fortalecimento das instituições de guarda e pesquisa.

Em vista desse cenário, a preservação *in situ* dos sítios arqueológicos, como defendida na Carta de Lausanne, geralmente esta condicionada as Áreas de Influência Indireta (All's) e em outros casos, as Áreas de Preservação Permanente (APP)⁵³, cuja preservação não é necessariamente vinculada a existência de sítios e/ou vestígios arqueológicos, mas podem ser delimitadas para englobar tais espaços, resultando em uma estratégia conveniente tanto para a preservação patrimonial como para a conservação ambiental. Desse modo, mesmo diante dessas possibilidades ainda são inexpressivos os casos em que se utilizam métodos não invasivos, ou que poupam os sítios arqueológicos como testemunho para as futuras pesquisas, para o fomento do turismo de base comunitária⁵⁴, ou para os projetos continuados de Educação Patrimonial.

2.3 ALGUNS PRESSUPOSTOS E VIESES DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA PARA A INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

⁵² É importante salientar que o TAC não é “a melhor medida” em atribuir valor ao patrimônio arqueológico, mas de acordo com Polo (2018, p. 156), a recorrência a esse instrumento nos últimos anos “encontra razão na falta de regulamentação das sanções penais administrativas para área. Os dispositivos então existentes não foram suficientes para a implantação de uma rotina sistemática de fiscalização do patrimônio arqueológico no IPHAN, sendo esse um tema ainda bastante controverso. Por sua vez, a existência de um quadro falho e complexo de sanções em âmbito penal e administrativo favorecia a busca pela solução no campo civil, por meio desse instrumento bastante maleável que é o TAC (Polo, 2014)”.

⁵³ Segundo o Novo Código Florestal Brasileiro, estabelecido pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as APP's visam proteger os rios ou qualquer curso d'água, como as áreas com nascentes e olhos d'água perenes, além dos: topos de morros, montes, montanhas e serras; as encostas ou partes destas; as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; e as bordas dos tabuleiros ou chapadas.

⁵⁴ “Em termos gerais, pode ser compreendido como forma de organização pautada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, levando em consideração aspectos como cooperação e distribuição igualitária dos recursos gerados com os serviços turísticos. Trata-se de empreitada que se distingue pela sua dimensão humana e cultural, buscando fundamentalmente fomentar o dialogismo e os encontros interculturais e, nesse processo, contribuir para geração de oportunidades de trabalho e renda para os seus membros” (Maldonado, 2009 *apud* Mageste *et al.*, 2017, p. 294).

Em linhas gerais, a Educação Patrimonial na Arqueologia é comumente relacionada aos trabalhos de Arqueologia Pública preocupada também na formação de sujeitos capazes de superar as limitações históricas impostas pelo sistema-mundo dominante. Desse modo, o intuito deste subtópico é conceituar essa linha de pesquisa que por diversas vezes tem absorvido a prática da Educação Patrimonial na Arqueologia, e conectar algumas discussões trazidas até aqui, mas também continuadas no próximo capítulo mediante o reconhecimento de novas concepções para as ações patrimoniais, as quais estão imersas nas particularidades socioeconômicas deste país.

Para alguns autores há uma clara associação (de causa e efeito) entre a efervescência de projetos na Arqueologia Preventiva e o crescimento de uma crítica interna da disciplina arqueológica por meio da Arqueologia Pública. Segundo Marcia Bezerra (2010, p. 1024), essa vertente passa, “de modo inexorável, pela relação com o “outro”, no caso, as populações moradoras do entorno dos sítios arqueológicos sob investigação”. E muito dessas investigações, mais de 90% delas, ocorrem por meio da Arqueologia Preventiva.

O crescimento de atividades ligadas com o licenciamento ambiental e a obrigatoriedade de sociabilização dos conhecimentos gerados com as pesquisas, conferiram estímulos inegáveis para o campo no Brasil, além de estabelecer uma complexa relação entre práticas de Arqueologia Pública e o neoliberalismo (Mageste *et al.*, 2018, p. 8).

Desse modo, assim como aconteceu com o advento da Arqueologia Preventiva, o campo da Arqueologia Pública também foi impulsionado pelas inúmeras políticas de preservação motivadas pela destruição acelerada dos sítios arqueológicos, sejam pelos processos de urbanização, industrialização ou pelo crescimento econômico do país. Além disso, esse campo foi fundamentado na Arqueologia brasileira pela efervescência das correntes teóricas Pós-processuais e da crítica Pós-colonial que questionaram o caráter excludente das práticas tradicionais, também denominadas como canônicas, consolidadas historicamente como atividade burguesa essencialmente desenvolvida por pessoas brancas ocidentalizadas (Mageste *et al.*, 2018, p. 8).

Já para Aline Carvalho e Pedro Paulo Funari (2009, p. 1), desde a década de 1970 os arqueólogos influenciados por teorias Marxistas e Pós-modernas “passaram a se indagar sobre as funções sociais da Arqueologia e, principalmente, sobre como

deveriam se estabelecer as relações entre os acadêmicos, suas investigações e a sociedade como um todo”.

Frente a essas discussões causada pela Arqueologia Pública, Leandro Mageste (*et al.*, 2018) ressalta a crescente necessidade da inserção de estratégias mais democráticas no bojo da Arqueologia, que se traduziria no envolvimento efetivo de grupos subordinados ao longo da empreitada arqueológica. Assim, para esse autor a abordagem da Arqueologia Pública visa fomentar a articulação entre comunidades locais e os acadêmicos para “cada estágio da pesquisa arqueológica, tendo em vista a construção, o gerenciamento, a interpretação e a destinação do patrimônio passível de ser tratado” (*op. cit.*, p. 7). Portanto:

Trata-se de um trabalho que facilita o envolvimento efetivo de grupos subordinados no processo de investigação e construção de narrativas sobre o passado. Ao mesmo tempo, a perspectiva incentiva à aplicação de olhares transdisciplinares, pressupondo a realização de estudos em compasso com preocupações comunitárias, antropológicas, históricas e museológicas, para citar algumas das possibilidades (Shanks & Tilley, 1987 *apud* Mageste *et al.*, 2018, p. 7).

A Arqueologia Pública é uma área de atuação também voltada para a pesquisa do interesse público sobre o passado arqueológico, permitindo discutir a abertura das pesquisas arqueológicas realizadas dentro da academia ou mesmo pelas empresas de Arqueologia em colaboração com a sociedade (Merriman, 2004: 2 *apud* Carvalho & Funari, 2009, p. 1). Por sua vez, para Marcia Bezerra (2003) a Arqueologia Pública englobaria:

(...) um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público, ou seja, mais do que uma linha de pesquisa da disciplina, a Arqueologia Pública é inerente ao exercício da profissão (*op. cit.*, p. 276).

Além disso, pode ser observado no trabalho de Cornelius Holtorf (*apud* Carvalho & Funari, 2009) uma complementação a delimitação apresentada pelos pesquisadores brasileiros. Esse arqueólogo assinala à existência de pelo menos três modelos gerais que caracterizariam o campo da Arqueologia Pública. O primeiro modelo seria o da Educação, mais instrutivista, focado na transmissão do conhecimento arqueológico já pronto e acabado. O segundo modelo, da Relação Pública, seria mais simplificado e almejaria melhorar a imagem da Arqueologia na sociedade através da produção midiática, seja por meio dos jogos eletrônicos, filmes, séries ou documentários (que também são comumente produzidas e

difundidas pelas plataformas de *streamings*⁵⁵, muitas vezes sem o devido valor crítico e informacional). A terceira tendência consistiria no modelo Democrático, essencialmente construtivista, estaria focado na valorização igualitária do conhecimento científico e popular sobre os bens arqueológicos. Desse modo, Aline Carvalho & Pedro Funari (2009) ressaltam que:

Em uma linha argumentativa muito semelhante à do educador brasileiro Paulo Freire (1980), Holtorf advoga que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos: esses saberes podem variar de acordo com a trajetória de vida de cada um dos indivíduos, mas possuem igual importância.

Como existe uma igualdade no valor das pessoas e de seus conhecimentos, todos podem ser estimulados a se relacionar com a Arqueologia. Não porque ela é detentora da verdade, ou está relacionada às aventuras Hollywoodianas, mas porque esse campo de pesquisa pode ser um fascinante instrumento para a leitura crítica do mundo que nos cerca; composto pela cultura material (*op. cit.*, p. 3).

Contudo, apesar das tentativas de emplacarmos um discurso das multivocalidades para os diversos autores e agentes sociais desde o nascedouro da Arqueologia Pública, atualmente essa perspectiva é divergente por possibilitar que pessoas advindas de movimentos populistas e negacionistas também ajam com legitimidade discursiva.

Assim, há uma abertura para o revisionismo histórico propagado pela extrema direita nas democracias ocidentais, focado no retrocesso social. Enquanto tem-se defendido no campo arqueológico o protagonismo histórico das minorias étnicas e o direito a diversidade, por outro lado, esses movimentos nacionalistas pregam o autoritarismo, a descredibilização da ciência e o fascismo em todas as áreas.

Embora a maneira como a maioria dos arqueólogos se relaciona com o público mais amplo tenha mudado com a ocorrência desse populismo reacionário (González-Ruibal; González; Criado-Boado, 2018), é importante enfatizar que os modelos apresentados por Cornelius Holtorf para caracterizar Arqueologia Pública em escala mundial muitas vezes ganham novos contornos na Arqueologia brasileira, englobando frequentemente a prática da Educação Patrimonial como uma importante metodologia para a interação com a sociedade.

Assim, apesar da perspectiva da Arqueologia Pública se demonstrar urgente para a Arqueologia nacional nas últimas décadas, ela passa constantemente pela adequação de novas estratégias. Ao passo que observamos uma necessidade ainda

⁵⁵ Recentemente a Netflix lançou o documentário “Os Segredos dos Neandertais” e anteriormente o filme “A Escavação” que retrata a história das primeiras escavações arqueológicas em Sutton Hoo, Reino Unido, a partir de 1938.

latente na manutenção de ações de Educação Patrimonial como medida para assegurar a preservação imediata do patrimônio cultural. E para que ocorra uma pavimentação permanente desse caminho, seguiremos adiante por discussões que levam a uma releitura da perspectiva pedagógica do patrimônio, permeada por princípios já consagrados no campo patrimonial.

3 DISCUSSÕES CONCEITUAIS E PRINCÍPIOS PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Para Marcia Bezerra (2010) a expressão “Educação Patrimonial” se tornou um pleonasma por não mais existir educação sem cultura ou cultura desvinculada da educação, mas isso vai além do descontentamento com essa terminologia, demonstra como se construiu um “tabu” na Arqueologia para não empreender discussões em torno das ações pedagógicas realizadas pelos próprios arqueólogos, principalmente pela primazia dada a corrente da Arqueologia Pública como o principal campo norteador dessa prática.

Diante desse quadro, João Demarchi (2016, p. 277) pontua que embora tal nomenclatura esteja desgastada por persistir num descompasso entre os métodos e os suportes teóricos, uma nova denominação se tornaria perigosa por esconder ideologias que recaem sobre os mesmos paradigmas. Como exemplo, o autor coloca que a definição de “Educação para o patrimônio” denota um enfoque no objeto em detrimento dos sujeitos históricos, contribuindo assim para a fetichização do patrimônio tangível.

Diante disso, será mantido para essa pesquisa o termo já consagrado, visto que todas as referências buscadas para a construção do arcabouço teórico se referem majoritariamente a nomenclatura em sua concepção tradicional (Fonseca de Oliveira, 2014). Contudo, buscaremos também ressignificar esse campo através da leitura de novas publicações que se avolumam com essa prática (Sivieiro, 2015; Nito & Scifoni, 2017; Tolentino, 2018; Demarchi, 2016; 2018; 2020; Scifoni, 2019; 2022; Florêncio, 2022).

Logo, Simone Scifoni (2019, p. 15) vai discorrer sobre alguns pontos relevantes para ressemantizar essa terminologia. Segundo essa pesquisadora é preciso reconhecer que a questão do desconhecimento social não fundamenta mais a Educação Patrimonial, uma vez que os grupos sociais estão a cada momento mais engajados na preservação dos seus próprios patrimônios e identidades culturais⁵⁶.

⁵⁶ Em contrapartida, Carolina Cantarino (2006, p. 1) destaca que “ainda são raros no Brasil os casos em que é a população que pede a patrimonialização do bem. Quando isso acontece, a valorização é muito maior”. Apesar da citação de Cantarino ter sido proferida nos primeiros anos deste novo milênio, ainda é pertinente pelo fato de não se constatar a existência de uma sociedade fundada no direito à diversidade, a memória e a autonomia cultural. Mas não invalida totalmente o pensamento

Este argumento contrapõe a narrativa de que a educação é a única solução para a preservação do patrimônio brasileiro, embora não deixe de ser uma atividade ainda necessária para problematizar as transmissões e construções do patrimônio, corriqueiramente acionado para representar nossa identidade sociocultural.

De acordo com essa autora (*op. cit.*, p. 15) temos replicado uma visão ingênua sobre a perspectiva educativa do “conhecer para preservar”, na medida em que “não há garantia de que indivíduos que detenham maior conhecimento sobre o patrimônio sejam realmente mais sensíveis à sua preservação”. Portanto, se essa noção fez algum sentido em seu contexto de concepção durante as primeiras décadas após a criação do Iphan, na atualidade “reproduzi-la pode significar despolitizar o debate sobre o papel que as ações educativas têm para a preservação do patrimônio” (*op. cit.*, p. 27).

Assim, entendemos aqui que uma nova roupagem para a Educação Patrimonial exige mais do que o próprio ato de disciplinar e informar, ela deve desenvolver uma empatia e promover uma reflexão acerca da importância do patrimônio cultural na manutenção de direitos e garantias sociais, ressaltando o caráter irreversível da perda da própria singularidade cultural caso seja ignorada a sua manutenção no presente.

Em outras palavras, é necessário ir além da transmissão do conhecimento empírico, desenvolvendo uma relação pautada na atribuição de significado e relevância social para um contexto capitalista (Souza, 2018). Segundo Simone Scifoni a formação de afeto e cuidado exige afiliações que demandam algum sentido expressivo, transformando um objeto vulgar em algo singular, aquilo que Eclea Bosi (2003 *apud* Scifoni, 2019, p. 28) chamou de objetos biográficos.

A autora também questiona sobre quem deve ser educado sobre a preservação, uma vez que o próprio Estado brasileiro faz uso de manobras políticas, a exemplo da flexibilização dos estudos socioambientais, para fundamentar a ruína do patrimônio nacional defendido por classes de preservacionistas e por diversas entidades e comunidades locais. Em muitos casos suas prerrogativas se tornam ausentes, inexistindo mecanismo básico para a proteção de qualquer categoria patrimonial. Assim, para cada período de governança política persiste a

de Scifoni, no sentido de que temos hoje mais pessoas cientes dos seus traços culturais e da desigualdade simbólica vigente.

aleatoriedade⁵⁷ do papel do Estado em proteger ou deixar destruir os bens culturais reconhecidos nacionalmente, conforme interesses subjacentes do momento.

[É] bem comum encontrar exemplos de projetos estatais que flexibilizam as normativas da preservação para viabilizar determinados interesses políticos, abrindo mão do patrimônio para atender às necessidades da valorização do capital, sob o patrocínio dos próprios órgãos a quem caberia à tutela destes bens. Nesse caso, é preciso explicitar que, também, se torna sujeito da destruição do patrimônio a própria instituição que deveria preservá-lo, na medida em que se opta por favorecer determinados interesses econômicos ou políticos em detrimento da missão que é a proteção aos valores culturais (Scifoni, 2019, p. 27).

Outros fatores que nos levam a repensar as concepções equivocadas sobre a Educação Patrimonial são apresentados por Márcia Bezerra (2010). De acordo com essa autora o crescimento exponencial da Arqueologia Preventiva a partir da Portaria Iphan nº 230/2002 originou um volume imensurável de projetos para este campo, perpetuando uma prática claramente ausente de parâmetros para as etapas de elaboração e de avaliação dos projetos da área. Isso foi preponderante para a manutenção de visões pouco frutíferas para o desenvolvimento da Educação Patrimonial na Arqueologia como um todo.

Por conseguinte, se mantiveram equívocos recorrentes ao associá-la a ações esporádicas em ambientes escolares ou a iniciativas de divulgação científica pelos meios acadêmicos, em vez de propostas mais detalhadas e contextualmente elaboradas para fins de mobilização social, ou de compreensão crítica dos processos que ameaçam extirpar qualquer materialidade que remeta a uma consciência social sobre o passado histórico e étnico do Brasil.

Além disso, antes da publicação da IN/Iphan nº 001/2015 não era levada em consideração a qualificação profissional para a realização dos projetos de Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva⁵⁸. Mesmo com a mudança desse panorama, são cada vez menores os financiamentos para a realização adequada das pesquisas arqueológicas alinhadas às iniciativas mais profícuas de Educação Patrimonial⁵⁹.

⁵⁷ Para além dessa aleatoriedade, o que também ocorre é o atendimento as demandas políticas e econômicas específicas, em grande parte de natureza neoliberal, que tem sobreposto à importância dos patrimônios.

⁵⁸ Apesar dos arqueólogos e arqueólogas precisarem de uma base teórica e conceitual para trabalhar com a Educação Patrimonial, ainda são escassas as oportunidades para essa área, com poucas vagas nos projetos extracurriculares das graduações e pós. Atualmente, algumas formações estão sendo realizadas pelo Iphan e pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) através de minicursos com certificação. Entretanto, é mais comum ficar a cargo de cada profissional a responsabilidade individual pela autoqualificação nessa área.

⁵⁹ “De um modo geral, por mais que se conte com uma proposta pedagógica bem delineada, pautada em referenciais teóricos e metodológicos nos programas de educação patrimonial relacionados ao

Soma-se a isso também a constante divergência quanto às estratégias de atuação dos (as) arqueólogos (as) nos projetos de Educação Patrimonial. Para Cristiane Amarante (2016, p. 23) a Educação Patrimonial acaba se confundindo com questões alheias a preservação do patrimônio arqueológico e pautando-se exclusivamente pela valorização do patrimônio imaterial ou edificado⁶⁰. Portanto, é persistente a dúvida sobre qual abordagem adotar nas ações patrimoniais próximo de contextos comunitários e distante do âmbito escolar; ou de qual modo seria o envolvimento das pesquisas arqueológicas com outros patrimônios, além daquele defendido pela Arqueologia.

Mesmo diante desse conflito, é importante mencionar a autonomia que os profissionais de Arqueologia devem desenvolver para promover o protagonismo da cultura material arqueológica por meio de outras vertentes para além da Arqueologia tradicional (ou pré-colonial), sendo pertinente refletir sobre outras arqueologias, como a do passado recente (Thiesen, 2013).

Um exemplo disso pode ser visto a partir do contexto da Vila de Serra Pelada, localizada ao sul do estado do Pará. Essa localidade é formada por garimpeiros (as) que residem nesse local desde a década de 1980 para a exploração de minério como o ouro. Conforme colocado por Marcia Bezerra (2015, p. 221), esse espaço está marcado por uma situação politicamente tensa e conflituosa:

A miséria somada à insegurança, à falta de perspectiva e o sentimento de exclusão alternam os relatos... Ora melancólicas, ora revoltosas, elas sempre têm como ponto de partida o garimpo: os anos “dourados”, a descoberta da primeira pepita, a perda da família, as doenças decorrentes da manipulação do mercúrio, a pobreza, a vergonha ou a desilusão. Nesse contexto, as referências a elementos que os conectariam ao patrimônio arqueológico são embaçadas. No seu lugar emergem outras paisagens mais significativas, não arqueológicas e mais mundanas. O passado remoto da arqueologia não tem ressonância para essas comunidades, cujo passado mais recente está suspenso, projetando-se no presente como um peso. Falar de patrimônio arqueológico pré-colonial em um contexto como esse (...) é atuar em um “vazio semiótico” (*op. cit.*, p. 222).

Este exemplo demonstra como algumas abordagens arqueológicas precisam ser adaptadas a partir da demanda comunitária. O foco deixa de ser o gerenciamento exclusivo do patrimônio arqueológico e passa a também esta

licenciamento de empreendimentos, o tempo para a realização de tais ações se coloca sempre como um desafio” (Zanettini Arqueologia, 2017, p. 62).

⁶⁰ Entretanto, ao longo do seu trabalho Cristiane Amarante (2016) reconhece a importância de compreendermos a educação como um ato político, e citando Nick Merriman, ela aponta para as teorias do construtivismo como caminho para o diálogo. A autora também menciona o trabalho de Paulo Freire preocupado na formação de sujeitos capazes de agir sobre sua própria história e sobre a comunidade em que vivem.

direcionada a atuação dos profissionais de Arqueologia em atendimento as demandas socioculturais recentes.

No caso da Vila de Serra Pelada deveria ser ponderada uma Educação Patrimonial que tratasse diretamente a atividade garimpeira e as memórias produzidas por essa profissão à medida que contasse o protagonismo dos moradores na construção do seu próprio passado; certamente um exercício importante para uma ação política. Assim, ponderamos que o atendimento específico da demanda do público é uma preocupação real para Arqueologia por estar vinculado a processos de legitimação de direitos e reconhecimento de determinadas trajetórias culturais⁶¹.

Além disso, Sônia Florêncio (2019) destaca que as experiências educativas e as práticas patrimoniais são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida cotidiana das pessoas, devendo favorecer o constante fluxo de significados e criação de referências culturais.

“No caso das ações educativas em prol da preservação e valorização do patrimônio cultural, em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados” (*op. cit.*, p. 63).

Complementarmente a essas abordagens que buscam ressignificar o campo da Educação Patrimonial, a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) elenca ao menos seis princípios que orientam os trabalhos dos seus autores nas interações cotidianas entre comunidade e patrimônio cultural. O primeiro princípio considera a transversalidade da educação no amplo processo de reconhecimento da esfera patrimonial, conseqüentemente, privilegia a dimensão política do mesmo, o respeito pela diversidade, à interlocução, a autonomia e centralidade dos sujeitos, e as transformações sociais que podem ser promovidas pelas ações patrimoniais.

A transversalidade sustenta que a educação permeie todo o processo de patrimonialização, e não apenas o final como forma de divulgação. A dimensão política reconhece que o patrimônio serve à luta de classes e está inserido em um campo de disputas. O respeito à diversidade reconhece a pluralidade de identidades e memórias e, com isso, as múltiplas interpretações que o patrimônio pode conter. A interlocução preconiza o diálogo entre os diversos sujeitos como central para qualquer atuação nos campos da educação e do patrimônio. A autonomia e a

⁶¹ “Eckert (2012: 19), ao tratar de uma comunidade de mineiros de carvão na França, afirma “Hoje, sem a mina, foi a profissão que desapareceu, e com ela valores de referência de um grupo, de uma prática social e um modo de vida”. Em Serra Pelada, a profissão vive em/pelas histórias e objetos, o que tem profundas implicações para a construção da identidade de “ser garimpeiro”, para a coesão da comunidade e para a proteção de seus direitos” (Bezerra, 2015, p. 222).

centralidade dos sujeitos superam a atenção fetichizante do bem cultural e atentam para os sujeitos que produzem cultura. E por fim, a orientação da transformação social estabelece como objetivo reverter às desigualdades e estruturas de dominação sociais (Demarchi & Nito, 2022, p. 145 e 146).

Nota-se que esses princípios se articulam entre si e estão relacionados a uma abordagem crítica da preservação do patrimônio cultural. Logo, destacamos o princípio da dimensão política por ter uma recorrência maior na corrente teórica da Arqueologia Social Latino Americana⁶² (Benavides, 2001).

Além disso, consideramos que as interpretações produzidas pela Arqueologia sempre se situam na discussões políticas do presente, como apontou Matthew Johnson (2000) há algum tempo. E a neutralidade política muita vezes replicada nas pesquisas arqueológicas não mobiliza abordagens a favor de grupos sociais menos favorecidos, encarados apenas como objeto de estudo e público-alvo das ações de extroversão do patrimônio arqueológico.

Ainda segundo Marcia Bezerra (2010, p. 1025), a Educação e a Arqueologia são formas de intervenção no mundo, e o papel de ambas como instrumentos de ação política é fomentar espaços de discussão e de reivindicações, tendo em vista os avanços e impactos causados pela globalização, pela ideologia neoliberal⁶³ e pelos projetos políticos ditatoriais.

De acordo com a REPEP (2014), a ênfase na dimensão política se sustenta por não negar à ação educativa sua condição crítica da realidade social, e consequentemente, não neutralizá-la de qualquer efeito sobre os sujeitos que nela se inserem. Ainda segundo esse coletivo:

As ações educativas no campo do patrimônio devem, portanto, explicitar o caráter de disputa e de conflito inerente ao campo do patrimônio, mostrando a multiplicidade de visões e interpretações possíveis, bem como interferindo na própria institucionalização das narrativas e significações do patrimônio

⁶² “É evidente que todo trabalho arqueológico tem uma política implícita e às vezes explícita nas entrelinhas – que mesmo os arqueólogos positivistas e empíricos mais rigorosos estão contribuindo, conscientes ou não, para uma agenda política específica fora de seu controle (Kohl e Fawcett 1995; Trigger, 1989; Wylie, 1992, 1995). Nesse cenário, nas duas últimas décadas, tem se desenvolvido no pensamento antropológico latino-americano uma comunidade de arqueólogos que tem se desobrigado da pretendida neutralidade científica e associado ativamente o trabalho profissional ao envolvimento político” (Benavides, 2001, p. 168).

⁶³ Para Patrícia Branco & Leandro Magalhães (2010, p. 126) a intenção do neoliberalismo é transformar a educação e o patrimônio em mercadorias, o que leva a uma série de consequências sociais: “[1] forma sujeitos subalternos, que entendem a realidade apenas pela ótica do mercado e suas diretrizes, não percebendo assim as contradições e conflitos inerentes à sociedade, e assim, ao patrimônio; [2] prevalece o princípio da homogeneidade sobre o da diversidade, sendo esta valorizada apenas quando inserida e cooptada; [3] a liberdade de escolha restringe-se a liberdade de consumo, com autonomia e possibilidade de decisões limitadas; [4] os objetos e as coisas passam a ter mais valor que as pessoas e suas relações, sendo as manifestações consideradas apenas quando adquirem importância financeiramente e garantem retorno econômico para os envolvidos (...)”.

cultural. As ações de educação são, portanto, potencialmente instrumento de alteração das próprias políticas públicas de preservação do patrimônio. (REPEP, 2014, p. 2).

Dessa maneira, enfatizamos que essa dimensão se caracteriza pela potencialização dos sujeitos, pelo reconhecimento das tensões e disputas em torno das narrativas patrimoniais (em vez da retórica dos discursos homogeneizantes), além de ser uma importante estratégia para alterar as políticas estatais na institucionalização de novos patrimônios, como ocorreu ultimamente no reconhecimento do patrimônio imaterial e das paisagens culturais⁶⁴ (Demarchi & Nito, 2022; Bezerra, 2010; Carneiro, 2014).

Concordando com Sérgio Miceli (1987) e Ulpiano Menezes (2009), João Demarchi e Mariana Nito (2022, p. 137) afirmam que a postura de tentar retirar a dimensão política do patrimônio afasta dele suas marcas sociais e privilegia apenas as marcas estéticas e formais, contribuindo para fetichização do patrimônio e reforçando a percepção de que os valores emanam do próprio bem cultural em questão, e não dos sujeitos que atribuem significados e valores a tal bem⁶⁵.

Assim, para Magaly Cabral (2004, p. 40) uma nova pedagogia do patrimônio se fixa mediante um compromisso político e social. Além de “uma pedagogia interativa (...) [através da qual] o diálogo é o caminho que se impõe para a educação com o patrimônio”. Essa autora ainda salienta a importância da ação patrimonial estar focada no tempo presente, como medida para perpetuar os patrimônios que temos hoje a partir de uma tomada de consciência e vontade política⁶⁶.

Portanto, todos esses pressupostos são fundamentais para alcançarmos a relevância social da preservação do patrimônio cultural, a ser potencializado por

⁶⁴ “[As] últimas tipologias de patrimônios foram importantes para o avanço na valorização de novos grupos sociais e estiveram articuladas à democratização da sociedade brasileira das últimas décadas. Apesar da insuficiência para reverter o caráter elitista do patrimônio nacional historicamente constituído, esses instrumentos inovadores são responsáveis por apontar na direção da participação popular e, portanto, são seus fundamentos que devem ser perscrutados” (Demarchi & Nito, 2022, p. 139).

⁶⁵ “Problematizar essas questões é analisar a realidade social, as hierarquizações e a formação de “linhas abissais”. Pensar o ser humano e o conhecimento está estritamente ligado ao pensar a diversidade, a pluralidade. Esse é o caminho que se julga ser necessário refletir para propor uma nova educação patrimonial que seja transformadora, politize o patrimônio e considere as pessoas com quem se trabalha como agentes históricos” (Demarchi, 2016, p. 277).

⁶⁶ “(...) a rigor não se preserva no passado para o passado, mas sim que se preserva no presente para o presente, pois preservado aqui e agora o ser preservado, em linha projetiva, alcança o futuro. Talvez, então, a faixa Preserve o patrimônio que é seu passe a ter um significado, pois a preservação é “fruto de uma tomada de consciência, de uma decisão e de uma vontade política” (Chagas, 2001 apud Cabral, 2004, p. 42).

meio da educação. A seguir trataremos de outras implicações políticas para o campo da Educação Patrimonial.

3.1 DEMAIS ASPECTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Desde sua idealização enquanto política oficial, as iniciativas desse campo foram direcionadas para a transmissão do legado cultural conservador da nação. Nesse sentido, uma perspectiva educativa crítica esteve à margem das ações efetivas principalmente na Arqueologia Preventiva a partir da promulgação da Portaria Iphan nº 230/2002.

Embora esta norma tenha instituído a obrigatoriedade do desenvolvimento de projetos de Educação Patrimonial na Arqueologia, não apontou orientações para a sua realização, legitimando práticas reducionistas que buscavam apenas cumprir as exigências básicas de proteção do patrimônio arqueológico. Contudo, a ausência de normatização não negava aos pesquisadores a opção por abordagens mais reflexivas que problematizassem a noção autorizada (Smith, 2012; 2021).

Diante disso, a lógica autoritária e verticalizada do patrimônio serviu a uma Educação Patrimonial instrutivista que atendeu a lógica paternalista entre o Estado e a Sociedade (Tolentino, 2018). Logo, houve um estabelecimento em prol da preservação do patrimônio cultural apenas ligado aos bens chancelados, isto é, aqueles sob a tutela do Estado, tornando o público, em sua grande maioria, alvos⁶⁷ de instrução acerca da valorização de um patrimônio supostamente pertencente a todos (Souza & Thompson, 2016). Frequentemente, os trabalhos na Arqueologia Preventiva também não possibilitam uma reflexão a respeito da própria construção do passado nacional, uma discussão relevante para dimensionar a importância da preservação do patrimônio cultural na atualidade.

Além desses fatores, o emprego do ensino tradicional foi justificado pela baixa identificação da população brasileira com o patrimônio nacional, ocasionado por um processo de desequilíbrio de representatividade em termos de origem étnica, social

⁶⁷ Atualmente, é consensual a mudança de terminologia de “público-alvo” para “público participante”, ao se caracterizar o papel ativo das pessoas nas ações patrimoniais (Baima, 2016; Florêncio, 2022).

e cultural (Florêncio *et al.*, 2014), como ocorreu em outras nações pelos efeitos do imperialismo europeu⁶⁸ (Andrade Lima, 1988).

Consequentemente, a concepção de Educação Patrimonial no Brasil se deu no âmbito de instituições especializadas na área patrimonial, como os museus nacionais (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), e de modo geral se caracterizou por uma abordagem de alfabetização cultural que pretendeu realizar ações de transmissão de informação, valores e concepção de mundo de alguns detentores do saber científico para aqueles que nada sabiam, reificando elementos colonizadores de cunho civilizatório aos mecanismos escolares já homogeneizantes⁶⁹ (Fontes, 2016). Dessa forma, o patrimônio foi imposto, fetichizado e não concebido como um território em litígio passível de inúmeras interpretações.

Além disso, soma-se a esse cenário a predominância da máxima do “conhecer para preservar” como a principal diretriz das ações patrimoniais, sendo que a dimensão simbólica dos espaços culturais costuma ser mais reconhecida pelas vivências sociais em torno desses espaços do que pela imposição do saber técnico acerca do assunto (Londres, 2001 *apud* Tolentino, 2016). Portanto, consideramos que a preservação do patrimônio não foi tratada como um fato social discutível, o que levou a um aparelhamento da Educação Patrimonial para doutrinar a população acerca da importância de preservar um patrimônio exterior.

Concomitantemente, o objetivo desse campo estava afinado para atender ao discurso autorizado do patrimônio em seu paradigma preservacionista, diferente da abordagem atual que é moldada principalmente pela busca em contribuir e incentivar a produção de conhecimento na área e, consequentemente, possibilitar a democratização do patrimônio através do reconhecimento de sua relevância social (Nogueira, 2016).

Dessa maneira, argumentamos que a Educação Patrimonial em vez de se basear na imposição do saber científico sobre os bens culturais, deve primeiramente privilegiar a interpretação e reutilização dos testemunhos culturais conforme as

⁶⁸ “Em todos esses casos assinalados, sejam na Europa, Ásia, África ou América, existe um denominador comum que estabelece uma vinculação direta do passado com o presente: a continuidade étnica. As antigas culturas são reconhecidas como ancestrais das sociedades atuais, existindo entre elas um elo histórico. No caso do Brasil, e dos Estados Unidos (Trigger, 1980), entretanto, houve uma profunda ruptura nesse plano, que determinou uma importante descontinuidade entre as sociedades que antecederam e as que se formaram após o contato com o europeu” (Andrade Lima, 1988, p. 22).

⁶⁹ “(...) a escola, de forma geral, vincula-se a uma perspectiva tradicional, que privilegia o hegemônico à diversidade, a unidade ao conflito, a imposição ao debate” (Branco & Magalhães, 2010, p. 123).

demandas sociais, possibilitando a relação solidária e cooperativa de produção e troca de conhecimento, além de proporcionar alternativas para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural (Siviero, 2015). Esse caminho é viável se não atuarmos de forma passiva, em concordância com um patrimônio reificado que já vem pronto e acabado.

Para isso, é necessário que haja a permuta entre uma Educação Patrimonial tradicional, que encara as comunidades como consumidoras e público-alvo, para uma Educação Patrimonial problematizadora na qual as comunidades são vistas como produtoras e detentoras dos patrimônios que constituem o seu presente. Dessa maneira, almejamos romper com o velho paradigma de “patrimonialização que reproduzem os processos de dominação do saber-poder sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos sociais não hegemônicos” (Tolentino, 2018, p. 41), convergindo para as comunidades componentes da sociedade civil por meio de suas referências específicas e através de processos participativos e decisórios (Souza & Thompson, 2016).

Ante o exposto, a nova pedagogia do patrimônio é entendida aqui como uma concepção político-pedagógica que pretende proporcionar as pessoas condições de agirem e de serem sujeitos de suas próprias causas (Scifoni, 2022), sobretudo agentes participantes dos processos de preservação estabelecidos por meio de práticas inclusivas, como nos inventários participativos (Florêncio *et al.*, 2016). Isto, como colocado por Regina Abreu (2015 *apud* Tolentino, 2016), contribuirá para uma patrimonialização das diferenças, considerando as singularidades e diversidades locais.

Desse modo, a abordagem da Educação Patrimonial também pode ser refinada a partir do processo de perda de inocência política para as ações patrimoniais, buscando demonstrar a pluralidade do nosso passado, em face do perigo de uma histórica única, ou dos discursos que reproduzem a completa homogeneidade da sociedade e da suposta leitura objetiva do passado sem um compromisso social explícito (Bauman, 2003; Valera, 2008; Adichie, 2019). Por isso que se reconhece que há inúmeras disputas em torno do papel da educação nas políticas públicas do patrimônio cultural, assim como acerca das concepções educacionais a serem acionadas na área (Souza & Thompson, 2016).

“O campo da educação patrimonial não é tranquilo e não é pacífico; ao contrário, é território em litígio, aberto para trânsitos, negociações e disputas

de sentidos. Orientações, tendências e metodologias diversas estão em jogo nesse território. Toda tentativa de reduzir a educação patrimonial a uma única metodologia também pode ser lida como tentativa de domínio hegemônico, controle e eliminação das diferenças. Conclusão: a educação patrimonial não é por si só emancipadora ou repressora, fértil ou estéril, transformadora ou conservadora” (Chagas, 2004, p. 144 e 145).

De acordo com Laurajane Smith (2012, p. 6) os arqueólogos ao se envolverem com o patrimônio se envolvem em “políticas de identidade” e devem estar dispostos à intermediação de disputas, desempenhando um papel ativo a partir de uma postura crítica. Desse modo, na contemporaneidade é fundamental estarmos atentos aos processos de engajamento e de futuros que estão emergindo a partir de escolhas políticas do presente (Harrison, 2018), especialmente aqueles que fazem referência ao passado histórico e arqueológico.

Por fim, consideramos que as ações educativas realizadas com base no patrimônio cultural são construções que dizem muito sobre quem as praticam. Inevitavelmente, uma questão a ser refletida é sobre as circunstâncias que levam a manutenção de uma Educação Patrimonial tradicionalista na Arqueologia, replicante de modelos hegemônicos e até coloniais. Não que estas áreas sejam ausentes de perspectivas progressistas, mas tudo aponta para uma indisposição dos próprios profissionais de Arqueologia em adotarem estratégias mais dispendiosas em detrimento da manutenção de uma prática arqueológica cada vez mais influenciada pela lógica do mercado, como acontece na Arqueologia Preventiva atualmente.

“É um modelo que segue à risca as ideologias de mercado, ou seja, maximização do capital em detrimento do tempo, da experiência e da produção de conhecimento. Neste modelo o trabalho arqueológico passa a ser uma técnica que segue os padrões de uma linha de produção fordista, o que por sua vez resulta em processos de produção de conhecimento que são padronizados e acríticos. As diferentes vozes são caladas, o corpo do arqueólogo é objetivado e estruturas cada vez mais verticais se impõe ao trabalho. Como resultado temos a manutenção das estruturas hegemônicas de poder” (Barreto *et al.*, 2015, p. 1-2).

Apesar de tal estrutura não impossibilitar a introdução de novas abordagens diante do licenciamento arqueológico, ela limita de inúmeras formas as atuações em torno das questões patrimoniais apresentadas até aqui.

4 O CAMINHO PERCORRIDO COM A PESQUISA QUALITATIVA PARA A SELEÇÃO E ANÁLISE DOS PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (PIEP's)

A metodologia dessa pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa, focando na análise dos PIEP's a partir do método descritivo. Segundo Eva Lakatos & Marina Marconi (2008) além dos métodos tradicionais específicos das ciências sociais (método histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista), pode ser empregado também para essas ciências à abordagem qualitativa ou quantitativa.

Enquanto o enfoque quantitativo se vale de informações numéricas, a abordagem qualitativa utiliza a coleta de pequenas amostras para analisar, interpretar e descrever a complexidade do comportamento humano, mas para esse caso, será aplicado na descrição dos PIEP's desenvolvidos na Arqueologia Preventiva, a partir das ações no território da Serra da Capivara⁷⁰.

Já o caminho metodológico percorrido para a seleção dos PIEP's seguiu a via da pesquisa documental, como será detalhado no próximo tópico acerca do levantamento das autorizações de pesquisas arqueológicas no Brasil até a seleção dos PIEP's promovidos na região sudeste do Piauí. Essa pesquisa documental se limitou aos documentos de livre acesso na plataforma virtual do SEI/Iphan, pautando-se na consulta de informações oficiais relacionadas ao desenvolvimento desses projetos.

Mas antes de chegar a esse ponto, é importante destacar outra etapa anterior que foi fundamental para a conclusão desse estudo, que se refere ao levantamento bibliográfico desta pesquisa para dimensionar o tamanho da problemática acerca do desenvolvimento da Educação Patrimonial na Arqueologia e o seu funcionamento na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Assim, o início da pesquisa bibliográfica ocorreu a partir do levantamento de fontes relacionadas à Educação Patrimonial e Arqueologia Preventiva em

⁷⁰ "O Território da Cidadania Serra da Capivara – PI está localizado na região Nordeste e é composto por 18 municípios: Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca. Possui uma área total de 24.720,49 e uma população total de 140.738 habitantes" (Projeto Viva o Semiárido, 2024)

plataformas de navegação da rede mundial de computadores (a Internet), principalmente por meio do *Google Scholar*. Essa etapa permitiu filtrar por artigos, dissertações, teses, livros e periódicos relacionados ao tema. Contudo, o elemento mais importante dessas buscas foi encontrar as referências que estavam sendo citadas pelos autores dos trabalhos previamente conhecidos.

Complementarmente, realizamos uma varredura no *site* eletrônico do Iphan, através dos *links* de publicações e da “Bibliografia Geral do Patrimônio”⁷¹, buscando trabalhos que discutissem o patrimônio cultural brasileiro e o desenvolvimento da Educação Patrimonial ao longo da atuação dessa autarquia.

Depois de cumprida essa tarefa de forma satisfatória, pois nunca é totalmente completa, foi realizada à leitura atenta dos textos alinhados a uma perspectiva contemporânea e crítica da Educação Patrimonial, além dos periódicos que remontassem a trajetória histórica desse campo. Essa medida permitiu focar nos aspectos políticos do patrimônio, conforme apresentado nas discussões teóricas e conceituais dos primeiros capítulos.

Após a conclusão dessa fase, buscamos selecionar os Projetos Integrados de Educação Patrimonial a partir das atividades de Arqueologia Preventiva no estado do Piauí. Essa seleção aconteceu por meio da tabela de autorizações de pesquisas arqueológicas no Brasil disponibilizada pelo Iphan, envolvendo a busca sistemática dos processos de licenciamento ambiental regidos pela IN/Iphan nº 001/2015 até o ano de 2022. Dessa maneira, foi possível catalogar os processos através do número de identificação no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e posteriormente realizar a pesquisa documental dos PIEP’s, como será detalhado mais adiante.

Dentro do limite espacial estabelecido, foi constatada a predominância de pesquisas de Arqueologia Preventiva em duas grandes áreas do estado do Piauí: a primeira com extensão entre o litoral piauiense até a capital Teresina – PI, e a segunda englobando o sul do estado, com proximidade geográfica das áreas arqueológicas do Parque Nacional Serra da Capivara e Serra das Confusões. Com a quantificação desses projetos constatamos um volume acentuado de PIEP’s no segundo grupo, e por isso foi decidido trabalhar com os processos lotados nessa

⁷¹ <http://portal.iphan.gov.br/bibliografiaPatrimonio?letra=m&pagina=6>.

segunda área, tanto pela quantidade de PIEP's na área como pela relevância dessa região para o cenário mundial da Arqueologia.

Por fim, os PIEP's identificados por meio da pesquisa documental no SEI/Iphan foram salvos e analisados mediante a estrutura apresentado nos documentos, que geralmente estão norteados pelos objetivos, justificativa, metodologia, atividades interativas, mecanismos de avaliação e reflexões acerca das ações integradas conforme determina a IN/Iphan nº 001/2015.

Com essa análise foi possível pontuar os aspectos teóricos e metodológicos dos PIEP's e quantificar as ações, o público e área abrangida pelo projeto e as correspondências entre os projetos e os relatórios finais. A partir desses pontos, discutimos os avanços e o perfil das práticas educacionais no campo da Arqueologia Preventiva no sudeste do Piauí.

Desse modo, a abordagem adotada para análise dos PIEP's ocorreu a partir da síntese dos elementos estruturantes e da caracterização das ações patrimoniais apresentadas nos Relatórios Integrados de Educação Patrimonial (RIEP's), necessário para aprovação dos PGPA's e, posteriormente, permitindo a emissão do parecer favorável do Iphan para obtenção da Licença de Operação pretendida pelos empreendimentos.

Portanto, os parâmetros e critérios de análise seguiram as determinações da Instrução Normativa Iphan nº 001 de 2015 que é mais estrutural, e por vezes da Portaria Iphan nº 137 de 2016 que desponta com diretrizes conceituais⁷².

A seguir, trazemos em detalhe o passo-a-passo da seleção realizada para identificação dos PIEP's, com objetivo de lançar luz sobre os procedimentos adotados neste trabalho.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PIEP's A PARTIR DAS AUTORIZAÇÕES DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO BRASIL

Atualmente é possível acompanhar todas as autorizações das pesquisas arqueológicas no Brasil pelo endereço eletrônico do Iphan, hospedado na plataforma

⁷² O exemplo do forte viés conceitual dessa normativa pode ser visto no seu art. 3º e 5º, com o objetivo de instituir diretrizes e a política de Educação Patrimonial “para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro” (Portaria Iphan nº 137/2016, art. 5º).

do Governo Federal⁷³. Os dados dessas autorizações são fornecidos numa tabela em formato *Excel*, contendo informações referentes ao ano de início do licenciamento ambiental, nível do empreendimento (conforme estabelecido na IN/Iphan nº 001/2015), número de identificação do processo no SEI/Iphan, unidade do Iphan responsável pela análise do estudo, nome do projeto, identificação do empreendedor, identificação do empreendimento, tipo de empreendimento, natureza da pesquisa arqueológica (acadêmica ou preventiva) e pesquisador responsável (coordenador). Também informa acerca da instituição responsável pelo endosso institucional, localização dos municípios abrangidos pelo licenciamento arqueológico/empreendimento, além dos prazos e validade das autorizações das pesquisas arqueológicas, como pode ser observado na imagem a seguir.

Figura 3 – Imagem da tabela em Excel com informações sobre as autorizações de pesquisas arqueológicas no Brasil (1991-2023).

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
	Ano	Nível	Projeto	Processo	Unidade	Projeto	Empreendedor (IN-Iphan n.º 4/15)	Empreendimento (IN-IPI)	Tipos de Em		
11089	2015	40	Nível III	IV	1	01494.000296/2015-10 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – áreas de empréstimo Vale S/A – CNPJ 33592510/0426-83	Área de Empréstimo jazidas Rodovia			
11173	2015	45	Nível III	IV	1	01504.000527/2015-11 IPHAN-SE	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais Tomba: Companhia Industrial de Cimentos Apodi Fábrica de Cimento Apodi	Infraestrutur			
11175	2015	45	Nível III	IV	3	01508.000472/2015-17 IPHAN-PR	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais Tomba: Agathon Participações – CNPJ 0822938	PCH Dona Aracy	Geração de		
11229	2015	46	Nível III	III	1	01403.000338/2015-86 IPHAN-AL	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Sítio Isau José Severiano Chaves – 018.576.494-1	Loteamento Sítio Isaura	Empreendin		
11230	2015	46	Nível III	III	2	01494.000307/2015-53 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico em áreas de Empréstimo VALE S/A – 33.592.501/0426-83	Área de Empréstimo jazidas Rodovia			
11231	2015	46	Nível III	III	3	01494.000293/2015-78 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Fazenda Catual Norte Fazenda Pamaíba – 12.147.930/0001-5	Fazenda Catual Norte	Fazenda		
11267	2015	48	Nível III	III	1	01494.000289/2015-18 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Fazer Grupo Expansion – CNPJ 14521163/0001-0	Loteamento Fazenda Color	Empreendin		
11335	2015	50	Nível III	III	2	01494.000164/2015-80 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Residencial Cidade NCLTE Empreendimentos Imobiliários SPE Residencial Cidade Nova	Empreendin			
11370	2015	51	Nível III	III	1	01494.000165/2015-24 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação Amorim Coutinho Engenharia e Construções Ltda.	Empreendin			
11427	2015	52	Nível III	III	1	01508.000469/2015-95 IPHAN-PR	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais Tomba: Agathon Participações – CNPJ 0822938	PCH Dona Meireles	Geração de		
11428	2015	52	Nível III	III	2	01506.000471/2015-06 IPHAN-SP	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Obras de Aproveitamento SABESP – CNPJ 43776517/0001-80	Obras de Aproveitamento d	Infraestrutur		
11429	2015	52	Nível IV	III	3	01494.000313/2015-19 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Complexo Rialma Energia Eólica SA – CNPJ 15011	Complexo Edício do Poldro	Geração de		
11430	2015	52	Nível IV	III	4	01494.000312/2015-66 IPHAN-MA	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Complexo Rialma Energia Eólica SA – CNPJ 15011	Complexo Edício do Caju	Geração de		
11431	2015	52	Nível III	III	5	01494.000153/2015-08 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Residencial Santa Mitra Diocesana de Imperatriz – CNPJ 11	Residencial Santa Clara	Empreendin		
11503	2015	54	Nível IV	III	1	01508.000943/2015-89 IPHAN-PR	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 138 K CIA Agrícola Usina Jacarezinho – CNPJ LT 138 KV SE Cia Agrícola U	Linha de Tr			
11533	2015	55	Nível IV	III	1	01421.001073/2015-15 IPHAN-RN	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de I Culta Empreendimentos Eólicos SPE SA – CNPJ 10979076/0001-64	Linha de Tr			
11534	2015	55	Nível IV	III	2	01502.001408/2015-03 IPHAN-BA	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Linha: Sowitex do Brasil Energias Alternativas I	Linha de Distribuição de Er	Linha de Tr		
11550	2015	57	Nível III	III	1	01410.000453/2015-61 IPHAN-RO	Avaliação de Impactos ao Patrimônio Arqueológico da Pequena Central Hic Centrais Elétricas Cesar Filho Ltda	Pequena Central Hidrelétrica	Geração de		
11551	2015	57	Nível III	III	2	01502.002364/2015-21 IPHAN-BA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Solar HorizontAlba Energia Ltda	Parque Solar MP	Geração de		
11552	2015	57	Nível III	III	3	01514.0004234/2015-93 IPHAN-MG	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico em Área de Ampliação de Arcelor Mittal Mineração Serra Azul S/A	Preenchimento de cava e a	Infraestrutur		
11553	2015	57	Nível III	III	4	01506.0004343/2015-18 IPHAN-SP	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para CDR Pedreira – Cei Centro de Disposição de Resíduos LT Ampliação do CDR Pedreira	Infraestrutur			
11554	2015	57	Nível III	III	5	01494.000111/2015-69 IPHAN-MA	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação Antônio Costa de Albuquerque Win	Residencial Helício Albuquerque	Empreendin		
11571	2015	59	Nível III	III	1	01410.000522/2015-37 IPHAN-RO	Avaliação de Impactos ao Patrimônio Arqueológico da Micro Central Hidrelétrica Maurício Martinov	Micro Central Hidrelétrica R	Geração de		

Fonte: Iphan, 2023.

Assim, a seleção dos PIEP's sucedeu através da filtragem das autorizações das pesquisas arqueológicas no Brasil, entre os anos de 1991 a 2023. É importante salientar que o primeiro acesso ao arquivo com essas informações ocorreu no primeiro semestre do ano de 2023. Apesar de novas atualizações terem ocorrido nesse tempo, não causaram qualquer prejuízo à amostragem escolhida neste estudo, tendo em vista que os projetos selecionados no fim se mantiveram no recorte temporal pré-estabelecido.

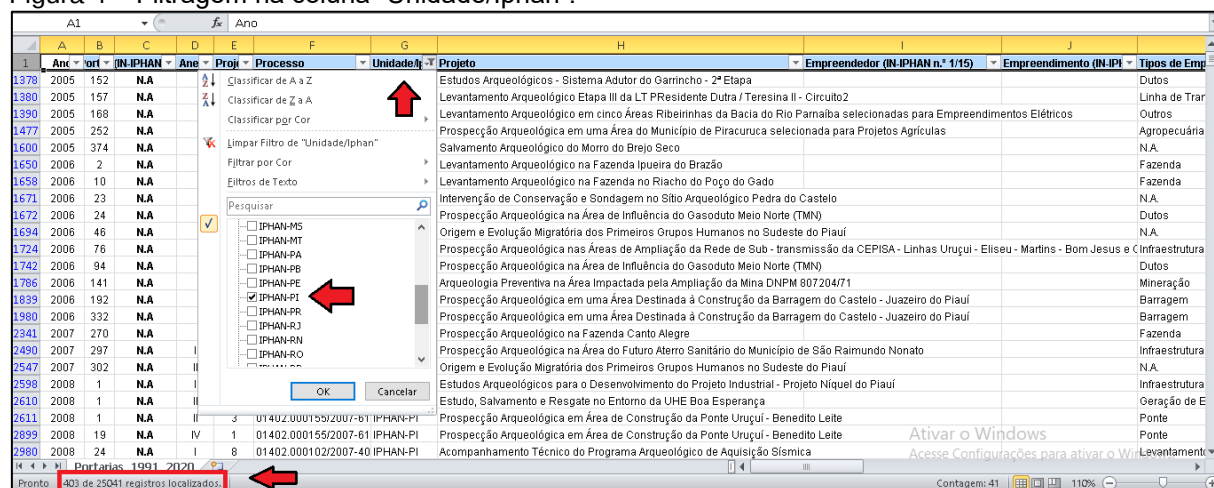
Nessa tabela em específico, seguimos uma sequência de cinco filtros para identificação do PIEP's: filtramos por unidade Iphan (Superintendências); por natureza das pesquisas arqueológicas (acadêmica ou preventiva); por níveis de

⁷³ <https://www.gov.br/iphane/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/autorizacoes-de-pesquisas-arqueologicas>.

empreendimentos (conforme estabelecido na IN/Iphan nº 001/2015); por municípios pertencentes à macrorregião sul do Piauí; e por municípios apenas localizados ou adjacentes ao território da Serra da Capivara. Essa sequência permitiu chegar aos processos de licenciamento ambiental de interesse da pesquisa, assim como possibilitou uma leitura sobre os empreendimentos que vem acontecendo no enclave da área arqueológica mencionada.

Partindo desse roteiro, iniciamos a seleção aplicando o primeiro filtro sobre a tabela de dados, selecionando a unidade do Iphan do estado do Piauí na coluna “Unidade/Iphan”, que a princípio contava com 28 superintendências estaduais, somando a sede em Brasília e o CNA.

Figura 4 – Filtragem na coluna “Unidade/Iphan”.



Fonte: Iphan, 2023 (adaptado pelo autor).

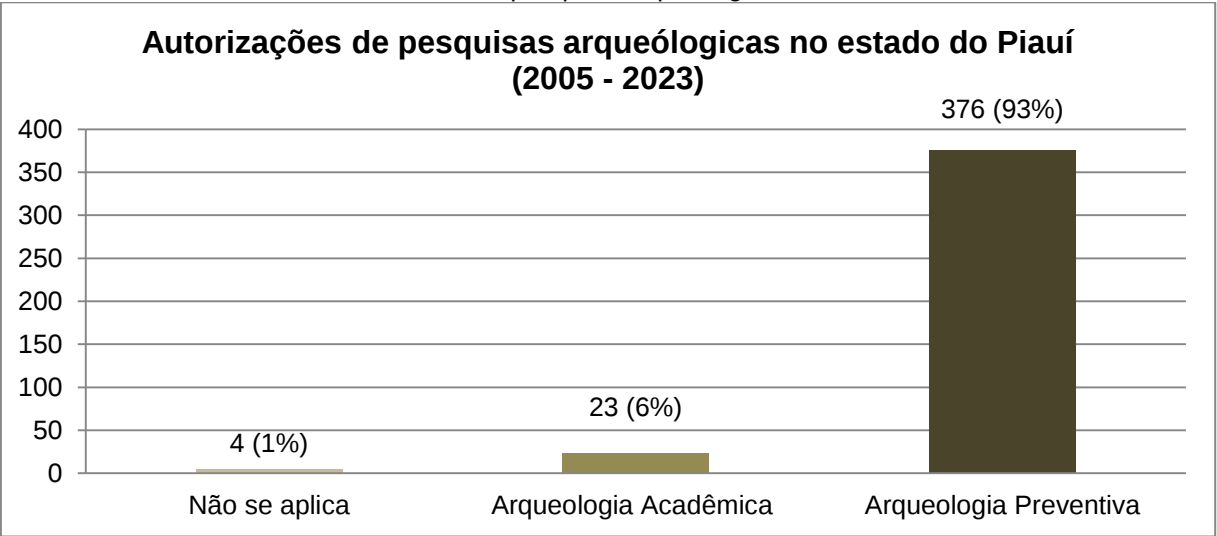
Com isso, das 25041 autorizações de pesquisas arqueológicas no território brasileiro, foram autorizados 403 processos no estado Piauí entre os anos de 2005 a 2023, representando um universo de 2% do total absoluto. Desse recorte, apenas interessava aquelas pesquisas referentes à Arqueologia Preventiva. Dessa maneira, foi marcado sobre a coluna “natureza” à opção pela Arqueologia Preventiva, como ilustra a imagem abaixo.

Figura 5 – Filtragem na coluna “Natureza” da pesquisa arqueológica.

Fonte: Iphan, 2023 (adaptado pelo autor).

Dos 403 processos iniciais, 376 foram identificados como pertencentes à atividade empresarial da Arqueologia, enquanto 23 pesquisas estavam atreladas à Arqueologia acadêmica e quatro processos na categoria N. A. (não se aplica), conforme representado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Resultado sobre a natureza da pesquisa arqueológica no estado do Piauí.



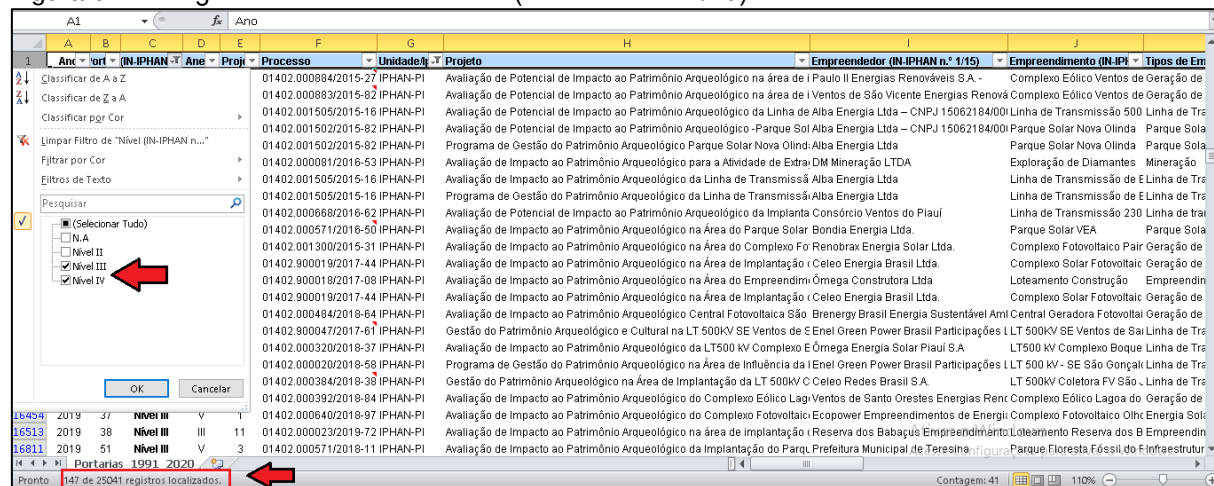
Fonte: Autor, 2024.

Logo em seguida, realizamos a terceira filtragem sobre o nível do empreendimento. A IN/Iphan nº 001/2015 estabelece quatro níveis⁷⁴ de acordo com a complexidade dos estudos arqueológicos e a necessidade de desenvolvimento de Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, conforme visto na seção 1.2. Assim, para empreendimentos com pouca flexibilidade no trajeto de construção e com elevado impacto nas condições vigentes do solo, demanda-se a realização dos

⁷⁴ Além dessas categorias, foi identificada a utilização da nomenclatura “NA” para os empreendimentos que não se enquadram na Instrução Normativa Iphan nº 001 de 2015.

PGPA's e dos PIEP's, ou seja, empreendimentos enquadrados apenas nos níveis III e IV. Desta forma, na coluna "C1" foi selecionado esses níveis para identificar apenas os processos com os Projetos Integrados de Educação Patrimonial⁷⁵.

Figura 6 – Filtragem sobre a coluna "Nível (IN-IPHAN n.º 1/15)".



Fonte: Iphan, 2023 (adaptado pelo autor).

Logo, das 376 autorizações de pesquisas arqueológicas no estado do Piauí relacionadas ao ramo Arqueologia Preventiva, apenas 147 (39%) foram identificados nos Níveis III e IV, e as outras 229 autorizações (61%) estavam classificados nos Níveis II ou na categoria "NA".

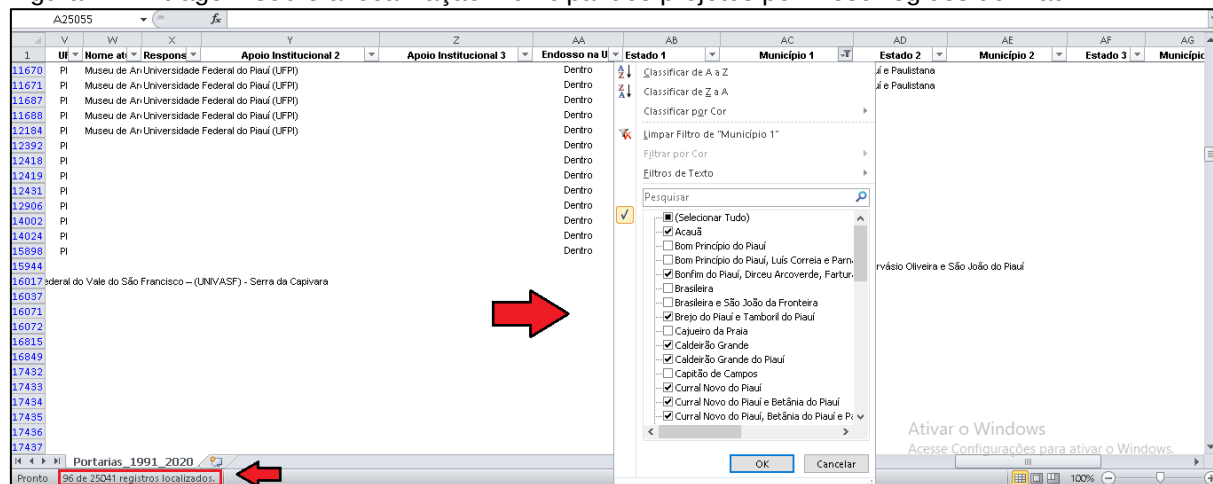
Devido a essa alta quantidade e o curto espaço de tempo para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, buscamos reduzir o tamanho da amostragem aplicando o quarto filtro sobre a localização municipal dos projetos, excluindo na coluna "Município 1", as localidades pertencentes às mesorregiões do Norte e Centro Norte do Piauí, selecionando apenas aquelas das mesorregiões sudeste e sudoeste piauiense.

Assim, dos 37 municípios listados na tabela foram retirados: Bom Princípio do Piauí; Brasileira; Cajueiro da Praia; Capitão Campos; Ilha Grande; Luiz Correia; Parnaíba; Piripiri; São João da Fronteira e Teresina. E foram mantidos: Acauã, Bonfim do Piauí, Betânia do Piauí, Brejo do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Curral Novo do Piauí, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Eliseu Martins, Fartura do Piauí, Floriano, Gilbués, Jerumenha, Lagoa do Barro do

⁷⁵ Na IN/Ipahan n.º 001/2015, no Capítulo II (que trata dos procedimentos administrativos para as manifestações do Iphan no âmbito do licenciamento ambiental), na Seção II (sobre avaliação de impacto aos bens acautelados de âmbito federal), na Subseção II (sobre avaliação de impacto aos bens culturais tombados, valorados e registrados), inciso VIII, destaca: "proposição de Projeto Integrado de Educação Patrimonial, conforme descrito nos arts. 43 ao 45 para os empreendimentos dos Níveis III e de Nível IV da tabela constante do Anexo I".

Piauí, Monte Alegre do Piauí, Paulistana, Pedro Laurentino, Queimada Nova, Ribeira do Piauí, Ribeiro Gonçalves, São Gonçalo do Gurgueia, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato, Simplicio Mendes e Tamboril do Piauí.

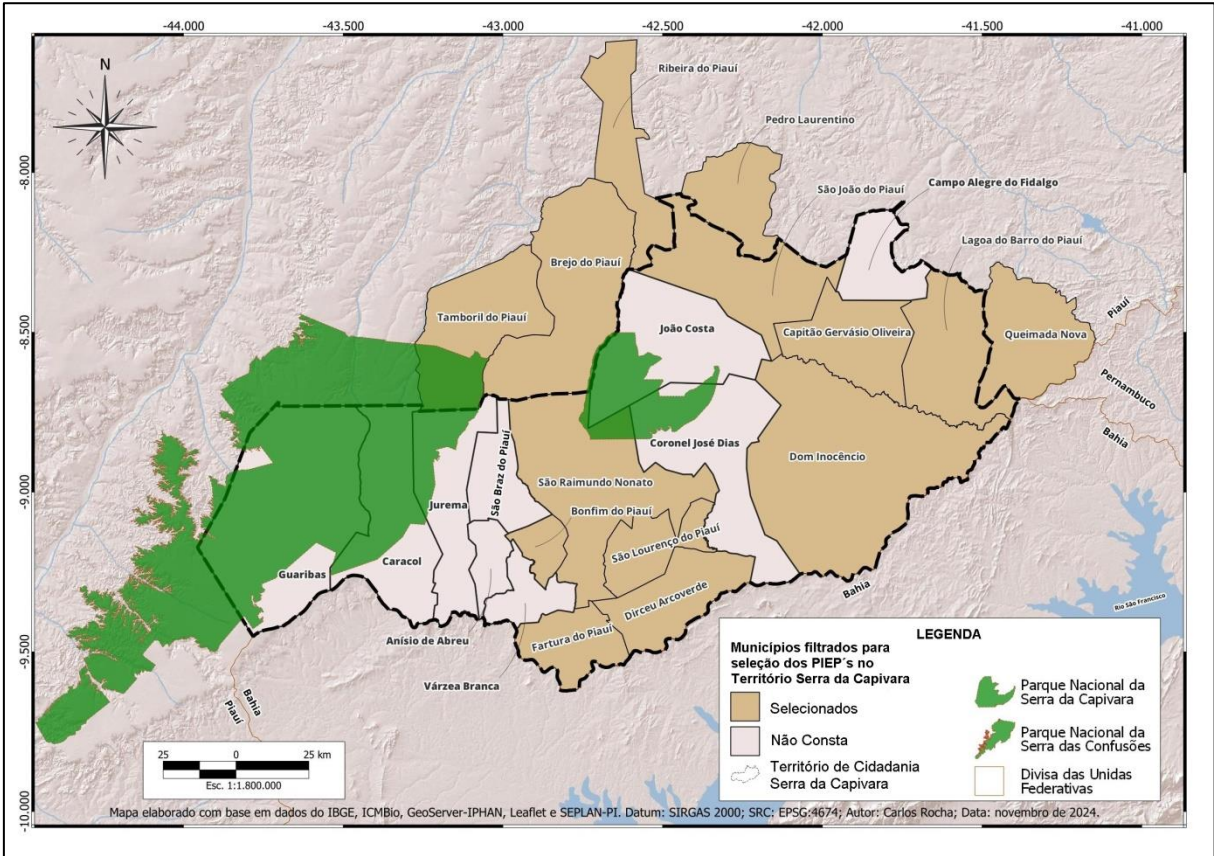
Figura 7 – Filtragem sobre a localização municipal dos projetos por mesorregiões do Piauí.



Fonte: Iphan, 2023 (adaptado pelo autor).

Desse modo, foram contabilizados 96 projetos das 147 iniciativas, representando um percentual de 65% dos projetos de Arqueologia Preventiva de Nível III e IV em todo o estado. Por fim, escolhemos apenas as localidades limítrofes e pertencentes ao território da Serra da Capivara, que engloba em grande parte o Parque Nacional Serra das Confusões e Serra da Capivara, conforme representado no mapa 1.

Mapa 1 – Municípios filtrados na tabela de dados para a seleção dos PIEP’s no Território Serra da Capivara.



Fonte: Carlos Rocha, 2024.

Com aplicação desse último critério foram mantidos apenas 14 municípios na tabela de seleção, foram eles: Bonfim do Piauí, Brejo do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí, Pedro Laurentino, Queimada Nova, Ribeira do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Tamboril do Piauí.

Figura 8 – Filtragem por municípios pertencentes e adjacentes ao Território Serra da Capivara.

AC1	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG
1	Respon	Apoio Institucional 2	Apoio Institucional 3	Endosso na U	Estado 1	Município 1	Estado 2	Município 2	Estado 3	Município
11687	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Dentro	Piauí	Ribeira do Piauí e São João do Piauí	Piauí	Ribeira do Piauí e São João do Piauí				
11688	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Dentro	Piauí	Ribeira do Piauí	Piauí	Ribeira do Piauí				
12184	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Dentro	Piauí	São João do Piauí e Ribeira do Piauí	Piauí	São João do Piauí e Ribeira do Piauí				
12418		Dentro	Piauí	São João do Piauí e Ribeira do Piauí	Piauí	São João do Piauí e Ribeira do Piauí				
12419		Dentro	Piauí	São João do Piauí	Piauí	São João do Piauí				
14002		Dentro	Piauí	São João do Piauí	Piauí	São João do Piauí				
14024		Dentro	Piauí	São João do Piauí	Piauí	São João do Piauí				
15890		Dentro	Piauí	Pedro Laurentino	Piauí	Pedro Laurentino				
15944			Piauí	Lagoa do Barro do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira e São João do Piauí	Piauí	Lagoa do Barro do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira e São João do Piauí				
16071			Piauí	São João do Piauí	Piauí	São João do Piauí				
16072			Piauí	Lagoa do Barro do Piauí	Piauí	Lagoa do Barro do Piauí				
17432			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17433			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17434			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17435			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17436			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17437			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17438			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17439			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17440			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17441			Piauí	Dom Inocêncio	Piauí	Dom Inocêncio				
17494			Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Dom Inocêncio	Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Dom Inocêncio				
17735			Piauí	Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova	Piauí	Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova				
17778			Piauí	Queimada Nova	Piauí	Queimada Nova				
18574			Piauí	Lagoa do Barro	Piauí	Lagoa do Barro				
19094			Piauí	Dom Inocêncio, Lagoa do Barro e Queimada Nova	Piauí	Dom Inocêncio, Lagoa do Barro e Queimada Nova				
19097			Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Dom Inocêncio	Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Dom Inocêncio				
19105			Piauí	Lagoa do Barro do Piauí, Capitão Gervásio de Oliveira e Dom Inocêncio	Piauí	Lagoa do Barro do Piauí, Capitão Gervásio de Oliveira e Dom Inocêncio				
19106			Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Capitão Gervásio de Oliveira	Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Capitão Gervásio de Oliveira				
19107			Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova	Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova				

Fonte: Iphan, 2023 (adaptado pelo autor).

Dos 66 projetos restantes, observamos uma grande concentração desses projetos entre os municípios de Ribeira do Piauí, São João do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio (95%). Todos localizados na faixa norte e nordeste do território da Serra da Capivara. Além disso, houve um grande volume desses processos entre os anos de 2019 e 2022 representando um percentual de 89%, mesmo diante do avanço da Pandemia de Covid-19.

Ademais, essa seleção informa uma predominância de empreendimentos atrelados à renovação da matriz energética do estado, com 38 projetos relacionados à produção de energia eólica (58%), 15 ligados a geração de energia solar (23%), 11 atrelados a construção de linha de transmissão (17%), um associado à atividade de mineração (1%), e outro relacionado ao licenciamento de área agropastoril (1%).

Finalmente, esses 66 processos foram sistematicamente consultados no Sistema Eletrônico de Informações do Iphan através do seu número identificador, como pode ser visualizado na figura seguinte.

Figura 9 – Interface da plataforma virtual do SEI/Iphan.

Fonte: SEI/Iphan, 2024 (adaptado pelo autor).

Com a consulta desses processos no SEI/Iphan foi possível realizar a pesquisa documental através dos *links* de acesso, abrindo cada arquivo até verificação total da pasta de documentos. É importante ressaltar que não é possível determinar uma padronização para identificação dos PIEP's, mas geralmente são encontrados na parte final dos processos, associados aos PGPA's ou separados desses documentos em relatórios finais, identificados pelas siglas "EP" ou "PIEP".

Figura 10 – Interface do SEI/Iphan para a pesquisa documental realizada por meio dos *links* de acesso no canto esquerdo do monitor.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

sei

Produção

Pesquisa Processual

Autuação

Processo:

01402.000639/2019-43

Tipo:

LICENCIAMENTO AMBIENTAL – IN n° 001/2015

Data de Registro:

22/10/2019

Interessados:

Processo (ou Documento) de acesso restrito. Para acessá-lo ou obter demais informações entre em contato com a unidade do Iphan responsável pelo processo.

Lista de Protocolos (198 registros):

☒	Documento / Processo	Tipo de Documento	Data do Documento	Data de Registro	Unidade
☐	1559845	E-mail FEB - 482/2019 - Neoenergia	18/10/2019	22/10/2019	PROT IPHAN-PI
☐	1559854	Anexo Midia Digital - CD	18/10/2019	22/10/2019	PROT IPHAN-PI
☐	1562900	Despacho 812	23/10/2019	23/10/2019	IPHAN-PI
☐	1563186	Despacho 871	23/10/2019	23/10/2019	DIVTEC IPHAN-PI
☐	1569174	Parecer - Ficha de Caracterização de Atividade FCA 47	25/10/2019	25/10/2019	DIVTEC IPHAN-PI
☐	1569194	Despacho 894	25/10/2019	25/10/2019	DIVTEC IPHAN-PI
☐	1569196	Despacho 895	29/10/2019	29/10/2019	DIVTEC IPHAN-PI
☐	1590517	Nota Técnica 96	06/11/2019	06/11/2019	DIVTEC IPHAN-PI
☐	1590532	Despacho 946	06/11/2019	06/11/2019	DIVTEC IPHAN-PI
☐	1590648	Nota Técnica 98	06/11/2019	06/11/2019	DIVTEC IPHAN-PI
☐	1590670	Ofício 561	06/11/2019	06/11/2019	DIVTEC IPHAN-PI

Fonte: SEI/Iphan, 2024 (adaptado pelo autor).

Apesar dessa extensa pesquisa documental realizada para identificação do PIEP’s, apenas cinco processos (8%) viabilizaram a consulta desses documentos, conforme destacamos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Projetos identificados para a análise.

Nº	ANO	NÍVEL	PROCESSO	PESQUISA ARQUEOLÓGICA	MUNICÍPIO
1	2016	Nível III	01402.001502/2015-82	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Solar Nova Olinda 1-14	Ribeira do Piauí
2	2019	Nível III	01402.000392/2018-84	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Lagoa do Barro III	Lagoa do Barro do Piauí
3	2019	Nível IV	01402.000639/2019-43	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Eólico Oitis 8	Dom Inocêncio
4	2019	Nível III	01402.000383/2018-93	Avaliação do Impacto do Patrimônio Arqueológico na Área do Complexo Eólico Dom Inocêncio – Piauí	Lagoa do Barro do Piauí e Dom Inocêncio
5	2020	Nível IV	01402.000379/2018-25	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na	Dom Inocêncio, Lagoa do Barro e

68

Figura 11 – Processos repetidos na tabela de autorizações de pesquisas arqueológicas disponibilizada pelo Iphan.

A		B		C		D		E		F		G		H	
1	Ar.	Port.	1	(IN-IPHAN)	Anex.	Proj.	Processo	Unidade/Instit.	Projeto	Empreendedor (IN-IPHAN nº 1/15)					
11687	2015	66	Nível IV	III	3	01402.001505/2015-16	IPHAN-PI	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500KV-Parque Solar Nova Olinda	Alba Energia Ltda – CNPJ 15062184/0001-91						
11688	2015	66	Nível IV	III	4	01402.001502/2015-82	IPHAN-PI	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Parque Solar Nova Olinda	Alba Energia Ltda – CNPJ 15062184/0001-91						
12184	2016	30	Nível III	IV	3	01402.001502/2015-82	IPHAN-PI	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Parque Solar Nova Olinda 1-14	Alba Energia Ltda						
12418	2016	46	Nível III	IV	11	01402.001505/2015-16	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão de Energia Elétrica 500 KV – Parque Solar Na Alba Energia Ltda	Alba Energia Ltda						
12419	2016	46	Nível III	IV	12	01402.001505/2015-16	IPHAN-PI	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão de Energia Elétrica 500 KV – Parque Solar Na Alba Energia Ltda	Alba Energia Ltda						
14002	2017	70	Nível III	V	7	01402.900019/2017-44	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Complexo Solar Fotovoltaico São João do Fátelo Energia Brasil Ltda.	Brenergy Brasil Energia Sustentável Ambiental LT						
14024	2017	71	Nível III	V	7	01402.900019/2017-44	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Complexo Solar Fotovoltaico São João do Fátelo Energia Brasil Ltda.	Brenergy Brasil Energia Sustentável Ambiental LT						
15899	2019	11	Nível III	V	1	01402.000484/2018-64	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Central Fotovoltaico São João do Piauí (CFSP)	Enel Green Power Brasil Participações Ltda						
15944	2019	12	Nível III	V	8	01402.900047/2017-61	IPHAN-PI	Gestão do Patrimônio Arqueológico e Cultural na LT 500KV SE Ventos de Santa Angéla - SE São João do Piauí	Celeo Redes Brasil S.A						
16071	2019	18	Nível III	IV	15	01402.000394/2018-30	IPHAN-PI	Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da LT 500KV Coletores FV São João do Piauí	Ventos de Santa Orestes Energias Renováveis S						
16072	2019	18	Nível III	IV	16	01402.000392/2018-64	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Edício Lagoa do Barro III	Otis 5 Energia Renovável S.A.						
17432	2019	76	Nível IV	III	4	01402.000636/2019-43	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 8	Otis 5 Energia Renovável S.A.						
17433	2019	76	Nível IV	III	5	01402.000640/2019-78	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 9	Otis 5 Energia Renovável S.A.						
17434	2019	76	Nível IV	III	6	01402.000641/2019-12	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 10	Otis 10 Energia Renovável S.A.						
17435	2019	76	Nível IV	III	7	01402.000632/2019-21	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 3	Otis 3 Energia Renovável S.A.						
17436	2019	76	Nível IV	III	8	01402.000637/2019-54	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 7	Otis 7 Energia Renovável S.A.						
17438	2019	76	Nível IV	III	10	01402.000633/2019-76	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 4	Otis 4 Energia Renovável S.A.						
17439	2019	76	Nível IV	III	11	01402.000635/2019-65	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 5	Otis 5 Energia Renovável S.A.						
17440	2019	76	Nível IV	III	12	01402.000631/2019-87	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 2	Otis 2 Energia Renovável S.A.						
17441	2019	76	Nível IV	III	13	01402.000630/2019-32	IPHAN-PI	Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Parque Edício Oit's 1	Otis 1 Energia Renovável S.A.						
17494	2019	77	Nível III	V	12	01402.000383/2018-93	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto do Patrimônio Arqueológico na Área do Complexo Edício Dom Inocêncio - Piauí	Enel Green Power Brasil Participações Ltda						
17735	2020	6	Nível III	V	15	01402.000655/2019-36	IPHAN-PI	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 KV Oit's I - Quimada Nova II	Otis 1 Energia Renovável S/A						
17778	2020	8	Nível IV	IV	12	01402.000650/2019-01	IPHAN-PI	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Edício Quimada Nova Leste I	Ventos de Santa Aurélia Energias Renováveis S						
18574	2020	36	Nível IV	IV	16	01402.000152/2020-02	IPHAN-PI	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Expansão do Complexo Edício Lagoa do Barro - CELDB (Lagos do Barro Energias Renováveis S.A)	Enel Green Power Brasil Participações Ltda						
19094	2020	55	Nível IV	IV	2	01402.000379/2018-25	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na LT 500 KV Dom Inocêncio - Quimada Nova II	Enel Green Power Brasil Participações Ltda						
19097	2020	55	Nível III	V	2	01402.000756/2019-15	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Parque Fotovoltaico Bonito 9	Força Eólica do Brasil						
19105	2020	55	Nível III	V	10	01402.000754/2019-18	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Parque Fotovoltaico Bonito 7	Força Eólica do Brasil						
19106	2020	55	Nível III	V	11	01402.000752/2019-29	IPHAN-PI	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Parque Fotovoltaico Bonito 5	Força Eólica do Brasil						
Portarias 1991 2023															
66 de 26518 registros localizados.															

Fonte: Iphan, 2024 (adaptado pelo autor).

Mas existem também processos finalizados que não dispõem de toda documentação. Certamente um problema estrutural ou técnico do Iphan que não disponibiliza de forma ordenada os inúmeros arquivos gerados nos processos de licenciamento arqueológico ao longo dos anos, algo que dificulta a transparência em relação aos PIEP's, e uma eventual adequação das exigências impostas pela legislação para o desenvolvimento desses projetos na Arqueologia Preventiva, que de maneira direta colaboram com atividades que causam impactos ao meio socioambiental e ameaçam a preservação permanente de sítios arqueológicos em áreas de conservação, a exemplo de estudos arqueológicos que viabilizam a instalação de empreendimentos no corredor ecológico entre os Parques Nacionais da Serra da Capivara e Serra das Confusões.

5 ANÁLISE QUALITATIVA DOS PIEP'S NA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA DO SUDESTE DO PIAUÍ

Compete a esse capítulo uma análise dos diferentes aspectos teóricos e metodológicos dos PIEP's desenvolvidos no território da Serra da Capivara para compreensão da prática da Educação Patrimonial ambientada na Arqueologia Preventiva, especialmente a partir da IN/Iphan nº 001/2015. Cabe destacar que essa análise é essencialmente dinâmica por englobar diferentes autores e contextos, em que os parâmetros utilizados nem sempre são os mesmos.

Segundo McGuire (1999, p. 390), “uma crítica do mundo inclui a avaliação de diferentes abordagens e auto-crítica [sic]”. Quando fazemos isto, “precisamos lembrar de que ação sem conhecimento é propensa a errar e que ação sem crítica é propensa ao auto-engano [sic]”.

Esse autoengano em relação à prática da Educação Patrimonial na Arqueologia se confirma nas palavras de Carlúcio Baima (2016, p. 92) ao afirmar que a ausência de diretrizes para a realização de ações educativas a partir da Portaria Iphan nº 230/2002 “acarretou em projetos pouco consistentes, o que não contribuiu para as políticas de preservação do patrimônio cultural”. Esse autor ainda salienta que o aprimoramento das pesquisas arqueológicas no licenciamento ambiental não foi percebido com qualidade nas ações patrimoniais.

Essa assimetria levou a uma renovação desse campo com IN/Iphan nº 001/2015, concebendo os programas de Educação Patrimonial como projetos integrados entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados, favorecendo o planejamento adequado das ações educacionais na Arqueologia Preventiva pela necessidade de um conhecimento prévio sobre os contextos socioculturais abordados⁷⁶.

Contudo, essa mudança não garante sua completa adequação para o licenciamento arqueológico; e mesmo que o Iphan exija projetos mais elaborados,

⁷⁶ “Em propostas de Educação Patrimonial associadas à gestão do patrimônio arqueológico são requeridas ações devotadas à socialização dos recursos arqueológicos evidenciados em interação com os demais bens e referências culturais de significação para as comunidades de uma determinada região (BRASIL, 2015). Desta forma, um programa educativo deve considerar o contexto das práticas sociais que conferem sentido às referências patrimoniais (ARANTES, 2006), ou seja, os usos sociais e as formas de apropriação dos bens patrimoniais por parte de seus portadores, permitindo, dessa forma, o diálogo com a comunidade, a troca de experiências e a construção conjunta de conhecimento” (Zanettini Arqueologia, 2017b, p. 8).

desconsiderando ações pontuais, é necessária uma análise dos PIEP's para evidenciar novas contribuições e problemáticas, possibilitando que mais elementos sejam agregados a esse campo de atuação.

Logo, a abordagem adotada nesta pesquisa para uma análise descritiva e fundamentalmente qualitativa parte da síntese dos elementos estruturantes e da caracterização das ações patrimoniais apresentadas por intermédio dos PGPA's e dos seus relatórios finais, que englobam o desenvolvimento dos Projetos Integrados e os Relatórios Integrados de Educação Patrimonial, que são indispensáveis para obtenção da Licença de Operação perante o Iphan, especialmente para os empreendimentos enquadrados em níveis elevados de impacto ambiental, conforme determina a IN/Iphan nº 001/2015.

Assim, serão sintetizados aqui os elementos documentais que validaram os PIEP's perante o Iphan e endossaram a anuência ambiental para os licenciamentos do Parque Solar Nova Olinda, Complexo Eólico Lagoa do Barro III, Parques Eólicos e LT Oitis, Complexo Eólico Dom Inocêncio e LT 500 kV Dom Inocêncio - Queimada Nova II, entre os municípios de Ribeira do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio.

5.1 PIEP I – PARQUE SOLAR NOVA OLINDA 1-14

Como visualizado na tabela 1, o primeiro PIEP identificado para análise qualitativa está relacionado ao PGPA do Parque Solar Nova Olinda localizado no município de Ribeira do Piauí, limítrofe ao território da Serra da Capivara no estado do Piauí. Esse processo foi iniciado em 2015 e cadastrado no SEI/Iphan com o número de protocolo 01402.001502/2015-82.

De acordo com os documentos deste licenciamento, a extensão total do empreendimento foi estimada em 1200 hectares, dos quais 600 hectares foram inicialmente ocupados pelo campo gerador da Usina, com aproximadamente 22 sítios arqueológicos reconhecidos pelo Iphan na Área de Influência Indireta (AII) deste empreendimento.

Na Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), não consta a razão pelo qual este licenciamento foi sugerido para o Nível III, porém, o Termo de Referência Específico (TRE) emitido pela Superintendência do Iphan do estado do Piauí relata

que o enquadramento em nível III motivou-se pela tipologia do empreendimento, seguindo a classificação dada pelo anexo I e II da IN/Iphan nº 001/2015 para categoria de iniciativas empresariais focadas na produção de energia elétrica.

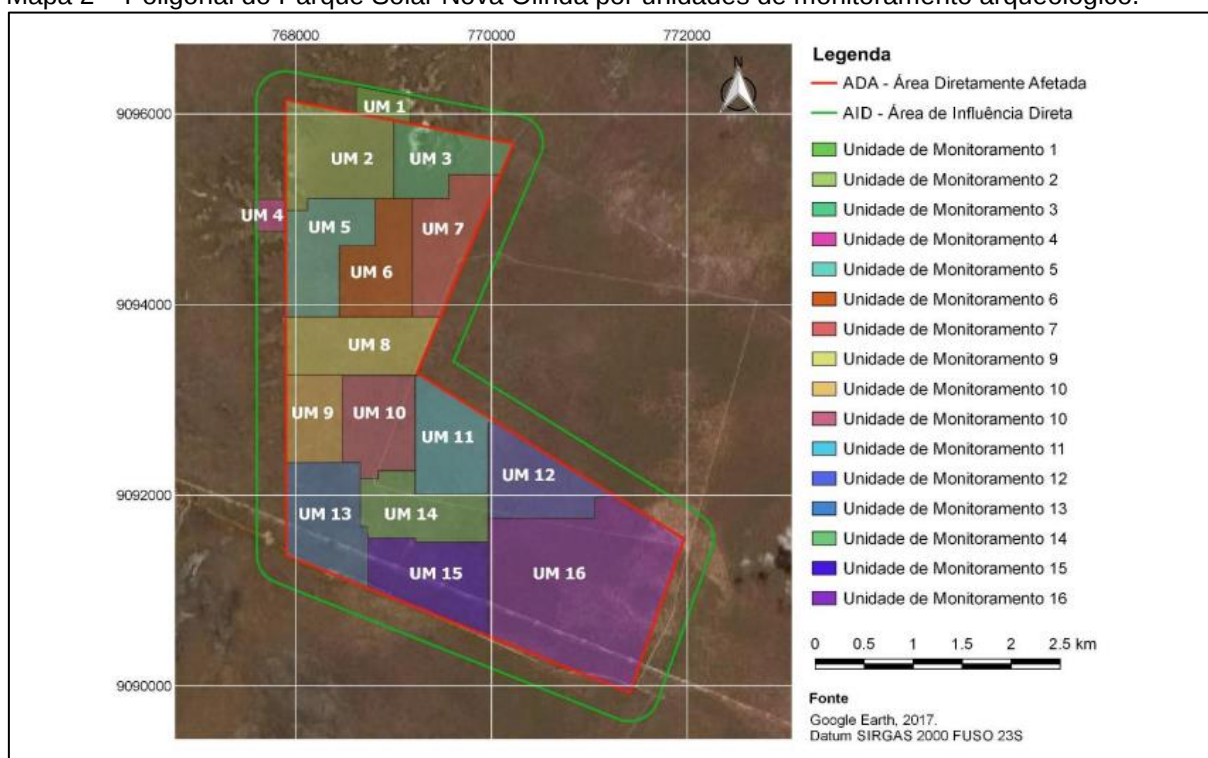
Dessa maneira, para atender as recomendações do TRE emitido pelo Iphan, foi realizado para este licenciamento o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) com objetivo de obter a autorização de pesquisa arqueológica para área de estudo⁷⁷, a execução dos trabalhos de campo e a entrega do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA).

Após a manifestação conclusiva do Iphan acerca da execução do diagnóstico arqueológico da área de instalação do Parque Solar Nova Olinda foram recomendadas medidas mitigadoras e compensatórias por meio da elaboração do PGPA, o qual é integrado ao Plano Básico Ambiental (PBA), e avaliado mediante apresentação do relatório de execução na etapa de obtenção da Licença de Operação.

Assim, o PGPA foi submetido à Superintendência estadual do Iphan contendo o projeto de salvamento arqueológico de seis sítios de oficinas líticas; o projeto de monitoramento (dividido em 16 unidades, conforme demonstra a figura a seguir); e o PIEP, que será o nosso foco de análise nas próximas páginas.

⁷⁷ As permissões para a realização das pesquisas arqueológicas de campo são autorizadas por meio da publicação de portarias no Diário Oficial da União (DOU).

Mapa 2 – Poligonal do Parque Solar Nova Olinda por unidades de monitoramento arqueológico.



Fonte: Zanettini Arqueologia (2017, p. 24).

De acordo com o PIEP do Parque Solar Nova Olinda (2016, p. 62)⁷⁸, **o público participante** “foi definido a partir dos dados levantados em reuniões realizadas nas comunidades localizadas no entorno do empreendimento”. Por meio do contato inicial foram escolhidos os trabalhadores envolvidos com as obras de construção e os professores da educação formal, posteriormente foram incluídos os estudantes das escolas públicas, os gestores municipais, os agentes culturais e os líderes comunitários. Mas o principal público deste PIEP seriam os professores da rede municipal de ensino, visando multiplicar as ações pedagógicas acerca da temática patrimonial no ambiente escolar, e assim alcançar mais estudantes e as próprias comunidades onde os educadores são membros.

Dessa forma, um dos objetivos deste PIEP seria “socializar a pesquisa arqueológica realizada no âmbito do Parque Solar com as comunidades do entorno, elaborando ações educativas devotadas a promover reflexões acerca da importância do patrimônio arqueológico enquanto recurso”. Consequentemente, buscaria “refletir junto aos professores e alunos, sobre os processos de transformação pelo qual o

⁷⁸ ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Solar Nova Olinda 1-14**. Município de Ribeira do Piauí, Estado do Piauí, 2016.

município passou nas últimas décadas, levando a transformação de algumas manifestações culturais locais” (Zanettini Arqueologia, 2016, p. 62-63).

Por conseguinte, atenderiam “aos dispositivos da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio nas escolas”. E por fim, desenvolveriam “ações de preservação do sítio arqueológico de Arte Rupestre Toca da Fazenda Tamboril I, existente em área adjacente ao empreendimento, compreendido como lugar significativo para a comunidade” (*op. cit.*, p. 62-63).

Todavia, desses quatros objetivos elencados no PIEP apenas dois foram mencionados no Relatório Integrado Educação Patrimonial (o primeiro e o terceiro objetivo). Em contrapartida, foram acrescentados outros dois objetivos específicos para o RIEP: “ampliar o acesso das comunidades locais ao patrimônio arqueológico da região, por meio da divulgação dos bens identificados nas áreas alvo de licenciamento”; e “integrar o patrimônio arqueológico aos demais bens patrimoniais da região, considerando, ainda, as referências culturais das comunidades envolvidas” (Zanettini Arqueologia, 2017b, p. 13).

Dessa maneira, **o objetivo do RIEP** foi “dar pleno atendimento à legislação relacionada à preservação do patrimônio arqueológico por meio de ações integradas de socialização desse patrimônio, articulando-o às demais referências culturais do território alvo do programa” (*Ibidem*). Percebemos aqui uma adaptação dos objetivos propostos para aqueles efetivados durante o programa.

Preliminarmente, **a justificativa** adotada no referido PIEP partiu da necessidade de um trabalho de história oral para levantamento e documentação de memórias e narrativas acerca das manifestações culturais de Ribeira do Piauí, a fim de montar um banco de dados de pesquisa ou um caderno de memória do município que ficaria disponível na internet. Isto seria o principal produto das ações desenvolvidas pelo PIEP do Parque Solar Nova Olinda, pois foi constatado durante a “avaliação de impacto aos bens culturais tombados, valorados e registrados” a descontinuidade das tradições locais.

Em decorrência disso, o PIEP se justificou para ocupar esse espaço e gerar elos entre o passado e o presente. Dessa maneira, foi inicialmente “proposto um exercício para destacar as memórias e narrativas relacionadas às tradições que

foram deixadas no passado, [para] tentar entender suas interrupções e permanências” (Zanettini Arqueologia, 2016, p. 63).

Contudo, no RIEP foi abandonada essa justificativa do resgate cultural e adotado outro enfoque, voltado principalmente para a preservação das referências culturais relacionadas ao sentimento de identidade e pertencimento local, junto a isso, seria destacada a importância da promoção dos valores culturais do patrimônio, independentemente da sua categoria formativa (material, imaterial, natural/paisagístico ou arqueológico). Portanto, destaca-se neste PIEP tanto a perspectiva mais atual da Educação Patrimonial no reconhecimento dos autores locais para o entendimento coletivo do que é patrimônio, como um viés mais tradicional e bancário de "educação para o patrimônio" como se os valores culturais emanassem dos próprios bens em questão.

Por fim, no cronograma deste PIEP é descrito a realização de cinco etapas, encadeadas sequencialmente pelo levantamento de informações preliminares a respeito do município, leitura das manifestações culturais de Ribeira do Piauí, elaboração de material de apoio, aplicação das atividades interativas e avaliação do processo. Com isso, consta no cronograma que **a preparação e aplicação** do PIEP ocorreriam em oito meses, “envolvendo trabalhos preparatórios (aprofundamento dos levantamentos bibliográficos), levantamentos de campo, atividades de laboratório, análise de gabinete e elaboração de Relatório Final” (*op. cit.*, p. 69). É bastante pertinente o destaque dado a sequência de eventos que levam a execução dos PIEP no bojo das pesquisas arqueológicas.

A partir do RIEP⁷⁹ são descritas as ações interativas (ver a tabela 2) que aconteceram por meio de oficinas com os estudantes, rodas de conversa com a comunidade e funcionários do empreendimento, além da formação continuada de professores das escolas municipais, tendo como “fio condutor” dessas ações o levantamento acerca do “Território e Memória”, que envolvia o público participante.

⁷⁹ ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa Integrado de Educação Patrimonial – Relatório Final.** Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Solar Nova Olinda 1-14. Município de Ribeira do Piauí, Estado do Piauí, v. 3, 2017.

Tabela 2 – Descrição de atividades interativas e público participante de acordo com o RIEP do Parque Solar Nova Olinda.

ATIVIDADES INTERATIVAS E PÚBLICO PARTICIPANTE	QUANTITATIVO
Oficinas com os estudantes da rede municipal de ensino	294 estudantes
Rodas de conversa com a comunidade e funcionários do empreendimento	87 moradores e 118 funcionários
Formação continuada dos professores municipais	39 professores
TOTAL	538 pessoas

Segundo o RIEP (2017b, p. 16) a formação continuada dos professores ocorreu em cinco etapas: envolvendo um momento inicial de acolhimento; seguido pela apresentação sobre Arqueologia; roda de conversa sobre o “Painel Cultural” da região; apresentação das formas de aplicação dos conteúdos e temas relacionados, e encerramento da atividade. Simplificados da seguinte forma:

No bloco arqueologia a temática foi abordada a partir de vídeos e textos selecionados de forma a dar substrato à discussão com os educadores. No bloco painel cultural, houve conversas em torno das referências culturais locais. Nas formas de aplicação foram sugeridas atividades que os professores podem desenvolver posteriormente com seus alunos (*Ibidem*).

Destaca-se que no “bloco sobre Arqueologia” foram utilizados alguns materiais de apoio pedagógico, como slides, vitrine com artefatos arqueológicos e *banners* expositivos. Já no bloco “Painel Cultural”, o recurso pedagógico utilizado foi a leitura do livro “Espírito Santo”⁸⁰, que narra à história de uma família afrodescendente em luta por suas terras, para discutir sobre as referências culturais locais e as relações desses bens com as culturas africanas e indígenas.

A formação continuada dos professores também foi marcada pela apresentação do discurso (em vídeo) da escritora nigeriana Chimamanda Adichie sobre “o perigo de uma história única”⁸¹, que expõem, de maneira lúcida, os perigos em termos somente uma visão sobre um determinado povo ou evento histórico.

⁸⁰ FILHO, José Vieira Camelo. **Espírito Santo**: um pontinho do Brasil que não pode ser apagado. Editora Pulsar, São Paulo – SP, 2001.

⁸¹ Chimamanda Adichie: o perigo de uma história única. Discurso. Conferência TED (Tecnologia, Entretenimento e Design). Duração: 19 minutos. Ano: 2009. País: Inglaterra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>.

Já os encontros com o público estudantil foram marcados pela apresentação dos aspectos conceituais da Arqueologia e dos métodos adotados pelos arqueólogos na realização das pesquisas arqueológicas. Como ferramenta didática foi utilizada uma exposição itinerante com objetos arqueológicos associados à informação expositiva em *banners* com imagens das pesquisas arqueológicas realizadas no município de Ribeira do Piauí.

Além disso, esses encontros foram marcados pela apresentação do vídeo “Uhug – na Serra da Capivara”⁸² que retrata as artimanhas de um ser humano para sobreviver nos tempos pretéritos (ou na pré-história). Também foi mencionado a realização de atividades lúdicas por meio de “Mapa Cultural” e oficina de desenho artístico como forma de avaliação, além de um “bate-papo” mediado por uma bateria de perguntas/respostas para o encerramento da oficina. O público participante dessas ações foram crianças do 4º ao 9º ano do ensino fundamental.

Todas as ações com alunos do Ensino Fundamental foram desenvolvidas coletivamente pelo grupo, desde o manuseio de réplicas de materiais arqueológicos, aproveitando os facilitadores para promover questionamentos ao grupo: “Como vocês acham que foi feita?” “Com qual material?” “Quem fez?” “Quem utilizou?” “Qual a importância para quem fez?” “Qual a importância para nós?” Por fim, se promove a síntese e sistematização dos conhecimentos por meio de apresentação de slides. A segunda atividade consiste na apresentação do vídeo “Uhug – na Serra da Capivara”, animação dirigida por Marco Bravo (produção de 2005), que permite discutir aspectos da vida cotidiana dos grupos humanos nessa região em tempos pretéritos. A terceira atividade se vale do mapa cultural, no qual eram locadas referências culturais indicadas pelos participantes. Essa atividade permite promover discussões sobre a importância e significação de bens e referências culturais locais. Por fim, os alunos executam um desenho como forma de avaliação, associada a um bate-papo de encerramento da oficina com uma bateria de perguntas/respostas (*op. cit.*, p. 18).

Ainda de acordo com o RIEP (*op. cit.*, p. 18 e 19), as rodas de conversa com as comunidades e funcionários empregaram também apresentação de slides, vídeos e manuseio de réplicas de materiais arqueológicos, além de perguntas dirigidas aos participantes acerca da temática arqueológica.

“A interação com as comunidades se inicia com uma breve explanação a respeito da arqueologia relacionada ao licenciamento ambiental, passando a abordagens em torno da prática arqueológica propriamente dita. A primeira atividade prática se dá com o manuseio 19 réplicas de materiais arqueológicos, sendo lançadas questões ao grupo por parte dos facilitadores a respeito” (*Ibidem*).

⁸² UHUG: Na Serra da Capivara. Curta de animação. Diretor: Marco Bravo. Duração: 10 minutos. Ano: 2005. País: Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IQXYDeGPQNU>.

Nas comunidades também foram discutidos aspectos relativos às referências culturais das localidades para a interação com “Mapa Cultural” (ver em anexos). Consequentemente, foram organizados grupos para trabalho lúdico com atividades de mímica e adivinhações sobre as referências apresentadas pelos participantes.

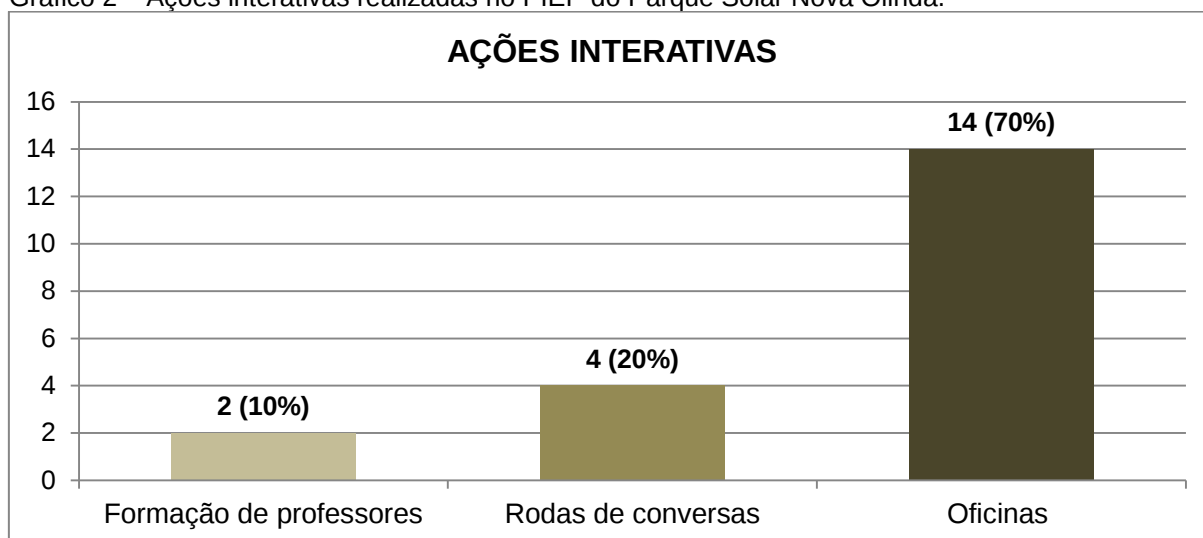
Ao todo foram realizadas quatro rodas de conversa (uma com funcionários do Parque Solar Nova Olinda e outras três com as comunidades do entorno do empreendimento); quatro oficinas em unidades escolares e outras 10 oficinas com alunos e funcionários na Semana do Meio Ambiente da Enel⁸³; além de duas formações continuadas com professores da rede municipal de ensino.

O RIEP descreve ainda realização de inventários de duas celebrações que integram o calendário cultural do município, cuja manifestação cultural se encontra atrelada à religião católica. Entretanto, nenhum inventário participativo foi proposto para as referências culturais de matriz africana, mesmo sendo enfatizada a relevância de tais manifestações para os municípios da região, tendo em vista a existência de processos de reconhecimento de comunidades quilombolas no município de São João do Piauí (*op. cit.* p. 20).

Como esses inventários não foram apresentados no RIEP, apenas consideramos as atividades relacionadas à formação continuada dos professores, as oficinas com o público estudantil e as rodas de conversas com as comunidades locais e com os funcionários do empreendimento, que ao todo somaram 20 ações no âmbito desse PIEP. Como visto, essas ações se aproximam mais do enfoque do Guia Básico de Educação Patrimonial, pois fomentam a transmissão de conteúdo, e promovem de forma insuficiente às perspectivas atuais voltadas para uma Educação Patrimonial mais crítica e politizada.

⁸³ Empresa italiana sediada no Brasil responsável pela implantação e gestão do Parque Solar Nova Olinda.

Gráfico 2 – Ações interativas realizadas no PIEP do Parque Solar Nova Olinda.



Fonte: Autor, 2023.

O gráfico acima aponta que a multiplicação das oficinas decorre da maior demanda de interação com público infanto-juvenil, sendo uma atividade facilitadora do processo de ensino-aprendizagem. Também fica evidente que a inserção dessa abordagem durante a Semana de Meio Ambiente⁸⁴ possibilitou sua ampliação, mas sua inadequação para um público adulto em jornada de trabalho.

Já **os mecanismos de avaliação** das atividades interativas foram baseados em anotações de caderno de campo e aplicação de questionários, além de adotarem a produção de desenhos artísticos como mecanismo avaliativo. Segundo consta no RIEP, a maior parte dos desenhos artísticos representaram a iconografia das pinturas rupestres e as formas dos artefatos arqueológicos. Os autores acreditam que a proximidade com a área arqueológica da Serra da Capivara, bem como a observação direta dos artefatos arqueológicos na exposição itinerante, influenciou na reprodução dessas temáticas.

Os questionários consultivos foram aplicados apenas aos educadores que participaram da formação continuada. Ao todo foram feitas oito perguntas diretas relacionadas ao universo arqueológico e patrimonial e três questões demográficas. As perguntas sobre Arqueologia e Patrimônio foram as seguintes: 1. Para você, o que é Arqueologia? 2. Em sua opinião, a Arqueologia é importante? Por quê? 3. Cite

⁸⁴ “O empreendedor solicitou a participação da equipe de arqueólogos na comemoração da Semana do Meio Ambiente. Foi montado um *stand* onde tinha uma maquete da escavação, uma mesa com artefatos arqueológicos e outra com os instrumentos utilizados pelos arqueólogos expostos, apresentações em slides, três painéis e um espaço destinado à oficina de pintura rupestre. Além dos funcionários do empreendimento, o *stand* também recebeu a visita de alunos de escolas públicas dos municípios de São João do Piauí e Ribeira do Piauí” (*op. cit.*, p. 42 e 43).

palavras, objetos, lugares, pessoas ou qualquer outra coisa que venham à sua mente quando pensa em Arqueologia. 4. Mesmo após a atividade de educação patrimonial, persistiram dúvidas em relação à Arqueologia? 5. Para você, o que é patrimônio? 6. Para você, o que é patrimônio arqueológico? 7. Em sua opinião, a preservação do patrimônio arqueológico é importante? 8. Mesmo após a atividade de Educação Patrimonial, persistiram dúvidas em relação à preservação do patrimônio arqueológico?

É descrito no RIEP que os resultados desse questionário indicam que a Arqueologia para o grupo de professores é comumente associada à cultura material, à ciência, ao passado e à história, e sua importância reside justamente na preservação e no estudo do passado. Enquanto que o tema “Patrimônio” foi ligado a lugares e espaços, em relação a isso, a equipe responsável pelo desenvolvimento dessa avaliação acredita que as ações ligadas ao “Mapa Cultural” possivelmente influenciaram nas respostas dos participantes, por demarcar espacialmente as referências culturais.

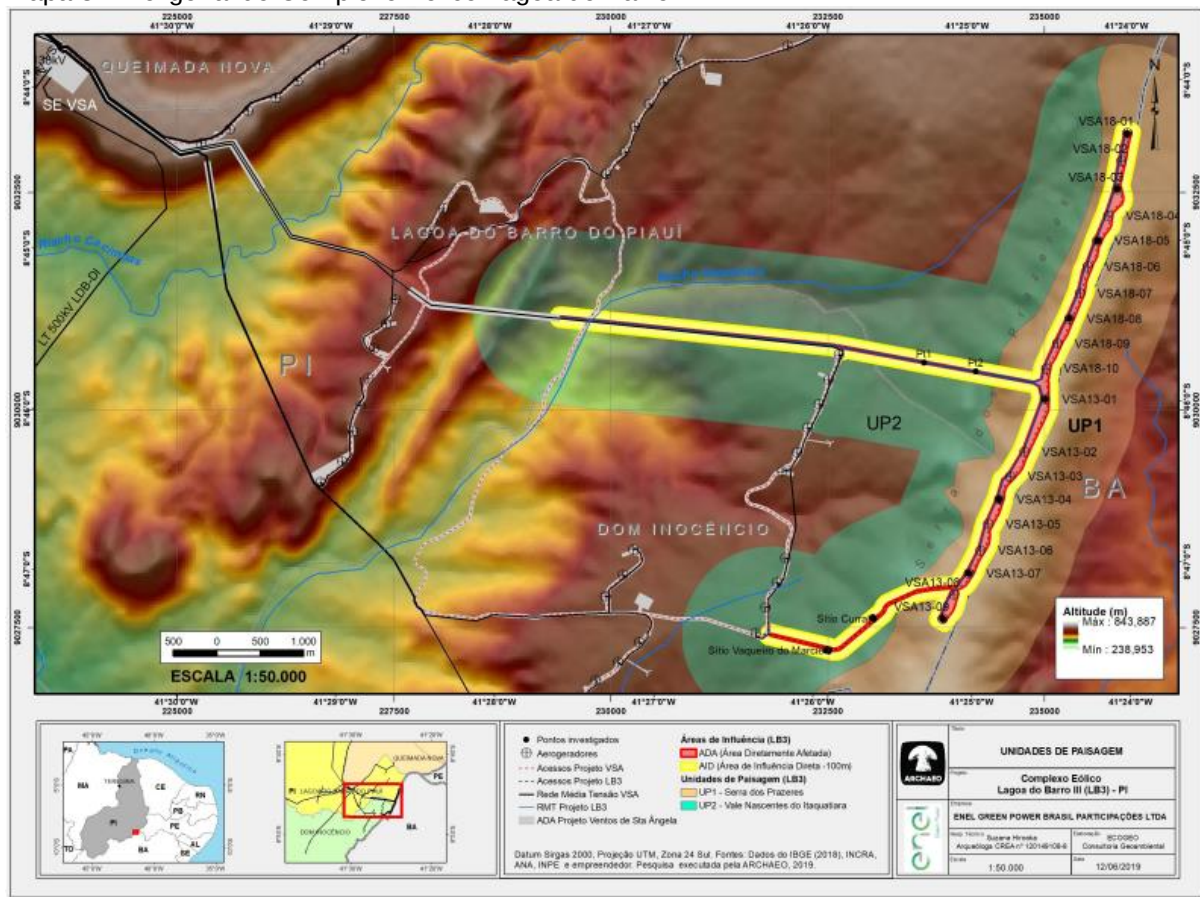
Por fim, foi observado “que os grupos de moradores, alunos, funcionários e lideranças apresentam alguma familiaridade com a temática da Arqueologia”, possivelmente em função da proximidade do município de Ribeira do Piauí com o Parque Nacional da Serra da Capivara, bem como da existência notável de sítios arqueológicos com grafismos rupestres nesse município (*op. cit.*, p. 91). Portanto, isso corrobora o pensamento de Scifoni (2019, p. 15) ao afirmar que a Educação Patrimonial não é mais justificável pelo desconhecimento social, mas sim pela sua relevância em integrar questões de patrimônio, ensino e cultura.

5.2 PIEP II – COMPLEXO EÓLICO LAGOA DO BARRO III

A Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Lagoa do Barro III foi descontinuada e posteriormente retomada com uma nova gestão; documentado no SEI/Iphan com o mesmo número de protocolo 01402.000392/2018-84. Este Complexo Eólico fica localizado na divisa entre os municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Dom Inocêncio e Queimada Nova, dentro do território de desenvolvimento da Serra da Capivara. É composto por dois Parques Eólicos com 19 aerogeradores ao todo, os quais foram instalados no topo da Serra

dos Prazeres, situado em relevo dobrado marcado por grandes diferenças altimétricas, ocupando uma área de aproximadamente 80 hectares (Archaeo, 2019; 2019b).

Mapa 3 – Poligonal do Complexo Eólico Lagoa do Barro III



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda, 2019, p. 7.

Segundo a empresa responsável pelos trabalhos arqueológicos⁸⁵, não foram identificados vestígios arqueológicos na ADA⁸⁶ desse empreendimento. Contudo, na AID⁸⁷ deste Parque Eólico foram localizados dois sítios históricos, de modo que foi sugerido que fossem preservados e monitorados durante a construção do empreendimento, justificando assim a elaboração do Programa de Gestão e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (Archaeo, 2019b, p. 5).

Inicialmente, o PIEP atrelado a esse processo objetivou desenvolver ações educativas para compartilhar com as comunidades próximas do empreendimento os resultados das pesquisas arqueológicas que se encontravam em andamento na

⁸⁵ Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda.

⁸⁶ Área Diretamente Afetada: esta área compreende a área de implantação dos aerogeradores, acessos, canteiro de obras, e demais intervenções que venham a ser feitas no contexto da obra (Archaeo, 2019, p. 8).

⁸⁷ Área Indiretamente Afetada: inclui uma área de 100 metros, a partir do limite de cada uma das intervenções de construção do Parque Eólico (Archaeo, 2019, p. 8).

região, e ainda “promover atividades educacionais voltadas para o campo preservacionista e de sustentabilidade como ponto central do programa” (*ibidem*).

No entanto, esses **objetivos** foram adequados e simplificados para propiciar apenas atividades educacionais voltadas a promover o ensino-aprendizagem em torno da temática do Patrimônio Cultural, garantindo assim a valorização, preservação e difusão dos bens culturais no referido contexto. Novamente destacamos adesão ao modelo tradicional do “conhecer para preservar” nas ações de Educação Patrimonial no ramo da Arqueologia Preventiva, que “via de regra” é um modelo de fácil execução e menos oneroso.

Dos seis objetivos específicos mencionados no escopo do PIEP, constatamos que apenas dois deles foram atingidos plenamente pelas atividades interativas apresentadas no RIEP. Foram eles: “tratar o patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar na sala de aula e demais espaços de aprendizado”; e “promover a intersectorialidade das ações educativas, de modo a gerar articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural, incentivando ações de sustentabilidade local e regional” (*op. cit.*, p. 16 e 17). O primeiro objetivo específico foi contemplado pelo projeto “Capoeira pedagógica” e o segundo pela “Expedição na Serra da Capivara”, como será visto mais adiante.

Desse modo, este PIEP buscou se **justificar** principalmente através da Portaria 137/2016, que propõe em seu art. 1º instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial, enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do Patrimônio Cultural. E no seu art. 2º relaciona a prática da Educação Patrimonial aos processos educativos formais e não formais para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação.

Assim, os responsáveis por este PIEP consideram que o “trabalho com ações educativas é imprescindível para a adequada proteção do Patrimônio Cultural, seja ele arqueológico, acautelado, valorado, registrado, tombado e, ainda, aqueles que (...) não foram acautelados e/ou inventariados” (*op. cit.*, p. 14), o que demonstra uma justificativa semelhante ao PIEP do Parque Solar Nova Olinda.

O público participante deste PIEP foi majoritariamente escolar, principalmente da zona rural do município de Lagoa do Barro do Piauí. Segundo a empresa responsável, o intuito foi inserir a temática do patrimônio cultural em sala

de aula por meio de atividades culturais. O que, a nosso ver, ocasiona na diminuição da influência do ensino formal para essas iniciativas, cujo foco é a interação dos indivíduos com práticas e manifestações culturais que fogem do escopo do ensino profissionalizante.

Segundo consta no PIEP, a **metodologia** contemplaria três passos estratégicos para a realização das ações interativas. O primeiro passo seria voltado para a mediação didática e para a partilha de responsabilidade social pela valorização e preservação do patrimônio cultural. O segundo passo envolveria as etapas de observação, registro, exploração e apropriação para a apreensão de objetos e fenômenos culturais, conforme é conceituado no Guia Básico de Educação Patrimonial⁸⁸ (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). E a última proposta metodológica consistiria em desenvolver uma “pesquisa-ação com ações educativas para as comunidades escolares da zona urbana e rural e demais membros da população através de eventos culturais” (*op. cit.*, p. 21). Contudo, apenas essa última metodologia foi parcialmente contemplada pela realização das ações interativas.

Neste processo em específico, salientamos que a variabilidade da metodologia não concatenada com os objetivos denota uma dificuldade em desenvolver projetos mais coerentes quando se tem a mudança da equipe gestora do empreendimento e, conseqüentemente, a contratação de uma nova empresa de arqueologia para retomar os trabalhos com um cronograma de execução de obra mais enxuto e menos flexível para os trabalhos arqueológicos e culturais.

Apesar da inconsistência entre o PIEP e o RIEP, é importante mencionar que essa iniciativa expôs seu caráter político ao denominar a segunda parte do RIEP⁸⁹ como “Capoeira pedagógica: saberes e práticas tradicionais da cultura de matrizes afro-brasileiras”. Segundo a empresa responsável, o intuito foi dar continuidade às ações interativas realizadas durante a etapa de “Avaliação de Impacto ao Patrimônio

⁸⁸ “O 1º momento é a Observação do objeto quando propõe que sejam feitos exercícios de percepção sensorial do objeto onde se identifica sua função e/ou significado social. O 2º momento é do Registro. Neste se solicita a anotação das informações que o próprio objeto oferece. Isso pode ser realizado de diferentes formas e com diferentes níveis de complexidade, como o desenho, a descrição verbal ou escrita, a construção de maquetes, etc. O 3º momento é o da Exploração onde se deseja que o aluno pesquise em outras fontes para completar as informações sobre o objeto. No 4º momento se conduz à Apropriação. Essa tarefa demanda uma releitura do objeto em diferentes linguagens esperando-se que o público da ação de educação patrimonial faça uma recriação dos significados do objeto e se sinta afetivamente envolvido com ele” (Horta, 2004; Grunberg, 2011 *apud* Archaeo, 2019, p. 15).

⁸⁹ Esse relatório foi dividido em três partes: 1ª Apresentação do Programa de Educação Patrimonial; 2ª Capoeira Pedagógica: Saberes e Práticas Tradicionais da Cultura de Matrizes Afro-brasileiras; 3ª Expedição Serra da Capivara.

Arqueológico”⁹⁰ voltada para a “Capoeira de Quilombo”, tradicional na região dos Quilombos Pitombeira e Sumidouro, ambas as comunidades são pertencentes ao município de Queimada Nova – PI⁹¹.

Dessa forma, consta no RIEP⁹² o desenvolvimento de aulas teóricas e práticas voltadas para os fundamentos da capoeira por meio de exercícios de alongamento, movimentos sequenciados (golpes, esquivas, floreios e quedas), e da musicalidade (ao som do berimbau e no ritmo das palmas). Todos esses elementos são necessário para o desenvolvimento da roda de capoeira, momento em que dois participantes gingham em um círculo formado por capoeiristas.

A roda de capoeira é um espaço para a promoção da diversidade e respeito às diferenças reunindo elementos de tradições culturais de povos negros, é um símbolo afro-brasileiro e ferramenta pedagógica para a integração e inclusão social. Inserida em contextos educacionais formais e não formais, é um vetor de combate ao racismo e à desigualdade social (Iphan, 2020/2021, p. 1)⁹³

Assim, a **primeira atividade interativa** foi direcionada para promover aulas pedagógicas de capoeira, ocorridas em sete encontros, entre os meses de setembro a dezembro de 2019. De acordo com o PIEP:

“[1] ao todo foram 22 horas de aulas, somando aulas práticas de capoeira e aulas teóricas sobre a cultura material e imaterial dos povos negros e populações afro-brasileiras; [2] foram 167 alunas e alunos contemplados pelo programa de capoeira, abrangendo um total de 33 localidades, sendo nove de Dom Inocêncio (Baixa Fechada, Barra do Bonito, Barreirinho, Cacimba Nova, Canoa, Curtume, Ponta da Serra, Testa Branca, Tranqueiro) e 24 de Lagoa do Barro do Piauí (Arara, Barreiro, Boa Vista, Bocaína, Cacimba Nova, Cacimbas, Fazenda Paraíso, Gameleira, Jatobá Grosso, Lagoa, Lagoa Vermelha, Mucambo, Nogueira, Nova Descoberta, Novo

⁹⁰ Durante essa fase foi realizado atividades de esclarecimentos na comunidade rural de Santa Teresa, município de Lagoa do Barro do Piauí, que culminou na realização da “I Semana do Patrimônio Cultural de Santa Teresa”, com apresentações de dança indígena, jogral, comidas típicas, forró Pé de Serra, casamento tradicional e roda de capoeira.

⁹¹ “A prática da Capoeira (Ofício de Mestres e Roda de Capoeira) é tida como importante ferramenta de inclusão da juventude nos elementos identitários. Na Comunidade do Sumidouro [no município de Queimada Nova], a capoeiragem é desenvolvida como modelo de organização social, como momento de sociabilização entre os mais experientes e os mais jovens, momento de introdução dos assuntos de interesse da comunidade e, assim, ajuda a preparar os novos membros das coordenações do movimento negro. São transmitidos elementos tanto da Capoeira de Angola, como da Capoeira Regional, além do Maculelê, tipo de dança tradicional africana que utiliza dos mesmos instrumentos e ritmos da Capoeira. Na Roda de Capoeira do Sumidouro não existe uma hierarquização de funções, mas sim “uma troca de saberes”. Alguns instrumentos, como o berimbau e o caxixi (ou caxirola) são confeccionados no Sumidouro mesmo. Uma peculiaridade é a realização de uma Roda de Samba tradicional após a prática da Capoeira” (Saberes Consultoria Ltda, 2018, p. 27 e 28).

⁹² ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Relatório Final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Cultural Tombados Valorados e Registrados e do Programa Integrado de Educação Patrimonial do Complexo Eólico Lagoa do Barro III – Piauí**. Município de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí, 2020.

⁹³ Relatório Periódicos (2020/2021) acerca dos bens culturais inscritos nas listas representativas do Patrimônio Imaterial da Unesco. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2152>. Acessado em: 3 de setembro de 2023.

Oriente, Papagaio, Porteiras, Prazeres, Santa Teresa, São Julião, Sítio do Meio, Tabuleiro, Várzea, Veredão)” (Archaeo, 2020, p. 8)

A segunda atividade interativa consistiu na visita guiada de estudantes do 9º ano do ensino fundamental ao Parque Nacional Serra da Capivara, ao Museu da Natureza e ao Museu do Homem Americano em São Raimundo Nonato – PI. Essa expedição, como é assim denominada pelas autoras, objetivou enfatizar a relação sustentável construída na Serra da Capivara entre sociedade, meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural.

Com relação aos mecanismos de avaliação, o único recurso utilizado foi o preenchimento das fichas de caracterização das ações, descrevendo a sequência dos eventos em data, horário, local e público participante. Essa ficha descritiva é importante para a documentação e revisão das atividades interativas, mas não possibilita mensurar as concepções do público participante sobre as ações realizadas, sendo ideal a aplicação de questionários consultivos como visto no PIEP do Parque Solar Nova Olinda.

Figura 12 – Ficha de caracterização de atividade anexada ao RIEP do Complexo Eólico Lagoa do Barro III.



CAPOEIRA PEDAGÓGICA (Setembro de 2019)



Educação Patrimonial

Atividade	Tema	Data	Período
02- Aula de Capoeira	Capoeira Pedagógica	05/09/2019 a 06/09/2019	Matutino e Vespertino

Turmas Contempladas	Quantidade de Alunos	Horas/Aula
Pré e 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9º ano	167 alunos e alunas	11h/Aula

As aulas foram realizadas nos dias 05 e 06 de setembro e consistiram em apresentar aos alunos e alunas os movimentos corporais básicos da capoeira, para isso mestre Tião trabalhou usando a metodologia da roda de capoeira. Antes de tudo, os estudantes foram chamados a realizar alongamentos visando ativar a circulação e a mobilidade das articulações, prevenindo possíveis lesões musculares. Ele alertou que nenhuma atividade física deve ser realizada sem o alongamento preventivo. Os exercícios de alongamento e respiração ajudam a despertar e dar mais energia, garantindo longevidade e boa qualidade de vida aos capoeiristas.

Reunidos em turmas mestre Tião formou a primeira roda de capoeira com os alunos e alunas da educação infantil, sendo estas as turmas pré e 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9º ano do ensino fundamental. Mestre Tião pediu aos alunos que se apresentassem e discutiram sua localidade. A apresentação dos estudantes teve por objetivo aproximar os entre si e também de se sentirem estimulados a falar em público sobre suas origens e descendências. Trabalhando o sentido de identidade e memória.

Após os alongamentos, ao som do berimbau e no ritmo das palmas os alunos e alunas aprenderam a gingar a capoeira. A ginga é o conjunto de movimentos que dá a capoeira a aparência de uma dança. Seu objetivo é não oferecer ao oponente um alvo fixo, encobrir a malandragem do capoeirista e enganar o adversário, geralmente induzindo-o a um ataque e dando ao capoeirista a possibilidade de contra-atacar com eficácia. A ginga é uma importante forma de ataque e defesa na capoeira. O objetivo foi trabalhar aspectos da corporalidade africana que influenciaram a cultura brasileira e a manifestação da capoeira.

Outra atividade orientada aos estudantes foi um elemento que acompanha a ginga, mas reflete aqui as canções e músicas. Expressões de poesias, textos e histórias que compõem a musicalidade negra afro-pindocentista. Podemos classificar os ritmos da capoeira em 4 formas: Ladainha, Chula, Quadra e Corrido.

Ladainha – Clítico que é entoadado na Roda de Capoeira, tradicionalmente na capoeira Angola, que, seguida a tradição, deve ser cantada por um Mestre – o mais velho e/ou mais considerado –, ou, com a autorização do Mestre da Roda, por um dos Capoeiristas que vão “fazer um jogo”, ao “pé do Berimbau”. As Ladainhas trazem em seu bojo a história da Capoeira e de seus grandes personagens, concepções de mundo, orientações a algum aprendiz etc. Segundo os “Velhos Mestres” da Bahia, enquanto a Ladainha está sendo cantada, não se realiza nenhum “jogo físico”, é necessário aproveitar o momento para dedicar-se à concentração máxima, tendo em vista o correto entendimento da(s) mensagem(ens) que nela está(ão) contida(s).

Chula – É uma canção curta, normalmente feita de improviso que faz apresentação ou identificação. É entoadada pelo cantador para fazer a abertura de sua composição. Normalmente faz uma homenagem aos seus mestres ou às suas origens ou a cidade em que nasceu ou está no momento, pode ainda fazer culto a fatos históricos, lendas ou algum outro elemento cultural que diga respeito à roda de capoeira. É comum aos cantadores da roda usarem a chula como introdução para as canções e ladainhas e durante a mesma é inserido um refrão para o coro cantar.

Corrido – Como o próprio nome já sugere, é uma canção que é cantada e se caracteriza pela junção do verso do cantador com as frases do refrão repetido pelo coro total ou parcialmente, dependendo do tempo que o cantador dá entre os versos que canta. O cantador faz versos curtos e simples que são à toda hora repetidos e o conjunto deles é usado como refrão pelo coro. O texto cantado pode ser retirado de uma quadra, de uma ladainha ou de uma chula ou ainda de cenas da vida cotidiana, de um passado histórico ou simplesmente da imaginação do cantador. Geralmente, o corrido é cantado nos toques de São Bento Grande, Cavalaria, Amoraço, São Bento Pequeno, sempre em toques mais acelerados.

Quadra – É o nome de uma quadra. A quadra é uma estrofe curta de apenas quatro versos simples, cujo conteúdo pode variar de acordo com a criatividade do compositor que pode fazer brincadeiras com palavras ou comportamento de algum companheiro de jogo, pode fazer advertências, falar de lendas, fatos históricos ou figuras importantes da capoeira. Normalmente as quadras terminam com uma chamada ao coro que pode ser: camaradinho, camarã, volta do mundo, ananã, etc... dentro muitas.



A mesma metodologia foi adotada para as turmas do 3º, 4º e 5º ano. Ao iniciar a aula mestre Tião colocou todos os alunos e alunas em roda para em seguida apresentá-los. Após o alongamento, tiveram atividade de ginga e trabalharam a musicalidade afro-brasileira. Além disso, o mestre Tião buscou transmitir os conhecimentos sobre os instrumentos musicais, assim, alguns alunos tiveram a oportunidade de tocar o pandeiro e o berimbau – resulta-se que tais instrumentos foram emprestados da comunidade Quilombola do Samirismo, uma em doação realizada pela Archaeo Pesquisa Arqueológica.

Os alunos e alunas do 6º e 7º ano do período vespertino receberam aula teórica expositiva sobre a capoeira no contexto das comunidades quilombolas abrangendo o município de São João do Piauí, local onde foi fundado o projeto Capoeira de Quilombos, coordenado pelo mestre Tião. Durante a aula o professor utilizou como recurso audiovisual um datashow e caixa de som para exibir um documentário desenvolvido na comunidade Quilombola Saco Curume. Os estudantes ficaram curiosos para conhecer as tradições dos quilombos e também participaram da Kizomba, evento cultural onde se realiza o batizado dos iniciados na capoeira. O vídeo resumo nos estudantes que, por sua vez, se sentiram motivados a aprender mais sobre a capoeira.

Na oportunidade, o mestre de capoeira transmitiu aos alunos e alunas informações significativas sobre as cores das cordas utilizadas pelos capoeiristas. Além disso, como a hierarquia é representada através das cordas. O objetivo foi estimular nos estudantes noções de respeito tanto durante as aulas práticas de capoeira, quanto na vida fora da sala de aula.

Com as turmas do 8º e 9º ano do período vespertino mestre Tião procedeu do mesmo modo. No primeiro momento foi realizado o alongamento e em seguida a ginga com os estudantes, mas agora em forma de file. Ao longo da aula o professor explorou sobre a origem da capoeira no Brasil. Além disso, apresentou o canto “a mantaiga deramou”. De acordo com o IPHAN (2007, p. 11), a origem da capoeira remete a três mitos fundadores: 1- A capoeira nasceu na África Central e foi trazida intacta por africanos escravizados; 2- A capoeira é uma criação de escravos quilombolas no Brasil; 3- A capoeira é criação dos índios, daí a origem do vocabulário que nomeia o jogo.

As três hipóteses geram questões ainda não resolvidas. Embora estudos recentes tenham comprovado a existência de danças guerreiras similares à capoeira, não apenas na África Central, mas em outros países que fizessem parte da diáspora negra, não se pode negar que as culturas são contritadas a partir das influências que se cercam, o que gera tanto rupturas quanto continuidades. Portanto, além da comprovação da raiz africana, é preciso reconhecer as mudanças e contribuições que ocorreram em solo brasileiro.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Os alunos e alunas se mostraram receptivos aos conhecimentos repassados por mestre Tião. Durante as aulas práticas de capoeira foi possível notar grande entusiasmo, tanto por parte das crianças, quanto entre os adolescentes. A atividade gerou ampla participação de todos os alunos e alunas que demonstraram prazer em participar das aulas, visto-se neles e nelas muitos sorrisos e gargalhadas, respeito e admiração acerca do conteúdo repassado e aprendido.

Alunos e alunas da Educação Infantil (pré e 1º) com as turmas do 3º a 5º ano em atividade de alongamento para aula de capoeira com mestre Tião - Período matutino (05/09/2019).



Fonte: Archaeo, 2020, p. 76-78.

Contudo, mesmo com a ausência de questionários objetivos, no RIEP são feitas algumas reflexões acerca da efetividade das ações, apontando para “a

necessidade de manter as aulas de capoeira, visto que houve uma mudança no comportamento das crianças e dos jovens adolescentes – aspecto positivo, tomando como referência o campo da sociabilidade” (*op. cit.*, p. 8). Pontuamos que a ausência de mecanismos formais pode ser justificável, mas é importante o estabelecimento de critérios objetivos para mensurar a efetividade dos programas.

Por fim, salientamos que este PIEP teve uma abordagem voltada para o conceito de “Território Educativo”⁹⁴, semelhante ao enfoque sobre “Território e Memória” no PIEP do Parque Solar Nova Olinda, ambas refletem o atual estado de discussão no campo da Educação Patrimonial sobre a importância das ações estarem articuladas aos contextos locais. Portanto, para além da preocupação com a real efetividade dos PIEP’s, torna-se mais relevante o comprometimento desses projetos com os aspectos sociais e políticos em que estão inseridos.

5.3 PIEP III – PARQUES EÓLICOS E LT OITIS

O licenciamento arqueológico dos Parques Eólicos e Linha de Transmissão Oitis geraram inúmeros processos de protocolos no SEI/Iphan (ver figura 12), mas todos com a mesma documentação para o PIEP⁹⁵. Diante disso, optamos por selecionar e analisar somente os documentos do primeiro processo da tabela de autorizações, referente à Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Oitis 8, no município de Dom Inocêncio – PI, por meio do protocolo nº 01402.000639/2019-43.

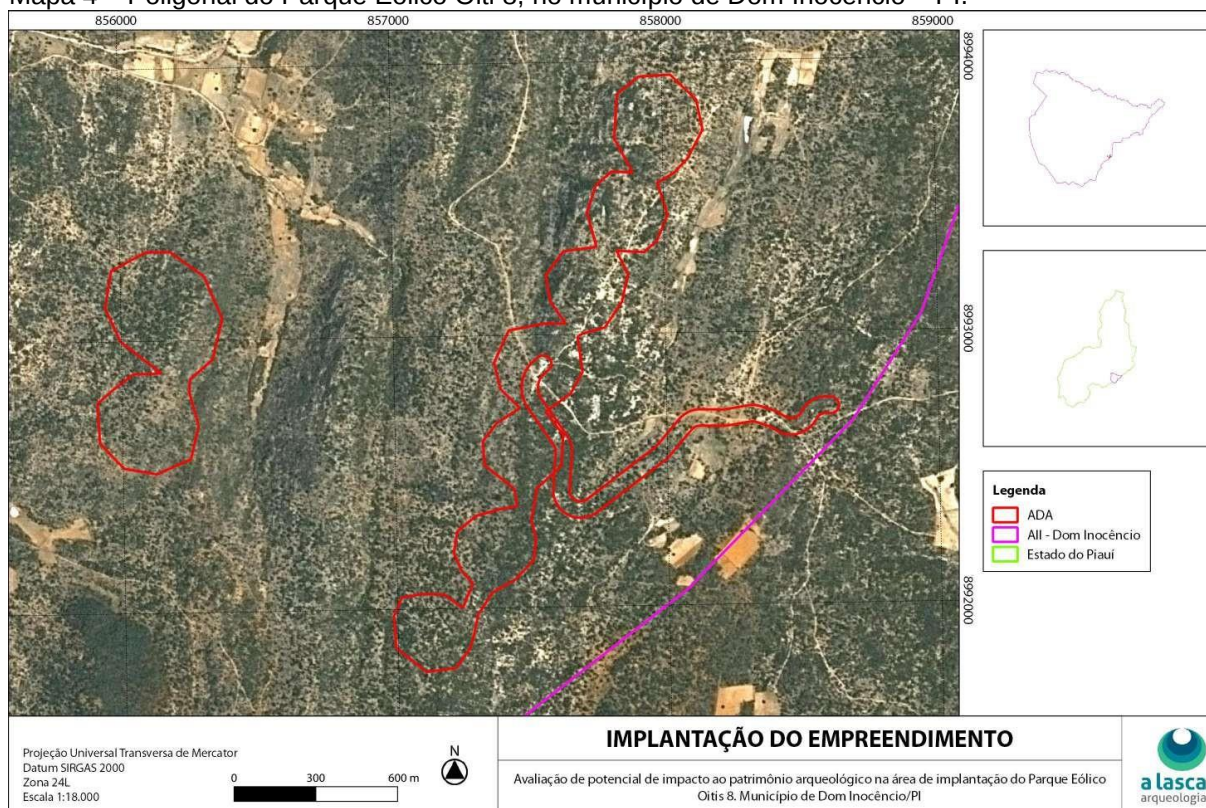
A execução do programa arqueológico dos Parques Eólicos e LT Oitis ficaram sob a responsabilidade da empresa “A Lasca Arqueologia”, e transcorreu durante o período da pandemia de Covid-19. Assim, de acordo com esta empresa, o PIEP destes empreendimentos foi desenvolvido em conformidade com os princípios da Constituição Federal de 1988, que entende em seu Artigo 216 “que todos os brasileiros têm direito à memória e à cidadania, com concepção, metodologia e

⁹⁴ “Isto é, o território/espaco/lugar relacionado a Educação Integral” (Goulart, 2010 *apud* Archaeo, 2020, p. 10).

⁹⁵ “Em conformidade com a Instrução Normativa nº 001/2015, esse Projeto Integrado de Educação Patrimonial – PIEP é relativo aos Programas de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA) dos Parques Eólicos Oitis 4, 5, 7, 8, 9 e 10 (Processos nº 01402.000633/2019-76, 01402.000635/2019-65, 01402.000637/2019-54, 01402.000639/2019-43 01402.000640/2019-78 e 01402.000641/2019-12, respectivamente)” (A Lasca Arqueologia, 2020, p. 50).

implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados em âmbito federal”⁹⁶ (A Lasca arqueologia, 2020, p. 50).

Mapa 4 – Poligonal do Parque Eólico Oiti 8, no município de Dom Inocêncio – PI.



Fonte: A Lasca Arqueologia, 2019, p. 7.

Além da constituição, este PIEP também se fundamentou por meio da Portaria do Iphan nº. 137 de 2016, como uma “prática transversal aos processos de preservação e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro (...)”, no intuito de promover situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos (*ibidem*).

Este PIEP também **se justificou** mediante apresentação do crescimento da prática da Educação Patrimonial a partir da sua institucionalização na década de 1980, evidenciando que “no Brasil, há uma política de patrimônio voltada para [a] educação, ou uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio”, que considera as múltiplas possibilidades de ações, seja na educação formal, nos espaços culturais, museais ou em iniciativas diversas (Casco, 2020 *apud* A Lasca Arqueologia, 2020, p. 52).

⁹⁶ É importante deixar esclarecido que a CF/1988 garante o direito a memória e a cidadania, conforme artigo citado, mas é a IN/Iphan nº 001/2015 que estabelece a integração entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados em âmbito federal.

Portanto, é com base no desenvolvimento do conceito de Educação Patrimonial, no qual o patrimônio cultural é apropriado como recurso pedagógico, que este PIEP pretendeu promover ações visando o patrimônio local e a integração do patrimônio arqueológico aos demais bens acautelados em âmbito federal (*op. cit.*, p. 53).

Com isso, seus **principais objetivos** foram favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural, incentivando a participação social na formulação, implementação e execução de ações educativas sobre a área de influência dos Parques Eólicos e LT Oitis, no município de Dom Inocêncio – PI.

Em razão das restrições da Pandemia de Covid-19, argumenta-se no PIEP que **o público-alvo** foi escolhido a partir do potencial multiplicador de alguns atores sociais da região, como educadores, agentes públicos, agentes sociais e lideranças comunitárias, que foram convidados a participar de atividades e encontros virtuais (*op. cit.*, p. 54).

“Para cada público delineado será desenvolvido um conjunto de atividades apropriadas, com conteúdo, metodologias, estratégias e recursos pedagógicos específicos, que buscarão dialogar e colaborar, inclusive, com ações e/ou projetos já em desenvolvimento na região. O município de Dom Inocêncio faz parte do polo das Origens no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Governo do Piauí, com o parque e sítio arqueológico da Serra da Capivara, o parque e sítio arqueológico da Serra das Confusões, além do Museu do Homem Americano e o Museu Dom Inocêncio, como principais atrativos (BRASIL, 2012)” (*Ibidem*).

A proposta metodológica deste PIEP foi caracterizada majoritariamente por ações à distância em colaboração com interlocutores locais, por meio de reuniões, *workshops* e encontros em plataformas de videoconferência e atividades remotas em formato virtual. Assim, o PIEP foi estruturado em duas fases:

“1ª – [Realização de] Contatos e reuniões, workshops e encontros no município para diagnóstico e definição dos interlocutores e multiplicadores do Programa e para elaboração de projetos educativos e planos de ação; e preparação e difusão dos primeiros materiais e recursos educativos e informativos, como também da plataforma virtual do PIEP para [as] ações remotas; 2ª – Execução das atividades educativas desenhadas em conjunto com os interlocutores do Programa, como também desenvolvimento de projetos, iniciativas e preparação de novos materiais em colaboração com os participantes, acompanhados de avaliação contínua de suas ações e desdobramentos” (A Lasca Arqueologia, 2021, p. 91).

As atividades remotas seriam conduzidas a partir de dinâmicas de aprendizagem com exercício do “Objeto Significativo, Mapa Patrimonial e oficina do Patrimônio Cultural e Arqueológico”, associado aos recursos didáticos de exposições

em *slides* de conteúdo informativo e ilustrativo, além de apresentações de fotografias, artefatos, objetos e desenhos técnicos (como é descrito no quadro abaixo). Nesses encontros, os participantes também seriam incentivados a falar sobre suas histórias de vida, saberes locais e sobre os bens culturais significativos da sua região (A Lasca Arqueologia, 2020, p. 77).

Figura 13 – Atividades previstas no PIEP dos Parques Eólicos e LT Oitis.

Atividade / ação	Sinopse da atividade prática
Conversas e Bate papos	Conversas e exercícios de leitura e dinâmicas com artefatos arqueológicos e com pranchas com desenhos e fotografias de bens culturais e do patrimônio arqueológico regional e local.
Oficina Objetos Significativos	Bens culturais estimulam os participantes a apresentar memórias, narrativas e histórias, com o objetivo de discutir o conceito de patrimônio cultural e colaborar na promoção de ações coletivas de identificação e conhecimento dos bens patrimoniais culturais locais significativos e de geração de renda.
Mapa Patrimonial	O Mapa Patrimonial faz a identificação do que os participantes consideram patrimônio e sobre a compreensão que têm sobre o conceito. Também funciona como uma espécie de atividade de apresentação da região do ponto de vista de seu patrimônio cultural.
Oficina Patrimônio Cultural e Arqueológico: produção cultural e geração de renda.	Discussão sobre modos de fazer e ser da comunidade e geração de renda.

Fonte: A Lasca Arqueologia, 2020, p. 78.

Para estimar essas ações foi prevista uma ficha de avaliação para ser preenchida pelos participantes, que seria disponibilizada na plataforma virtual do PIEP, “visando estimular a análise dos aspectos positivos e negativos das ações educativas” (*op. cit.*, p. 84). No entanto, os resultados dessa ficha de avaliação não foram apresentados durante o RIEP.

Antes da primeira fase de ações foi realizada a formação dos interlocutores locais para intermediar as atividades presenciais do programa, “que conduziriam depois com os moradores das comunidades, sobre a pesquisa arqueológica e seus achados e sobre a importância de se eleger, conhecer e preservar o patrimônio cultural local”. Essa formação foi composta por encontros virtuais para os exercícios de leitura de artefatos arqueológicos, oficina de sítio simulado, e dinâmica do “Objeto Significativo” (*op. cit.*, p. 93).

Logo após essa formação, a **primeira fase** do PIEP foi marcada pela realização de reuniões via plataformas de videoconferência sobre a temática “Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural e Arqueológico: o PIEP dos Parques Eólicos Oitis”, com gestores públicos do município de Dom Inocêncio. Nessa fase também aconteceram os encontros comunitários (Conversando sobre o Meu Patrimônio), por meio de vídeo-chamada mediada pela presença dos interlocutores locais. Esses encontros ocorreram em quatro comunidades rurais do mesmo município.

A **segunda fase** deste PIEP também foi marcada por encontros comunitários em outras duas localidades; pela realização de “Mostras Educativas Virtuais” veiculadas via *whatsapp* e nas redes sociais; e principalmente pela formação de grupos de trabalho (GT Cordel, o GT Comunidade Moreira e o GT Educadores com professores da rede pública de educação do município de Dom Inocêncio).

Os encontros virtuais do “GT Cordel”, formado pelo poeta cordelista João Dias e pelo compositor Sandrinho do Acordeon, resultaram na elaboração do cordel “Os primeiros habitantes de Dom Inocêncio, no estado do Piauí”, divulgado no ambiente virtual⁹⁷ do PIEP em formato expresso e como material audiovisual (áudio-vídeo).

O “GT da Comunidade Moreira” composto por lideranças locais e membros da “Associação Rural de Irrigadores e Piscicultores” resultou na elaboração da logomarca da comunidade de pescadores constituída por elementos de referência dos próprios moradores para compor embalagens das produções de pesca e hortifrúteis da região, e na produção de um material audiovisual sobre o patrimônio desta comunidade, que também foi disponibilizado no ambiente virtual do PIEP.

Por fim, o “GT Educadores” foi organizado durante o *Workshop* “Arqueologia e Educação Patrimonial no Projeto dos Parques Eólicos do Complexo Oitis: construindo processos educativos em colaboração”, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Dom Inocêncio, contando com a presença de aproximadamente 65 educadores do município.

Com duas horas de duração, o workshop foi dividido em dois momentos e abordou o conhecimento e o patrimônio arqueológico da região e o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico no Complexo Eólico, o contexto do desenvolvimento do PIEP, sua conceituação e proposta, apresentando as atividades já desenvolvidas, como também os trabalhos e

⁹⁷ Esse ambiente virtual não foi encontrado, mas estava hospedado no seguinte endereço eletrônico: <https://amerindiabrasil620.workplace.com/work/landing/input/>; com acesso pelo usuário: alasca@amerindiabrasil.com.br; e senha: alasca@2020.

ações dos outros grupos de trabalho. Tratou: da ampliação e o progressivo alargamento do conceito de patrimônio histórico para cultural, passando a abranger os bens imateriais representativos da diversidade das produções e manifestações culturais do país (hábitos, práticas culturais, crenças e valores); da presença de bens patrimoniais locais e relacionados aos modos de viver, aos saberes e às memórias e à história do município e que necessitam de permanente pesquisa e ações de valorização e preservação; do patrimônio cultural como direito na Constituição de 1988: a trajetória da noção de preservação no Brasil; da Arqueologia e sua prática no Brasil, como também os principais instrumentos legais de salvaguarda do patrimônio arqueológico e cultural brasileiro; dos métodos e técnicas da pesquisa arqueológica, os diferentes tipos de sítios arqueológicos no país e a diversidade do patrimônio arqueológico brasileiro; do conhecimento arqueológico da região e dos sítios em salvamento pelo Programa; do patrimônio cultural e a nova conceituação da Educação Patrimonial, que reconhecem a comunidade como detentora dos bens culturais e a melhor guardiã de seu patrimônio; da necessidade de inserção desse patrimônio e também do arqueológico, em projetos, ações e iniciativas locais e nos currículos escolares (*op. cit.*, p. 118-119).

Os encontros *online* do “GT Educadores” possibilitou o compartilhamento da “Mostra Educativa Virtual” voltada ao público escolar, composta por vídeos, *podcasts*, fotografias e outras mídias, apresentando os resultados dos estudos sobre o patrimônio imaterial e arqueológico da região.

Segundo a empresa responsável (*op. cit.*, p. 134), algumas demandas e expectativas dos interlocutores locais e dos demais públicos participante puderam ser atendidas mesmo com as limitações impostas pela Pandemia da Covid-19, na medida em que houve a manifestação desses atores pelo desenvolvimento das ações voltadas para o reconhecimento das suas representações sociais.

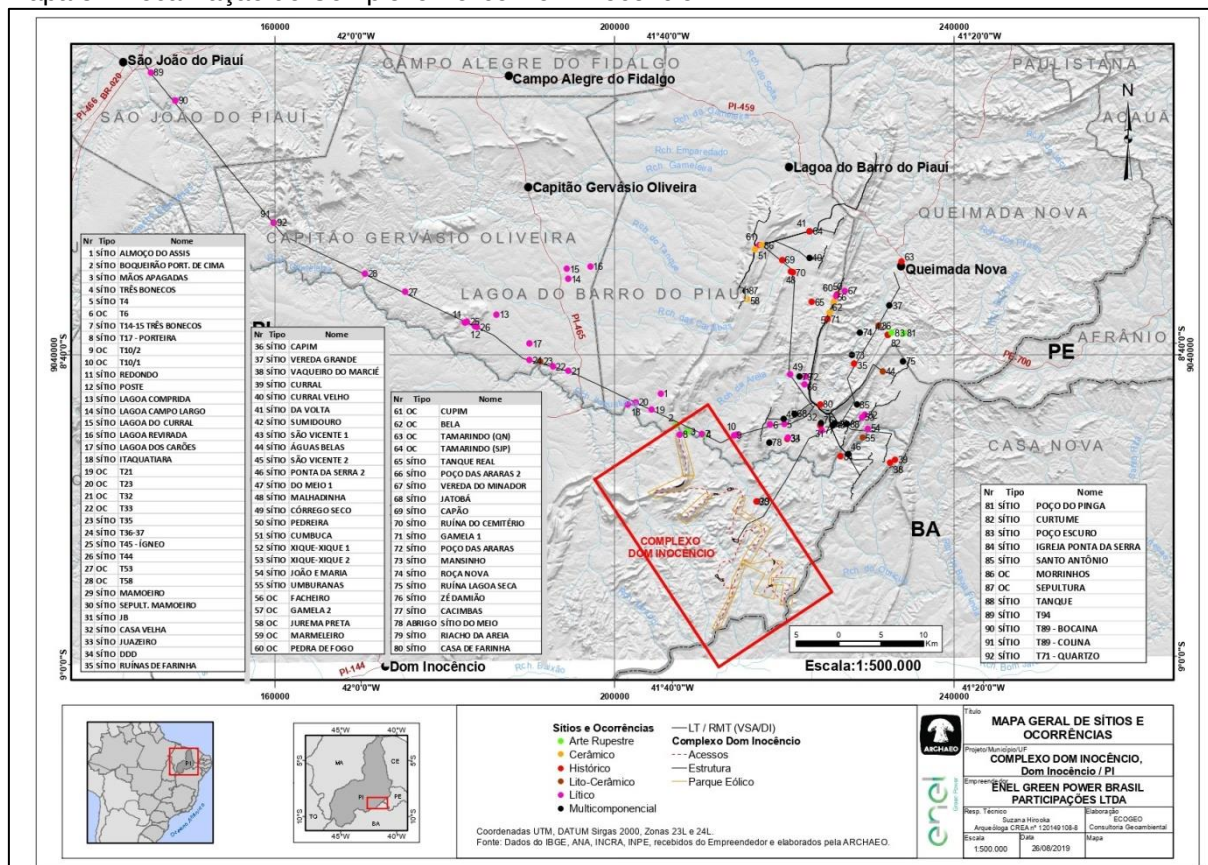
Como mencionado anteriormente, os dados e informações deste PIEP foram replicados em vários relatórios e processos encaminhados ao Iphan, dificultando a identificação, leitura e interpretação dos dados relacionados a este processo; fato também agravado pela ausência de sistematização e detalhamento das ações e dos resultados alcançados. Além disso, não encontramos nenhum parecer do Iphan exigindo melhorias ou complementações a este PIEP.

5.4 PIEP IV – COMPLEXO EÓLICO DOM INOCÊNCIO

O processo de licenciamento do Complexo Eólico Dom Inocêncio foi executado pela empresa de arqueologia “Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda” com apoio financeiro da “Enel Green Power Brasil”. O mesmo se refere ao licenciamento de uma área de quase 23 mil hectares para a instalação de 72 aerogeradores em oito (8) Parques Eólicos.

As Avaliações de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de abrangência deste empreendimento foram documentadas pelo processo SEI/Iphan nº 01402.000383/2018-93, e corroboraram o desenvolvimento do PGPA pela necessidade de realização das etapas de resgate e monitoramento arqueológico, gestão do patrimônio cultural, ações de preservação de sítios históricos e desenvolvimento do PIEP (Archaeo, 2020b).

Mapa 5 – Localização do Complexo Eólico Dom Inocência.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda, 2019b.

Segundo a empresa responsável pelo PIEP do Complexo Eólico Dom Inocência, as ações de educação para o patrimônio abrangeram tanto atividades presenciais como remotas, por conta das restrições impostas pela Pandemia e Pós-pandemia da Covid-19.

Assim, selecionamos como ações educativas cursos de formação e capacitação de professores e gestores educacionais online aplicado a metodologia de Ensino a Distância (Ead); exposições e apresentações culturais em área abertas e de circulação segura para a população dos municípios e, formação continuada de aulas de capoeira com os alunos e alunas da rede básica de ensino dos municípios de Dom Inocência e Lagoa do Barro do Piauí. Assim, o que se propõe é valorizar o sentido de pertencimento das comunidades a seu local de origem, tanto enquanto território integrado ao meio ambiente, a sociedade, a sua cultura e a sua história, bem como, visar uma educação que propicie uma consciência de

responsabilidade para a preservação, para o desenvolvimento sustentável e inovador da região (*op. cit.*, p. 43).

A determinação do **público participante** deste PIEP seguiu as recomendações da IN/lphan nº 001/2015, que determina como “público-alvo” as comunidades nas áreas de influência dos empreendimentos, os colaboradores envolvidos na obra de construção, o público escolar, incluindo os professores das unidades escolares e os gestores públicos do municípios abrangidos pelo empreendimento.

E o **principal objetivo** deste PIEP, em cumprimento com as diretrizes da Portaria 137/2016, foi “promover estratégias e dinâmicas de ensino-aprendizagem em torno do Patrimônio Cultural, buscando garantir a valorização, preservação e difusão dos bens culturais e das memórias interligadas a eles”, por meio do desenvolvimento de atividades educacionais na área de abrangência do empreendimento (*op. cit.*, p. 44).

A **justificativa** deste PIEP pautou-se na fundamentação teórica da Educação Patrimonial através dos trabalhos ligados ao lphan que focalizam bastante em diretrizes conceituais. Dentre eles, a empresa responsável pela elaboração do PIEP destaca a Educação Patrimonial como um importante canal de interlocução com a sociedade; reconhece as ações educacionais como imprescindíveis para adequada proteção do patrimônio cultural; e enxerga a Educação Patrimonial como uma ferramenta capaz de promover situações de aprendizado e o protagonismo social.

Desse modo, a **proposta metodológica** consistiu em desenvolver uma série de atividades “como forma de garantir e ampliar o alcance das discussões sobre o patrimônio cultural”, e para fomentar a preservação da memória e a identidade local. O planejamento dessas atividades incidiu na programação de nove ações interativas sequenciadas da seguinte forma: (1) Exposições e Eventos Culturais⁹⁸; (2) Curso de Formação Continuada I: aulas com a capoeira de quilombo⁹⁹; (3) Curso de

⁹⁸ “Dentre as atividades, pretendemos promover Exposições, Apresentações e Eventos Culturais direcionado a todos os públicos, sem restrições, uma vez que essa modalidade interessa a todos, independentemente do seu grau de escolaridade, idade, gênero e classe social. Assim, objetiva-se promover e ampliar o acesso ao Patrimônio Cultural, bem como divulgar a produção dos artefatos culturais (patrimônio material, imaterial e arqueológico) ao maior número de pessoas possíveis” (*op. cit.*, p. 47 e 48).

⁹⁹ “O Curso de Formação Continuada com aulas de “Capoeira de Quilombo” será uma ação destinada à formação, capacitação e atualização dos alunos e alunas orientados pelo educador físico Antônio Pereira dos Santos, capoeirista da região conhecido como mestre Tizil. O objetivo desta ação continuada é aliar a prática da capoeira ao ensino formal buscando melhorar a aprendizagem dos

Formação Continuada II: Educação para o Patrimônio Cultural no Piauí¹⁰⁰; (4) Concurso Cultural I: Poemas e Versos em Literatura de Cordel¹⁰¹; (5) Concurso Cultural II: Meu Patrimônio em Ritmos do Forró¹⁰²; (6) Práticas Lúdicas I: Jogo de Tabuleiro 'Caminho das Pedras'¹⁰³; (7) Práticas Lúdicas II: Jogo da Memória¹⁰⁴; (8) Arqueologia Pública I: Escavação Divertida¹⁰⁵; (9) Arqueologia Pública II: 'A Pré-história em Desenhos de Arte Rupestre'¹⁰⁶.

No entanto, dessas nove atividades programadas no PIEP, constam apenas a realização do curso continuado de capoeira e a realização de exposição e eventos. As demais ações foram substituídas pelo curso de formação de monitores de turismo; realização de oficina de pintura corporal indígena e de luta Huka-Huka (ministrado pelo indígena Kamarifé Waurá do Alto Xingu); palestra e distribuição de material didático para as empresas envolvidas na construção e gestão do

estudantes, auxiliando os mesmos na sua transformação através do ensino empoderador e atualizado da capoeira" (*op. cit.*, p. 49).

¹⁰⁰ "O curso de formação "Educação para o Patrimônio Cultural no Piauí" será realizado na Modalidade de Educação a Distância (via internet), baseados na concepção de autoaprendizagem, utilizando-se a plataforma Google Classroom, disponível em <https://classroom.google.com/h>, tanto para [a] apresentação do conteúdo, quanto para [o] cumprimento e gerenciamento das atividades avaliativas. O curso será ofertado em duas turmas uma para os participantes do Município de Dom Inocêncio e outra para os servidores do município de Lagoa do Barro do Piauí, estando em aberto para outros municípios que demonstrarem interesse" (*op. cit.*, p. 50 e 51).

¹⁰¹ "A atividade proposta consistirá em um concurso virtual aberto aos artistas das cidades de Dom Inocêncio e Lagoa do Barro do Piauí em parceria com a Secretaria Municipal de Cultural e a Prefeitura dos respectivos municípios. A plataforma para [a] divulgação será pensada em conjunto com os detentores culturais e parceiros do projeto" (*op. cit.*, p. 52).

¹⁰² "O concurso cultural "Meu Patrimônio em Ritmos de Forró" será promovido na cidade de Dom Inocêncio em parceria com a Secretaria Municipal de Cultural, a Prefeitura e a Associação Cultural Acordes do Campestre. Como recurso lançaremos mão da plataforma do youtube para criar um canal onde serão postados os vídeos encaminhados pelos inscritos. Todo processo ocorrerá de modo virtual pelas redes sociais" (*op. cit.*, p. 53).

¹⁰³ "O jogo de tabuleiro "Caminho das Pedras" foi elaborado com o objetivo de trazer informações sobre diferentes tipos de vestígios arqueológicos pré-coloniais que foram encontrados na região no sudeste do Piauí. Ao longo do jogo, os alunos e alunas são convidados a se aventurar em uma espécie de expedição arqueológica. Através das cartas os estudantes são orientados sobre o patrimônio cultural local, os vestígios arqueológicos, assim como os sítios arqueológicos de relevância localizados na região" (*op. cit.*, p. 53).

¹⁰⁴ "A ação consiste na distribuição do material lúdico desenvolvido pela equipe de educação patrimonial da Archaeo sobre o Patrimônio Cultural (Material e Imaterial) da região do sudeste do Piauí. O Jogo da Memória contém 5 peças com temáticas que versam sobre a cultura do vaqueiro, os vestígios cerâmicos do sítio São Vicente, sítio arqueológico Poço Escuro, boneca de pano e imagem com a logo do PIEP (ARCHAEO, IPHAN e ENEL)" (*op. cit.*, p. 55).

¹⁰⁵ "A atividade "Escavação Divertida" tem por objetivo demonstrar as etapas de trabalho das pesquisas arqueológicas. Consiste em uma atividade sensorial onde o indivíduo poderá experienciar, o que é uma prospecção arqueológica, o encontro de materiais arqueológicos em superfície, a delimitação da área onde são abertas as quadrículas, os métodos de escavação e croqui dos materiais arqueológicos, assim como, a análise do material em laboratório" (*op. cit.*, p. 55).

¹⁰⁶ "Esta atividade tem por objetivo apresentar as comunidades que se encontram próximas aos sítios arqueológicos os conceitos básicos da arqueologia, em especial sobre as representações de sítios arqueológicos de arte rupestre" (*op. cit.*, p. 56).

empreendimento; participação na cerimônia de entrega do título de terra indígena pelo governo do Estado aos povos Kariri; e realização do primeiro festival de artes da Ponta da Serra¹⁰⁷, no município de Dom Inocêncio – PI. No RIEP é descrito que essas ações educativas seriam desenvolvidas a partir do Centro de Educação Patrimonial Ponta da Serra (CEPPS)¹⁰⁸.

Desta forma, pontuamos aqui uma grande disparidade entre as atividades propostas no PIEP para aquelas executadas e descritas no RIEP do Complexo Eólico Dom Inocêncio. Contudo, isso não diminui a relevância das ações realizadas.

O PIEP envolveu um Curso Continuo de Capoeira que ocorreu durante o período de abril a dezembro de 2021, envolvendo aproximadamente 300 horas aula e a formação de 46 novos capoeiristas. Ainda um Curso de Formação de Monitores Turísticos em parceria com IFPI – Campus São João do Piauí que envolveu 175 horas/aulas e qualificou 16 jovens das seguintes comunidades: Quilombo Sumidouro, Cacimbas, Ponta da Serra, Barreirinho e Barreiro. Também realizou oficinas de Pintura corporal e de luta Huka-Huka, ministrada pelo colaborador da Archaeo Kamarifé Waurá do Alto Xingu, Mato Grosso.

Ainda foram proferidas palestras com as empresas Enel e Seta. Tais atividades ocorreram nos escritórios destas empresas. Na oportunidade, foram distribuídos aos participantes folders e material didático autoexplicativo, que contemplava a extroversão do patrimônio cultural material, imaterial e arqueológico da região.

Outra ação foi a participação da equipe Archaeo na memorização do Dia do Indígena (19/04/2021), através de uma entrevista na rádio Esperança de Queimada Nova e na solenidade de entrega do Título de Território Indígena Kariri da Serra Grande (*op. cit.*, p. 72).

Assim, segundo a empresa responsável por este programa, as ações com palestras, cursos, oficinas e festival de artes contaram com a participação de 376 pessoas, entre estudantes, população local e colaboradores da obra, além da distribuição de 3500 exemplares de material didático.

Essa mesma empresa relatou a existência de muitas dificuldades durante a realização do PIEP nos municípios de Dom Inocêncio e Lagoa do Barro do Piauí, dada à extensão territorial desses municípios e a falta de acesso a transporte público, algo que atrapalha a inclusão social de pessoas com deficiência (PcD), indígenas e quilombolas, entre outros grupos que residem nesses locais distantes (Archaeo, 2022). Isso de fato evidencia a importância do desenvolvimento dos

¹⁰⁷ “O tema do Festival foi “Meio Ambiente e Cultura” objetivando contextualizar os objetivos da ODS/ONU, divulgando o Desenvolvimento Sustentável e buscando o respeito ao meio ambiente e a inclusão social. A programação envolveu Feira de Artesanato, Concurso de Música, Artes Plásticas e Poesia” (*op. cit.*, p. 81).

¹⁰⁸ O CEPPS foi criado e implementado pela Archaeo Pesquisas Arqueológicas em conjunto com a comunidade local e os gestores públicos municipais na Igreja Ponta da Serra, no município de Dom Inocêncio, após a revitalização desse espaço (*op. cit.*, p. 72). Essa ação foi motivada pelas circunstâncias sociais durante o período de combate a Pandemia de Covid-19.

PIEP's junto às comunidades locais, para que o deslocamento das pessoas que vivem nessas comunidades não seja necessário.

Por fim, salientamos que as avaliações deste PIEP foram exatamente às mesmas da LT 500 kV Dom Inocêncio - Queimada Nova II, associada a este empreendimento e licenciado pela mesma empresa de arqueologia. Dessa maneira, o resultado e discussões de ambos os programas serão apresentados na descrição do próximo PIEP.

5.5 PIEP V – LT 500 KV DOM INOCÊNCIO - QUEIMADA NOVA II

O licenciamento arqueológico da “Linha de Transmissão 500 kV Dom Inocêncio - Queimada Nova II” foi documentado no SEI/Iphan com o número de protocolo 01402.000379/2018-25. Esta LT conta com 84 torres de suspensão e uma área de servidão de 39 quilômetros de extensão que permeia os municípios de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova (ver figura 19).

A proposta de execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico é composta pelo:

“resgate de 04 sítios arqueológicos; a preservação de 08 localidades arqueológicas; o monitoramento das obras e dos sítios a serem preservados; além de atividades educativas a partir do Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP), que junto ao Programa “Ventos que sopram Histórias” promovem a visibilidade e a val[orização dos bens culturais de natureza material e imaterial, dos sítios arqueológicos, bem como incentivam ações sustentáveis que garantam maiores ganhos e benefícios às comunidades envolvidas no presente projeto” (Archaeo, 2021, p. 7).

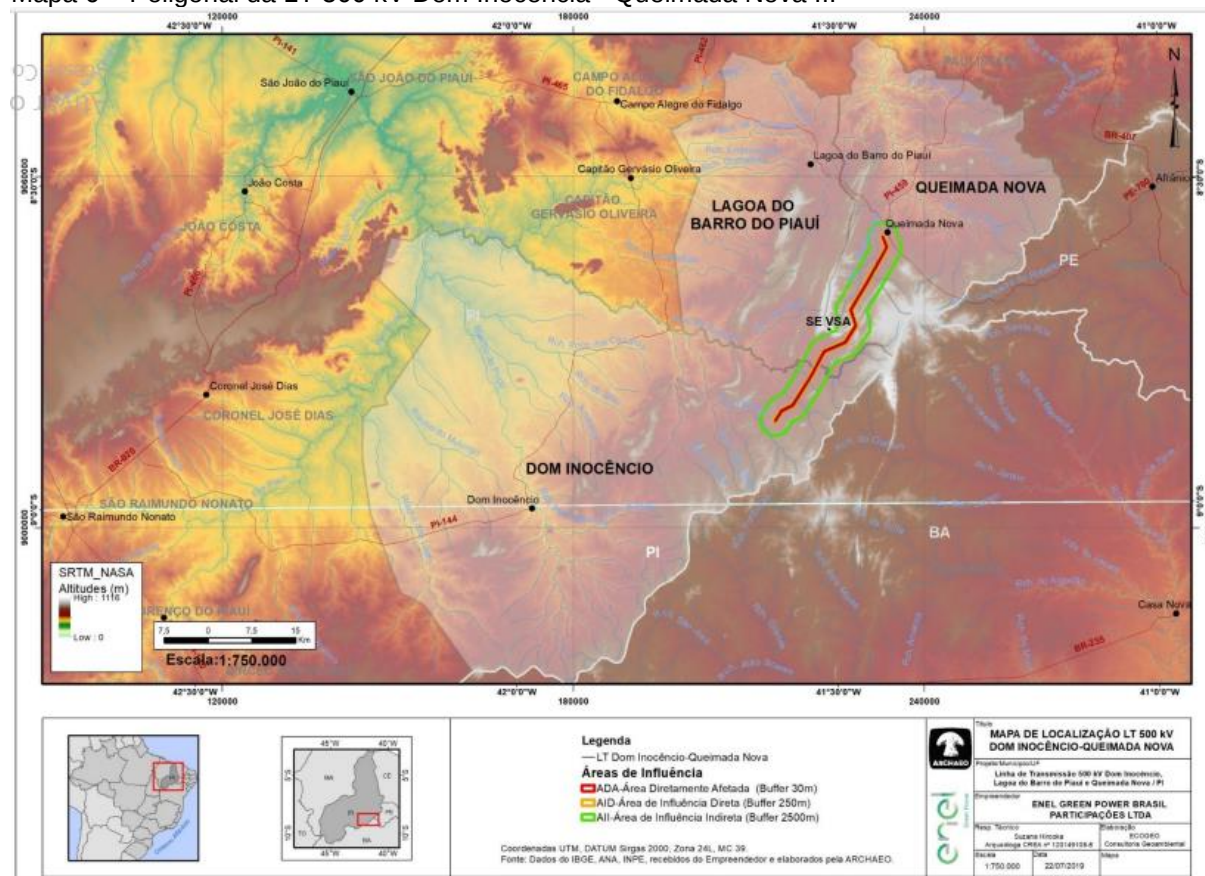
Assim, este PIEP, semelhante ao anterior, teve **como principal objetivo** desenvolver atividades educacionais na área de influência deste empreendimento, “visando promover estratégias e dinâmicas de ensino-aprendizagem em torno do Patrimônio Cultural e Arqueológico, [e assim] buscando garantir a valorização, preservação e difusão dos bens culturais e das memórias interligadas a eles” (*op. cit.*, p. 51).

O público participante, novamente entendido como multiplicadores das ações educativas, contemplariam gestores públicos, comunidade escolar, colaboradores e funcionários do empreendimento, lideranças comunitárias, comunidades remanescentes quilombolas e grupos de pessoas com interesse na

formação de monitores de turismo, seguindo os preceitos do parágrafo 1º do Art. 45 da IN/Iphan nº 001/2015¹⁰⁹.

No RIEP, esse público diminuiu, abarcando apenas o grupo de colaboradores do empreendimento em questão, os mestres de ofício de capoeira, além de turistas, moradores e estudantes das comunidades rurais afetados pela obra de construção desta Linha de Transmissão.

Mapa 6 – Poligonal da LT 500 kV Dom Inocência - Queimada Nova II.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda, 2021, p. 12.

A **justificativa** também se pautou pela mesma fundamentação teórica do PIEP anterior, repetindo o destaque dado as diretrizes conceituais desse campo (vide página 94). Assim como, a **proposta metodológica** foi atrelada ao Centro de Educação Patrimonial Ponta da Serra (CEPPS), espaço físico dedicado a exposições museológicas, oficinas, jogos lúdicos e cursos direcionados a todos os

¹⁰⁹ “§ 1º O público alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento”.

públicos, mas com medidas restritivas para atender as exigências sanitárias de enfrentamento da Pandemia de Covid-19¹¹⁰.

Já **os mecanismos de avaliação** programados neste PIEP (como no anterior) estavam focados no estabelecimento de uma rede de comunicação para estimular a interação dos internautas da rede social do *Facebook* com as ações realizadas. Além disso, seria elaborado uma ficha de avaliação para mensurar os aspectos positivos e negativos do programa.

Para maior compreensão, segue esboço do que se pretende adotar como mecanismo de avaliação durante o PIEP:

Rede de Comunicação – Página no Facebook, visando criar um grupo com os participantes (gestores escolares das Unidades de Educação, docentes do ensino médio e fundamental, gestores culturais, representantes de associações comunitárias – indígenas, quilombolas, o público alvo como um todo). Nessa página serão disponibilizadas fotos e vídeos do PIEP, com objetivo de estimular a interação entre todos. Ademais, estimular também que docentes que aplicarem as atividades orientadas pelo PIEP na sala de aula, possam expor os resultados por eles alcançados. E assim, estabelecer rede de troca de experiências mediante narrativas orais e visuais.

Ficha de Avaliação – Elaboração de Ficha de Avaliação com a finalidade de analisar os aspectos positivos e negativos das ações educativas executadas ao longo do PIEP (*op. cit.*, p. 61 e 62).

Contudo, o primeiro mecanismo de avaliação não foi efetivado, constando no RIEP apenas a utilização da ficha de avaliação. Ademais, é descrito no PIEP a programação de sete ações interativas: (1) Exposições; (2) Curso de Formação Continuada I: Aulas com a ‘Capoeira de Quilombo’; (3) Curso de Formação Continuada II: Oficinas para Novos Artesãos¹¹¹; (4) Práticas Lúdicas I: Jogo de Tabuleiro ‘Caminho das Pedras’; (5) ‘Jogo da Memória’; (6) ‘Escavação Divertida’; (7) ‘A Pré-história em Desenhos de Arte Rupestre’.

¹¹⁰ “(...) em diálogo constante com gestores públicos da área da educação e da cultura dos municípios envolvidos, percebeu-se a necessidade de se instalar um local fixo com medidas protetivas que possa, então, receber adequadamente, o público eleito para a execução das atividades socioeducativas propostas aqui nesse projeto. Assim, elegeu-se a Igreja de Ponta da Serra, como espaço de sociabilidade, divulgação e interação, pois ela se apresenta como um significativo Patrimônio Edificado fixado no alto da Ponta da Serra. Estrategicamente localizada na divisa dos municípios de Dom Inocêncio e Lagoa do Barro do Piauí, neste local será instalado o CEP “Ponta da Serra”, com a proposta de revitalizar o espaço, tendo em vista, a preocupação de fomentar o turismo e estimular nas comunidades, o sentimento de afetividade e pertença em defesa da valorização do patrimônio cultural local e regional” (*op. cit.*, p. 55).

¹¹¹ “O curso de formação para [os] novos artesões (sic) faz parte de um plano de ensino-aprendizagem que tem por objetivo fomentar a sustentabilidade cultural entre os artesãos e as artesãs locais. Para isso, elegeu-se duas manifestações culturais que refletem os modos de viver das populações tradicionais do semiárido nordestino e que possuem um grande potencial de rentabilidade, a cerâmica e o curtume de couro” (*op. cit.*, p. 58).

Novamente, no RIEP são mencionadas outras atividades desenvolvidas a partir do Centro de Educação Patrimonial Ponta da Serra¹¹², como a realização do evento do dia das crianças e XIV Kizomba¹¹³; o desenvolvimento de oficinas culturais com pessoas de diversas faixas etárias; palestras com estudantes da rede de ensino municipal e com os colaboradores do empreendimento; além de visitação guiada à exposição permanente do CEPPS, como exposto na tabela abaixo.

Tabela 3 – Descrição de atividades interativas e público participante de acordo com o RIEP da LT 500 kV Dom Inocêncio - Queimada Nova II.

ATIVIDADES INTERATIVAS E PÚBLICO PARTICIPANTE	QUANTITATIVO
Eventos culturais (Dia das Crianças e XIV Kizomba)	270 participantes
Palestras e oficinas com estudantes e colaboradores da obra de construção da LT	194 participantes
Visitação guiada de turistas e visitantes a exposição do CEPPS	230 visitantes
TOTAL	694 pessoas

Segundo a empresa responsável pelo PIEP, os resultados das ações educativas aplicadas nesse projeto foram promissoras, pois envolveram a participação de inúmeras pessoas em diversos eventos culturais:

O evento do dia da criança contabilizou a participação de 120 pessoas da região de entorno do empreendimento. As atividades de visitação guiada alcançaram cerca de 230 turistas e visitantes. As palestras realizadas com a empreiteira da obra envolveram 50 colaboradores e as realizadas na escola alcançaram cerca de 120 estudantes. Já as oficinas culturais alcançaram 24 pessoas entre crianças, jovens e adultos... O evento do batismo no XIV Kizomba congregou 150 capoeiristas e simpatizantes de vários estados e municípios do Piauí (Archaeo, 2022b, p. 60).

O evento do “Dia das Crianças” foi voltado para as tradições culturais da capoeira, dos jogos indígenas e para a devoção da fé católica. Já o evento do “XIV Kizomba”, um dos maiores encontros regionais de capoeiristas do estado piauiense, contou com a participação de mestres de capoeira das cidades de Petrolina – PE,

¹¹² “Atualmente o CEPPS é mantido por meio da gestão compartilhada entre a Archaeo e o Instituto Ponta da Serra (IPSA), organização sem fins lucrativos, criada para promover a autogestão do espaço” (Archaeo, 2022, p. 19).

¹¹³ É importante salientar que esse evento é o resultado do esforço independente dos grupos de capoeiristas do estado do Piauí, não é um desdobramento direto das ações deste PIEP.

Juazeiro – BA, Picos – PI e Teresina – PI. Um dos objetivos deste evento foi realizar o batismo de 37 jovens capoeiristas de comunidades locais.

As ações continuadas de Educação Patrimonial no CEPPS também contaram com a oficina de confecção de arco e flecha do povo indígena Waurá do Parque Nacional do Xingu – MT. Tal atividade foi ministrada pelo estudante de arqueologia e indígena Kamarifé Waurá que contou com a participação do público infanto-juvenil da comunidade Ponta da Serra, do município de Dom Inocêncio – PI.

As oficinas de arco e flecha e as palestras sobre os modos de saber e fazer da cultura dos povos indígenas possibilitaram a troca de conhecimento e o intercâmbio de experiências entre os sujeitos sociais envolvidos, despertando neles e nelas valores positivos sobre a diversidade cultural, em especial, das culturas ameríndias brasileiras (*op. cit.*, p. 77).

Enquanto que as palestras para os colaboradores da obra “tiveram como objetivo a promoção, valorização e divulgação das culturas indígenas, do CEPPS e dos pontos turísticos às equipes administrativas da Alubar (empreiteira responsável pela construção da LT)”.

Com isso, “buscou-se a conscientização do público gerencial da obra em prol da diversidade cultural”, além de chamar a atenção para o potencial turístico da região. Ao todo, foram realizadas uma palestra com a equipe do escritório da Alubar e uma exposição durante o Diálogo Diário de Segurança (DDS), com os demais colaboradores (*op. cit.*, p. 68).

Com o retorno das aulas presenciais, foram realizadas mais duas palestras para o público escolar, desenvolvidas na Escola Amaro Francisco Gomes na localidade de Santa Teresa, no município de Lagoa do Barro do Piauí – PI. Essas ações abordaram a temática do patrimônio cultural e indígena e abarcaram os estudantes do ensino fundamental, ficando abertas aos professores e a comunidade em geral (*op. cit.*, p. 69).

Já a visita guiada ao CEPPS, conduz o visitante por dois espaços expositivos distintos, um que narra à trajetória das ocupações humanas na região sudeste do Piauí e outro voltado para a valoração da edificação da Igreja Ponta da Serra¹¹⁴.

¹¹⁴ “A história da Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição, conhecida como Igreja Ponta da Serra (município de Dom Inocêncio – Piauí), baseia-se na história oral (Damaceno, 2013). De origem jesuítica com fundação no século XVII, a igreja teria sido construída na forma de uma capela, em 1685, por Frei Henrique, pertencente a uma Ordem de Jesuítas de Portugal. Em 1870, passou por uma reconstrução capitaneada por Henrique José Cavalcante, também conhecido como Frei Henrique, responsável por realizar as igrejas de Remanso (BA), São Raimundo Nonato (PI) e São

“O espaço [da Igreja Ponta da Serra] conta com uma sala de exposição permanente onde foi instalada uma exposição que narra desde o período pleistoceno até o antropoceno, a trajetória das ocupações humanas na região sudeste do Piauí. Outro espaço é a sala de memória, que guarda, de modo muito especial, os ex-votos removidos do altar da igreja, por ora revitalizada pela gestão da Archaeo. A visita guiada finaliza na loja de artesanato, aonde o visitante tem a oportunidade de adquirir produtos da cultura tradicional, e também contribuir com a renda familiar da população tradicional sertaneja” (Archaeo, 2022b, p. 79).

A visita guiada foi avaliada pelos turistas e visitantes sobre os aspectos positivos e negativos da exposição permanente. Segundo a empresa responsável, “os visitantes receberam uma ficha com os conceitos avaliativos de ótimo, bom, regular e ruim”. Assim, 96% dos visitantes avaliaram a exposição do “CEPPS como ótimo; 4% como bom; e nenhuma avaliação com os conceitos de regular e ruim” (*op. cit.*, p. 71).

Já durante as atividades de relacionadas à formação de jovens aprendizes no curso de formação em capoeira, foi realizada uma avaliação amostral com 16 estudantes. Todos consideraram “muito bom” as aulas de capoeira ministradas pelo Mestre Tizil (Antônio Pereira dos Santos), e recomendariam essa atividade para as outras pessoas da sua comunidade. Além disso, é ressaltado que:

“a capoeira enquanto prática corporal potencializou o condicionamento físico, as habilidades motoras, a autoestima e a qualidade de vida de todos os alunos e alunas do curso de formação. Além disso, ampliou o conhecimento das dimensões históricas, culturais e sociais das práticas tradicionais de matrizes africanas e afro-brasileiras. Momento simbólico marcado pela culminância do batismo dos iniciados durante o XIV Kizomba” (*op. cit.*, p. 77).

Por sua vez, as palestras sobre o patrimônio cultural em “sala de aula” repercutiram como tema de prova na disciplina de História na Unidade Escolar Amaro Francisco Gomes, na comunidade Santa Teresa, município de Lagoa do Barro do Piauí. Por fim, os autores deste PIEP enfatizam que “as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas foram primordiais para provocar o interesse de boa parte dos participantes das ações educativas” (*op. cit.*, p. 76). Isso demonstra que a importância da Educação Patrimonial está constituída de todos os processos educativos formais e não formais, a fim de colaborar para o reconhecimento, a valorização e a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro.

João do Piauí (PI). Frei Henrique teria construído a Igreja por cima da capela de pedra ali existente, mantendo sua posição de destaque e de referência na paisagem. Além de ser um marco arquitetônico, passou a ser identificada como um importante centro religioso e social, sendo palco de importantes festividades religiosas na região” (Archaeo, 2022, p. 63).

5.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A quantificação das autorizações de pesquisas arqueológicas no Brasil permitiu estimar o número dessas pesquisas no estado do Piauí, próximo de 2% do total de 25041 autorizações emitidas em todo o território nacional, com uma predominância massiva nesse estado de pesquisas arqueológicas de natureza contratual/preventiva, representando uma grandeza de 93% entre os anos de 2005 até meados do ano de 2023.

Outro destaque desse levantamento foi à constatação do avanço paulatino pelo sertão piauiense de grandes empreendimentos relacionados à produção e distribuição de energia elétrica, em face do potencial dessa região para o aproveitamento econômico da produção renovável de energia de matriz eólica e solar. Essas iniciativas empresariais além de viabilizar o desenvolvimento econômico da região sudeste do Piauí podem também trazer riscos ambientais para a conservação das áreas permanentes dos Parques Nacionais da Serra da Capivara e Serra das Confusões, caso não haja um comprometimento político e social em relação aos projetos de Arqueologia Preventiva e pela preservação dessas importantes áreas arqueológicas do nordeste brasileiro, delimitado pelo extenso agrupamento de sítios arqueológicos.

A quantificação das autorizações de pesquisas arqueológicas no estado do Piauí também possibilitou identificar os potenciais processos de licenciamento arqueológico relacionados ao desenvolvimento dos Projetos Integrados de Educação Patrimonial no território da Serra da Capivara. Todavia, a realização da pesquisa documental no SEI/lphan revelou uma baixa documentação relacionada ao desenvolvimento dos PIEP's nessa região. Essa ausência torna as propostas, as ações e os resultados desses programas a serem conhecidos apenas pelas equipes responsáveis pela sua elaboração (Bezerra, 2010), já que os mesmos também não são publicados e postos em discussão, ocasionando assim na inalterável dissuasão dessa prática na Arqueologia.

Com a utilização do método descritivo para a análise qualitativa dos PIEP's ficou constatado que os relatórios finais (os RIEP's) se diferenciam das propostas iniciais devido às circunstâncias de aplicação dos projetos, como foi observado na mudança dos objetivos específicos e na justificativa do PIEP do Parque Solar Nova

Olinda; na mudança da metodologia do PIEP do Complexo Eólico Lagoa do Barro III; na mudança das atividades interativas do PIEP do Complexo Eólico Dom Inocêncio e do PIEP da LT 500 kV Dom Inocêncio - Queimada Nova II. De maneira geral, evidenciamos pouca divergência teórica entre os PIEP's e os respectivos relatórios integrados, havendo mudanças metodológicas maiores entre o planejamento e a execução das ações interativas desses projetos.

Além disso, observamos uma adequação desses programas para o cumprimento legal da IN/Iphan nº 001/2015, e uma sintonia com os parâmetros estabelecidos pela Portaria Iphan nº 137/2016, que normatizou as novas diretrizes para o desenvolvimento de projetos de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio, fixando algumas referências documentais para essa prática. Tanto a publicação "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos" e o periódico "Educação Patrimonial: inventários participativos" (Florêncio *et al.*, 2014; 2016), complementam as abordagens difundidas pelo Guia Básico de Educação Patrimonial (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999).

Portanto, ao pensarmos sobre os avanços das políticas públicas para a preservação e valorização do Patrimônio Cultural, é notória a grande influência do Iphan para o campo da Educação Patrimonial na Arqueologia a partir do Guia Básico de Educação Patrimonial e de suas respectivas normas (Portaria nº 230/2002, IN nº 001/2015 e a Portaria nº 137/2016). Mas como foi observado ao longo desta pesquisa, sua atuação vai além da publicação de normativas e da fiscalização, produzindo também recomendações e parâmetros para as iniciativas patrimoniais.

Em relação às atividades interativas dos PIEP's, é também destacado a distribuição de folders, livretos e cartilhas, sendo um caminho bastante usual na Arqueologia Preventiva, embora não mais como a principal metodologia dos projetos de Educação Patrimonial nessa área. E apesar das atividades e interações estarem baseadas em abordagens mais dinâmicas, o Guia Básico de Educação Patrimonial continua sendo uma importante referência para a sistematização dessas ações, sendo mencionado em quase todos os PIEP's.

O estudo desses projetos também permitiu observar que os arqueólogos e arqueólogas ficam mais responsáveis pelas atividades de esclarecimento durante as fases de avaliações de impacto ao patrimônio arqueológico, com pouca participação nos Projetos Integrados de Educação Patrimonial, dada a execução desses projetos

justamente na fase de salvamento e monitoramento arqueológico, fato que ocasiona na diminuição da participação desses profissionais na execução do PIEP's, sendo por vezes substituídos por pesquisadores de outras áreas.

Dessa forma, além dos profissionais de Arqueologia (3), evidenciamos a participação das seguintes categorias de profissionais, definidos nos escopos dos projetos como educadores patrimoniais: graduanda em museologia (1); antropóloga (1); cientista social (1); socióloga (1); e historiador/mestre de capoeira (1). Portanto, de cada oito profissionais envolvidos com os programas de Educação Patrimonial, apenas três são arqueólogos (ou profissional em formação), representando um percentual próximo a 37,5%.

Além das etapas de monitoramento e salvamento dificultarem a participação dos arqueólogos de campo nas ações de Educação Patrimonial, também pontuamos que a baixa participação desses profissionais pode estar relacionada à indisposição das empresas em custear a participação dos arqueólogos (as) nesses programas, o que resulta na contratação de pessoas com outras formações ou de profissionais ainda em formação com custo financeiro menor. Assim, observamos que existe a necessidade da ampliação do número de vagas para os arqueólogos no escopo dos PIEP's e investimento na capacitação e qualificação dos mesmos.

Portanto, é fundamental reivindicar a permanente participação desses pesquisadores nos projetos de Educação Patrimonial, uma vez que isso permite integrar as etapas da pesquisa arqueológica aos estudos das diferentes dimensões patrimoniais, tendo em vista que a IN/Ipphan nº 001/2015 ressalta a necessidade de um olhar multidisciplinar aos diversos patrimônios para a execução dos PIEP's.

Embora esse mesmo dispositivo exija a participação de profissionais da educação, não inviabiliza a contribuição dos arqueólogos nesses programas. Mas a formação em algumas empresas de equipes destinadas exclusivamente a Educação Patrimonial certamente contribui para dissociar a pesquisa arqueológica de campo com o processo de extroversão do patrimônio que a mesma elege e pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a descrição dos PIEP's evidenciamos uma constante preocupação das empresas em atender as exigências legais impostas pelo Iphan e pela multiplicação das ações interativas para abranger o máximo de pessoas ao longo dos projetos. Tal fato demonstra a necessidade de um trabalho de conscientização em alta escala, mas também denota limitações para um trabalho direcionado para as questões do patrimônio na valorização da diversidade cultural no Brasil.

Apesar do licenciamento arqueológico ser um processo tecnocrata, regido por instrumentos legais, é importante mencionar que a preservação e gestão do patrimônio arqueológico permeiam continuamente uma base ideológica, passando pela construção da relação entre cultura material e identidade cultural. Além disso, sua relevância social reside justamente no fomento de sua função educativa e do turismo associado à visita de acervos e a sítios arqueológicos, que por sua vez justifica o avanço científico das pesquisas arqueológicas para a salvaguarda desse patrimônio.

Esses inúmeros fatores demonstram a importância da promoção da temática do patrimônio cultural na Arqueologia, seja para discutir o reconhecimento da nossa etnicidade (e alteridade), ou como mecanismo mediador para o desenvolvimento sustentável. Diante desse cenário, temos como tendência projetos de Educação Patrimonial mais abertos à participação social e engajamento com o patrimônio arqueológico, se deslocando do ensino formal da temática patrimonial.

Assim, este estudo contribuiu para delinear o perfil da Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva, considerando os PIEP's abordados na região sudeste do Piauí, demonstrando que essas práticas partem da extroversão do bem material arqueológico acautelado em âmbito federal e se integram ao estudo do patrimônio imaterial local. Certamente, uma mudança estratégica que dialoga com as discussões que permeiam a decolonização da prática arqueológica e da gestão do patrimônio cultural, fomentando outras relações patrimoniais não abrangidas pela cadeia operatória museológica nacional (Moraes Wichers, 2015).

É oportuno salientar que a longevidade dos PIEP's ligados às pesquisas arqueológicas corroboram de sobremaneira para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico brasileiro. Assim, observamos que a continuidade dos PIEP's

está condicionada a atuação de uma mesma empresa nas diferentes etapas do licenciamento arqueológico dentro de uma mesma área de estudo. De acordo com as análises, apenas em tais conjunturas é que as empresas envolvidas nesses processos esquematizam estratégias contextualizadas e de longo prazo.

Todavia, o abaixo volume de PIEP's vinculados aos processos de licenciamento arqueológico abordados nesta pesquisa demonstram que a adesão da Educação Patrimonial não tem sido frequente, não abrangendo nem 10% do volume de pesquisas arqueológicas regidas pela IN/Iphan nº 001/2015 no estado do Piauí. Dessa maneira, recomendamos que os PIEP's também sejam exigidos para os licenciamentos de Nível II, substituindo as atividades de esclarecimentos realizadas nessa categoria. Além disso, é necessário que o Iphan e o Ministério Público façam cumprir as exigências listadas na legislação em sua completude, apresentando, quando for o caso, medidas restritivas às empresas que não o fizerem.

Dessa maneira, uma possibilidade de aprofundamento desta pesquisa é a extensão desse estudo para os outros estados brasileiros, de modo a analisar a especificidade de atuação de outras Superintendências do Iphan. A adição de novos PIEP's abre a possibilidade de uma pesquisa lexicométrica para a análise textual multivariada dos documentos relacionados ao desenvolvimento dos PIEP's, ampliando o arcabouço analítico inicialmente proposto por Carlúcio Baima (2016), replicado aqui por meio do método descritivo para a produção de conhecimento qualitativo acerca da temática.

Finalmente, salientamos que os PIEP's IV e V se destacaram pelo comprometimento com a preservação do patrimônio cultural e pelo engajamento com as comunidades, facultando a autogestão dos recursos culturais pelos moradores locais com a institucionalização de um espaço museal. Embora essa estratégia tenha sido motivada pelo contexto da Pandemia de Covid-19, foi uma solução inovadora para o campo da Educação Patrimonial com a institucionalização do Centro de Educação Patrimonial Ponta da Serra, que permitiu a continuação das ações de patrimonialização pelos agentes locais. Isso demonstra que a participação das comunidades no processo de valorização e gestão do patrimônio é fundamental para dar sentido a preservação desses bens e as exigências dispostas na lei.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mila Simões *et al.* Imagens sonoras. Danças na arte rupestre da Serra da Capivara, Piauí, Brasil – uma introdução. **European Review of Artistic Studies**: vol. 11, n. 2, pp. 22-39, ISSN 1647-3558, 2020.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADE LIMA, Tânia. Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder. **Revista de Arqueologia**, v. 5, n. 1, p. 19-27, 1988. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/65>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2023.
- _____. A terceira margem da Arqueologia Preventiva. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Desafios da Arqueologia e do Patrimônio entre o mercado e a academia**. Juiz de fora: EDUFJF, p. 9-2, 2012.
- AMARANTE, Cristiane Eugênia. Educação Patrimonial para arqueólogos: repensando práticas e criando novos caminhos. **Rev. Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 22-36, 2016.
- BAIMA, Carlúcio de Brito. **A Educação Patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato**: reflexões e contribuições. Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 151 p., 2016.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, 1999.
- BARRETO, Cristiana *et al.* Editorial. **Revista de Arqueologia**. Volume 28, nº 2, 2015.
- BENAVIDES, O. Hugo. Retornando à origem: Arqueologia Social como filosofia latino-americana. Tradução de Sérgio Almeida Loiola, Maria Lemke e Alecsandro José P. Ratts. **Revista Terceiro Incluído: Transdisciplinaridade & Educação Ambiental**, Goiânia, vol. 1, nº 2, p. 164-194, 2011.
- Bauman, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BEZERRA, Marcia. O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-295, jun./dez. 2003.
- _____. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. **Revista de Arqueologia**, n. 21, v. 2, p. 139-154, 2008.
- _____. Nossa herança comum: considerações sobre a Educação Patrimonial na Arqueologia amazônica. In: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (orgs.). **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, v. 2, 1112 p., 2010.
- _____. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n.1, p. 57-70, jan./abr., 2011.

_____. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, ISSN: 2237-8294, julho, 2013.

_____. “Sempre quando passa alguma coisa, deixa rastro” um breve ensaio sobre patrimônio arqueológico e povos indígenas. **Revista de Arqueologia**, volume 24 – N.1: 74-85, 2012.

_____. Na Beira da Cava. Arqueologia, Educação Patrimonial e Direitos Humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n. 2, p. 216-228, 2015.

_____. **Teto e Afeto**: sobre as pessoas, as coisas e a Arqueologia na Amazônia. 1ª ed., GKNoronha. Belém – PA. 108 p., 2017.

BRANCO, Patrícia Martins Castelo; MAGALHÃES, Leandro Henrique. Projeto Educação Patrimonial: uma proposta de prática. **Historiæ**, Rio Grande, 1 (2): 121-134, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro – RJ, 1937.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília – DF, 1961.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília – DF, 1981.

BRASIL. **Resolução Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a Avaliação de Impacto Ambiental. Brasília – DF, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília – DF, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília – DF, 2000.

BRASIL. **Novo Código Florestal**: lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Brasília – DF, 2012.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Brasília, DF, 2015.

BUCO, Cristiane Andrade. O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. **Revista ALTER IBI**, v. 1: 34-45, 2014.

CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. **Resgate** (13) – Artigos & Ensaio, p. 35-42, 2004.

CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria Do Carmo Mattos Monteiro dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p. 52-73, dez/fev., 1999-2000.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura: a opção pela preservação. **Revista do IPHAN: Patrimônio Arqueológico – o desafio da preservação**. Brasília: DF: Iphan, 33: 153-174, 2007.

_____. Arqueologia Preventiva: uma disciplina na confluência da Arqueologia Pública e da Avaliação Ambiental. **Habitus** Goiânia, v. 13, n. 1, p. 5-30, 2015.

CANTARINO, Carolina. Reportagem: a consciência do valor. **Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan**. 2006. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=132>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

CARDOSO, Rosemary Aparecida. **Arqueologia musealizada e Educação Patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 219 f., 2013.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: alguns aspectos desta interface. Amazônia, **Rev. Antropologia** (Online), 6 (2): 442-458, 2014.

CARVALHO, Aline Vieira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. As possibilidades da Arqueologia Pública. Ações do Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp. **Revista História e-História**, ISSN 1807-1783, 2009.

CHAGAS, Mário. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 135-146, 2004.

_____. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. IN: TOLENTINO, Átila (org.). **Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades**. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 03. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, p. 27-31, 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 6ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 288 p., 2017.

COPELAND, Tim. A teacher's guide to maths and the historic environment. Série: **Education on site** – Ed. Mike Corbishley, English Heritage, 1991.

_____. A teacher's guide to geography and the historic environment. Série: **Education on site** – Ed. Mike Corbishley, English Heritage, 1993.

_____. A teacher's guide to using castles. Série: **Education on site** – Ed. Mike Corbishley, English Heritage, 1994.

DEMARCHI, João Lorandi; NITO, Mariana Kimie da Silva. Educação e Patrimônio Cultural: crítica em curso. **Rev. CPC**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 133-147, set./dez., 2022.

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez., 2016.

_____. O que é, afinal, a Educação Patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v.13, n. 25, p. 140-162, jan./set., 2018.

_____. Contribuições do projeto interação para a abordagem educativa do patrimônio cultural. **CEM – Cultura, Espaço & Memória**. V. 12, p. 47-62. DOI: <https://doi.org/10.21747/21821097/cem12a4>, 2020.

DURBIN, Gail *et al.* Learning from Objects – A teacher's guide to learning from objects. Série: **Education on site** – Ed. Mike Corbishley, English Heritage, 1990.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A Arqueologia brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n.2, p. 25-52, 2002.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Território Primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Resenhado por Cristina Barreto. **Revista de Arqueologia**. Volume 24. N. 2: 124-131, 2011.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2ª ed. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014.

_____. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília: Iphan. 134 p., 2016.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Política de Educação Patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**. São Paulo: CPC-USP, n. 27 especial (1), p. 55-89, 2019.

_____. Inventários participativos nas fortificações em Pernambuco: educação patrimonial em contexto de bens culturais valorados e patrimonializados no discurso autorizado do patrimônio. **Sillogés** – v. 5, n. 1, p. 446-462, jan./jul., 2022.

FONSECA DE OLIVEIRA, Rafaela. **Arqueologia Pública e Patrimônio**: o acervo do “Museu da Cidade” e a prática da Educação Patrimonial em Bom Despacho – MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI, 58 f., 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. Pesquisas arqueológicas na região central do Estado de São Paulo – Projeto Fapesp. **Revista Informes**, n. 6, p. 155-174, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. Porto, 41: 23-32, 2001.

_____. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. Versão On-line **Ciência e Cultura**, SBPC, vol. 65, n. 2, São Paulo, abr./jun., 2013.

GASPAR, Meliam Viganó *et al.* Quem somos nós? Ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações. **Habitus**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 146-178, jan./jun., 2020.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo Alonso; CRIADO-BOADO, Felipe. Contra o populismo reacionário: rumo a uma nova Arqueologia Pública. **Antiguidade**. 2018; 92 (362): 507-515. DOI:10.15184/aqy.2017.227.

GUIDON, Niède. Parque Nacional Serra da Capivara: modelos de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 33, p. 75-94, 2007.

HARRISON, Rodney. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. Traduzido por Mariana Petry Cabral. **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, vol. 12, n. 2, p. 84-104, jul./dez., 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Portaria Nº 07, de 01 de dezembro de 1988**. Regulamenta os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País. Brasília, DF: Iphan, 1988.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Portaria Nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Estabelecia os procedimentos para obtenção das licenças ambientais referentes às pesquisas arqueológicas. Brasília, DF: Iphan, 2002.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Instrução Normativa Nº 001, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, DF: Iphan, 2015.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2016.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Status Roda de Capoeira**. Relatório Periódico – UNESCO 2020/2021. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_Roda_de_Capoeira_Integra%2520\(1\).pdf&ved=2ahUKEwjUyK_ng4-BAXUwO7kGHSinDLsQFnoECA0QBQ&usq=AOvVaw0Dwul_AtUMzp1qrlJYhoSr](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_Roda_de_Capoeira_Integra%2520(1).pdf&ved=2ahUKEwjUyK_ng4-BAXUwO7kGHSinDLsQFnoECA0QBQ&usq=AOvVaw0Dwul_AtUMzp1qrlJYhoSr).

Acessado em: 3 de setembro de 2023.

JOHNSON, Matthew. **Teoría arqueológica**: uma introducción. Barcelona: Ariel Historia, 2000.

KEITH, Crispin. A teacher's guide to using listed buildings. Série: **Education on site** – Ed. Mike Corbishley, English Heritage, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LIMA, Leilane Patricia De. **Arqueologia e os indígenas na escola**: um estudo de público em Londrina – PR. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em

Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo – USP, 266 p., 2014.

MAGESTE, Leandro Elias Canaan; ASSIS, Nívia Paula Dias de; VIEIRA, Bruno Vitor Farias. Museu integral da comunidade Lagoa de São Vitor? Interfaces entre Museologia social, desenvolvimento sustentável e educação transformadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio | MAST, vol.10, nº2, pp. 283-302, 2017.

MAGESTE, Leandro Elias Canaan *et al.* Conexões entre arqueologia pública e museologia social: o centro museológico de experimentação comunitária do território quilombola de lagoas, PI. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 12, n. 2 [21], p. 161-180, 2018.

MATOS, A. P. Educação Patrimonial: roteiro para ações educativas em escolas de ensino fundamental. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Maria Helen da Silva Gomes (orgs.). **Arqueologia Pública e Patrimônio: questões atuais**. Editora UNESC. Criciúma – SC, p. 503-525, 2015.

MCGUIRE, Randall. A Arqueologia como ação política: o projeto Guerra do Carvão do Colorado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo, Supl. 3: 387-397. 1999.

MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha; GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. A gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental. In: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus. **Anais do 4º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 457 p., 2016.

MORAES WICHES, Camila Azevedo De. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, volume 27, nº 1, p. 16-39, 2014.

_____. Museus, ações educativas e prática arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experimentações. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol. III, n. 6, p. 109-134, mar./abr., 2015.

NEVES, Eduardo Góes. Existe algo que se possa chamar de “Arqueologia brasileira”? **Estudos Avançados** [online] 28 (83), p. 7-17, 2015.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. Patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº 5, 2017.

NOGUEIRA, Claudio. Apresentação. **Caderno temático de Educação Patrimonial nº 5**. João Pessoa: IPHAN: PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto De. **Educação Patrimonial no Iphan**. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública (CGE/DFR/ENAP). Brasília, DF; 131 p. 2011.

POLO, Mario Junior Alves. O Termo de Ajuste de Conduta entre as práticas do Iphan para Arqueologia: avaliação de uma década de conflitos e negociação. **Revista de Arqueologia**, volume 31, nº 1, p. 151-171, 2018.

PONTES, Ludimila. Cartografias afetivas: mapeamento da memória escolar em São Gabriel da Cachoeira. **Caderno temático de Educação Patrimonial** nº 5. João Pessoa: IPHAN: PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, p. 57-72, 2016.

PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO. **Serra da Capivara**. Disponível em: <https://vivaosemiarido.org.br/serra-capivara>. Acesso em: 7 de novembro de 2024.

QUEIROZ, Hemano Fabrício Oliveira Guanais. O patrimônio cultural imaterial e a força normativa da convenção para (da) humanidade. **Cadernos NAUI**, v. 9, n. 17, jul./dez., 2020.

REPEP [REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL]. **Princípios da Educação Patrimonial**. Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Principios%20da%20Repep.pdf>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2023.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória (1979-1990) – verbete. In: **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacaonacional-pro-memoria-1979-1990>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. **Parque Nacional Serra da Capivara e Comunidade: Educação, Preservação e Fruição Social** – um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí, Brasil. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geologia da UTAD, Departamento de Território, Arqueologia e Patrimônio do Instituto Politécnico Tomar, Portugal, 2011.

LIMA, Bruno P. **Sambaqui da Beirada: Arqueologia na praça**. Direção: Bruno P. Lima. Produção: Bruno P. Lima e Lina Kneip. Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ e Central de Produção Multimídia da Escola de Comunicação da UFRJ, 2000. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1R8JOLue4J4>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

SANTANA OLIVEIRA, Jaime. **A Educação Patrimonial como estratégia de Arqueologia Pública na área do Parque Nacional da Serra da Capivara**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI, 95 f., 2014.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**. São Paulo: CPC-USP, n. 27 especial (1), p. 14-31, 2019.

_____. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo? Dossiê – **Identidades, Patrimônios e Educação em Perspectiva Internacional**: questões para o século XXI. Educ. Soc., Campinas – SP, v. 43, 2022.

SEGALA, Lygia. Identidade, Educação e Patrimônio: o trabalho do Laboep. Dossiê – Línguas do Brasil. **Patrimônio**: Revista Eletrônica do Iphan. 2006. Disponível em: <https://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=138>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias. Educação Patrimonial e Políticas de Escolarização no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 467-489, abr./jun., 2016.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu Da; BEZERRA, Marcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Associação Brasileira de Antropologia – ABA, 2007.

SIQUEIRA, Claudio Marcio Barbosa. **A Educação Patrimonial na Arqueologia brasileira**: um estudo de caso no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI, 112 f., 2014.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e Patrimônio Cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, São Paulo, n. 19, p. 80-108, jun., 2015.

SMITH, Laurajane. Discourses of Heritage: implications for archaeological community practice. **Open Edition Journals** – Questions du temps présent. El pasado-presente como espacio social vivido: identidades y materialidades en Sudamérica y más allá, 2012.

_____. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, p. 23-72, 2009.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento; THOMPSON, Analucia. A Educação Patrimonial no âmbito da política nacional de patrimônio cultural. **Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 5**. João Pessoa: IPHAN: PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, p. 12-24, 2016.

SOUZA, Laize Carvalho. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. **Cadernos do Lepaarq**, v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dez. 2018.

SOUZA, Pedro Diniz Coelho; MERCURI, Juliana. Educação Patrimonial e conhecimento colaborativo em projetos de meio ambiente cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Maria Helen da Silva Gomes (orgs.). **Arqueologia Pública e Patrimônio**: questões atuais. Editora UNESC. Criciúma – SC, p. 473-501, 2015.

THIESEN, Beatriz Valladão. Antes da poeira baixar: reflexões sobre uma Arqueologia do passado recente. **Memorare**, v. 1, p. 222-226, 2013.

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 104 p., 2012.

_____. **Educação Patrimonial**: educação memórias e identidades. Caderno Temático Nº 3. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 108 p., 2013.

TOLENTINO, Átila Bezerra *et al.* (orgs.). **Educação Patrimonial**: diálogos entre escola, museu e cidade. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 4. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 116 p., 2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 5. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2016.

_____. **Educação Patrimonial**: práticas e diálogos interdisciplinares. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 6. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2017.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. **Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 5**. João Pessoa: IPHAN: PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, p. 39-48, 2016.

_____. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés** – v.1, n.1, jan./jul., 2018.

VALERA, António Carlos. Discurso científico em Arqueologia: a necessidade do conhecimento se conhecer. Lisboa: **Era Arqueologia SA**, 2008.

WEFFORT, Francisco Correia. Educação e Política (reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade). In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra Ltda, 1967.

RELATÓRIOS TECNOCIENTÍFICOS CONSULTADOS

A LASCA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Parque Eólico Oitis 8**. No município de Dom Inocêncio, estado do Piauí, 2019.

A LASCA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Oitis 8**. No município de Dom Inocêncio, estado do Piauí, 2020.

A LASCA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Oitis 9**. No município de Dom Inocêncio, estado do Piauí, 2021.

ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Programas de Preservação de Sítios Arqueológicos e de Educação Patrimonial no Complexo Eólico Lagoa do Barro III – Piauí**. No município de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí, 2019.

ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Cultural do Complexo Eólico Dom Inocêncio**. Nos municípios de Dom Inocêncio e Lagoa do Barro Piauí, estado do Piauí, 2019b.

ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Relatório Final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Cultural Tombados Valorados e Registrados e do Programa Integrado de Educação Patrimonial do Complexo Eólico Lagoa do Barro III – Piauí**. Nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí, 2020.

ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Projeto do Programa de Gestão do Complexo Eólico Dom Inocêncio**. Nos municípios de Dom Inocêncio e Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí, 2020b.

ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Projeto do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na LT 500 kV Dom Inocêncio – Queimada Nova II.** Nos municípios de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova, estado do Piauí, 2021.

ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Relatório Final:** Gestão do Patrimônio Arqueológico no Complexo Eólico Dom Inocêncio. Nos municípios de Dom Inocêncio e Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí, 2022.

ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS LTDA. **Relatório Final:** Gestão do Patrimônio Arqueológico na área da Linha de Transmissão – LT 500 kV Dom Inocêncio. Nos municípios de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova, estado do Piauí, 2022b.

SABERES CONSULTORIA LTDA. **Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Complexo Eólico Lagoa do Barro III.** Nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Dom Inocêncio e Queimada Nova, estado do Piauí, 2018.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Solar Nova Olinda 1-14.** No município de Ribeira do Piauí, estado do Piauí, 2016.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Monitoramento Arqueológico – Relatório Final.** Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Solar Nova Olinda 1-14. No município de Ribeira do Piauí, estado do Piauí, v. 2, 2017.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa Integrado de Educação Patrimonial – Relatório Final.** Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico - Parque Solar Nova Olinda 1-14. No município de Ribeira do Piauí, estado do Piauí, v. 3, 2017b.

ANEXOS

I. Quadro de imagem do PIEP do Parque Solar Nova Olinda.

IMAGENS	DESCRIÇÃO
  	Exposição itinerante como ferramenta de apoio pedagógico.
 TERRITÓRIOS E MEMÓRIAS diálogos sobre o patrimônio arqueológico e cultural de São João do Piauí e Ribeira do Piauí Convidamos você a conversar a respeito dos territórios onde sua vida é tecida. Lugares marcados por memórias, saberes e lutas. Esse diálogo tem origem no licenciamento do Parque Solar Nova Olinda e da Linha de Transmissão 500kV Nova Olinda. Em atendimento à legislação brasileira, foram realizadas pesquisas arqueológicas e um levantamento de bens e referências culturais, resultando na identificação de 23 sítios arqueológicos e 46 referências culturais na sua região. Essa exposição compõe o Programa de Educação Patrimonial voltado à divulgar esses resultados e, mais que isso, a provocar diálogos sobre possíveis caminhos para a preservação e uso sustentável desses patrimônios. 	Painel didático disposto na exposição itinerante.
 MÚLTIPLOS CENÁRIOS DE OCUPAÇÃO Um pouco das histórias contadas a partir da Arqueologia Como seria a nossa vida sem as coisas que nos cercam? A Arqueologia é uma forma de ler o mundo a partir das coisas produzidas, utilizadas e descartadas por homens, mulheres e crianças. Nas pesquisas realizadas na sua região, diversos lugares, chamados de sítios arqueológicos, foram estudados, muitos com ferramentas de pedra lascada, mas, também, com pinturas rupestres, potes de barro e restos de antigas fazendas. Foram coletadas cerca de 5 mil peças, que passaram por etapas de limpeza, catalogação e análise. Quem morou nesses lugares? Onde estão essas pessoas? Qual a relação que temos com essas histórias? 	Painel didático disposto na exposição itinerante.



Formação continuada dos professores da rede municipal de ensino do município de Ribeira do Piauí.



Oficinas e apresentações para os estudantes da rede municipal de ensino do município de Ribeira do Piauí.

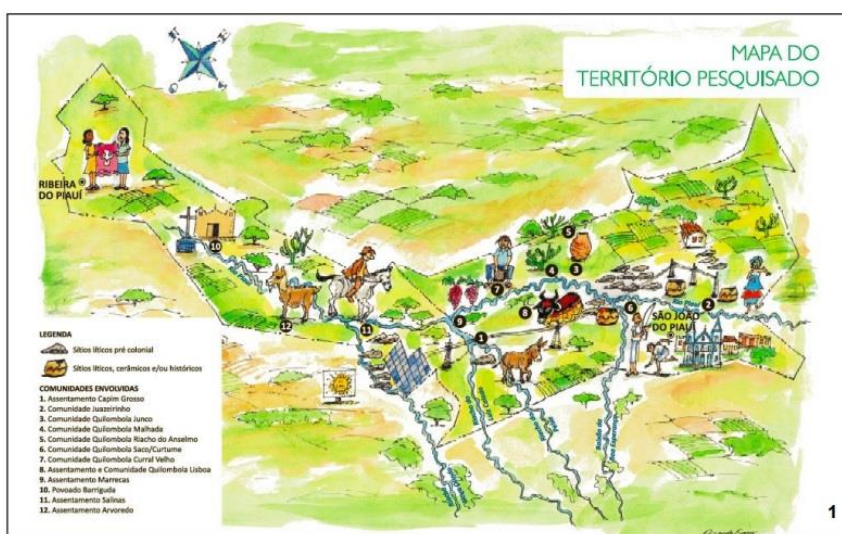


Rodas de conversa com as comunidades do município de Ribeira do Piauí.



Stand de Arqueologia na Semana do Meio Ambiente da Enel.

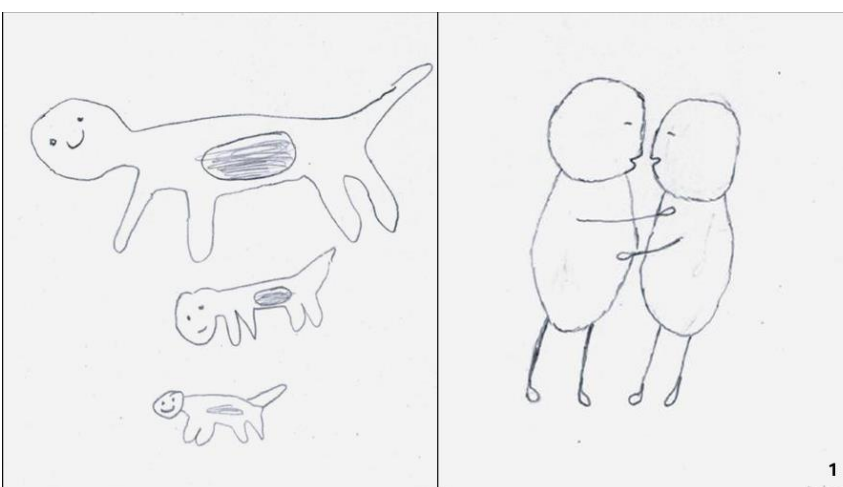




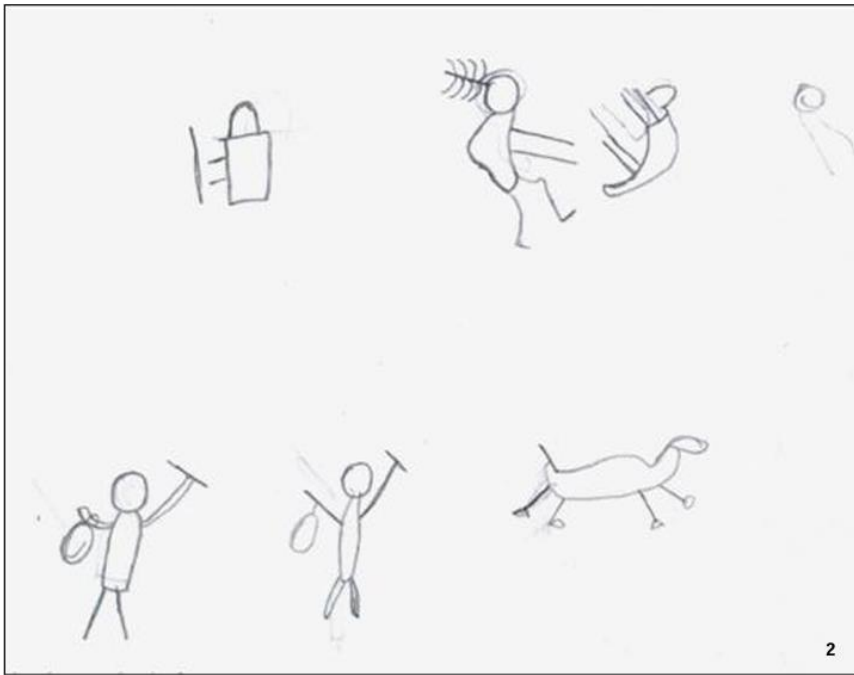
Mapa cultural com representações das referências culturais no território de Ribeira do Piauí.



Forma de interação com o mapa cultural do município de Ribeira do Piauí.



Desenhos artísticos elaborados pelos estudantes da rede municipal de ensino com temática recorrente de pinturas rupestres.

	Desenhos artísticos elaborados pelos estudantes da rede municipal de ensino com temática recorrente de pinturas rupestres.
--	---

II. Quadro de imagem do PIEP do Complexo Eólico Lagoa do Barro III.

IMAGENS	DESCRIÇÃO
	Apresentação do projeto “Capoeira pedagógica” para as turmas do ensino infantil da Unidade Escolar Amaro Francisco Gomes, na localidade de Santa Teresa, município de Lagoa do Barro do Piauí.



Exercício de alongamento em forma de brincadeira com crianças da educação infantil da Unidade Escolar Amaro Francisco Gomes, na localidade de Santa Teresa, município de Lagoa do Barro do Piauí.



Movimento de esquiva na capoeira repassado para os alunos e alunas da educação infantil.



Roda de capoeira com os alunos e alunas da educação infantil.



Exercício de golpes individuais de capoeira para as turmas do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental.



Aula de musicalidade para as turmas do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental.



Aula teórica com exposição de vídeo documentário sobre a capoeira e as tradições quilombolas para as turmas do 6º e 7º ano do ensino fundamental.



Roda de capoeira para as turmas do 6º e 7º ano do ensino fundamental.



Aula de ginga na capoeira para as turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental.



Aula de musicalidade para as turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental.



Participação dos estudantes da Unidade Escolar Amaro Francisco Gomes no evento cultural do Kizomba realizado no município de São João do Piauí.



Entrega de corda aos estudantes do 4º e 5º ano que foram graduados no evento Kizomba em São João do Piauí.



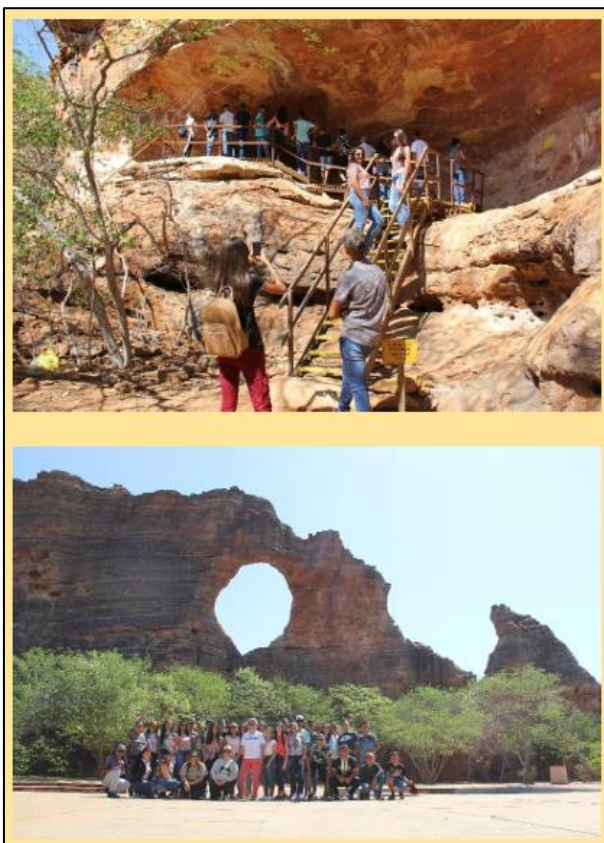
Aula de encerramento do projeto “Capoeira pedagógica”.



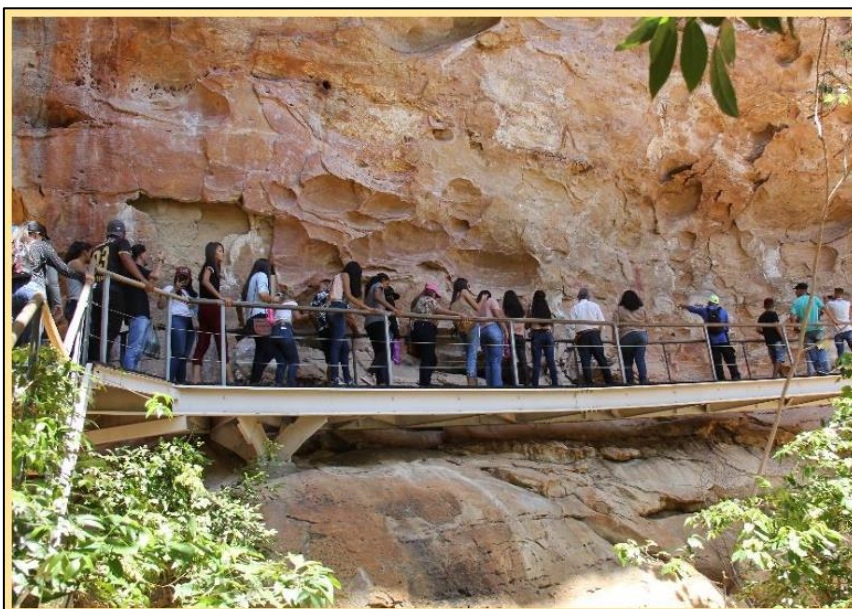
Visita dos estudantes da rede de ensino público do município de Lagoa do Barro do Piauí ao Museu do Homem Americano.



Visita dos estudantes da rede de ensino público do município de Lagoa do Barro do Piauí ao Museu do Homem Americano.



Visita guiada dos estudantes da rede de ensino público do município de Lagoa do Barro do Piauí ao Parque Nacional Serra da Capivara.



Visita guiada dos estudantes da rede de ensino público do município de Lagoa do Barro do Piauí ao Parque Nacional Serra da Capivara.

	Visita guiada dos estudantes da rede de ensino público do município de Lagoa do Barro do Piauí ao Parque Nacional Serra da Capivara.
--	---

III. Quadro de imagem do PIEP dos Parques Eólicos e LT Oitis.

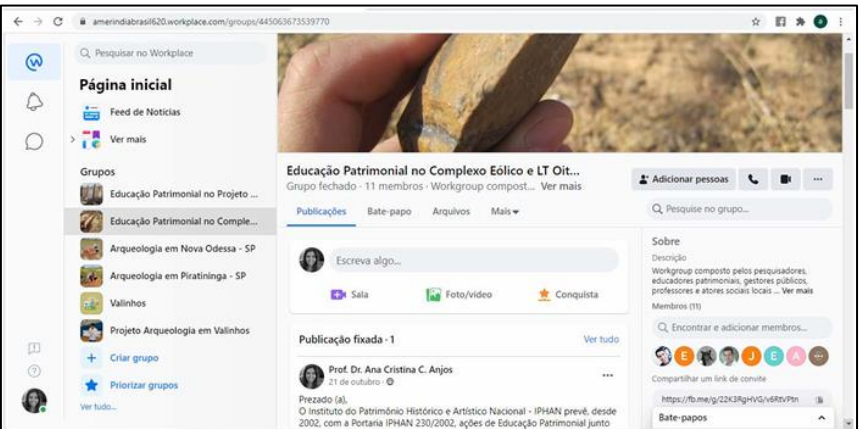
IMAGENS	DESCRIÇÃO
	Ambiente virtual do PIEP.



Figura 4.23: Mobilizadores locais a caminho para os encontros.



Figura 4.24: Aspecto de encontro comunitário.



Figura 4.25: Aspecto de encontro comunitário.



Figura 4.26: Aspecto de encontro comunitário.

Encontros comunitários promovidos pelos interlocutores locais.

O que é patrimônio cultural?

O **patrimônio cultural** é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas culturais, lugares e objetos presentes na história de um grupo e que foram transmitidos entre várias gerações.

São exemplos: a paisagem do bairro, o jeito de preparar uma comida, uma dança, uma brincadeira, uma técnica.

E a arqueologia?

Arqueologia é a ciência que estuda a cultura por meio dos vestígios materiais – tudo aquilo que foi produzido, utilizado e descartado pelo ser humano –, para entender as ocupações humanas em diferentes períodos em uma localidade.

Em campo, os arqueólogos buscam esses **fragmentos de objetos**, que podem estar em superfície, enterrados, ou até submersos. Para um **outro exemplo**, eles podem não parecer importantes, mas, quando analisados em conjunto pelos especialistas, trazem muitas informações sobre nossos antepassados e a história daquela localidade.

Os **bens arqueológicos** também fazem parte do patrimônio cultural e são protegidos por lei.

Que tipos de vestígios podem ser encontrados?

pedras lascadas para se tornarem facas, rapadeiras e pontas de flechas, feitos por povos pré-históricos	desenhos pintados ou gravados em algaras e lapidos, sambaquis e fogueiras	pedraças de panelas e potes de cerâmica indígena, pedras, machadinhos e moles de pedra, pedra polida	restos de construções, amarrações e ferramentas antigas, louças, ferraduras e farrapos
---	--	---	--

Por que precisamos preservar os bens culturais?

O conhecimento dos nossos bens culturais e o cuidado que nos dispomos a ter com eles – **conhecer, integrar, participar e preservar** – são importantes para a construção da nossa cidadania.

Essas ações tornam maior a nossa autoestima como comunidade e nos ajudam a dar ainda mais valor aos variados traços culturais do nosso país, pois permitimos que todos essa diversidade e a **nostra identidade brasileira**.

O **patrimônio cultural** é um direito dos cidadãos e, por isso, é protegido por lei.

O **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** é a autarquia federal responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Qual é o papel do construtor na preservação do patrimônio?

Antes de implantar um empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, o empreendedor é responsável por desenvolver um processo de licenciamento ambiental. Os **estudos arqueológicos preventivos** são parte desse processo e permitem ao autorizador do projeto para avaliar impactos.

Os arqueólogos da ALASCA ARQUEOLOGIA estão na sua região, porque foram contratados para executar um projeto de **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico** ou de **Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico**.

Se forem encontrados sítios arqueológicos durante a pesquisa, eles serão cadastrados no **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/Iphan** e serão apontadas ações que visam sua preservação.

Alguns instrumentos regulatórios que orientam os empreendedores arqueológicos e a sociedade em geral para a preservação do patrimônio arqueológico:

- Lei n. 3.924/61
- Instrução Normativa n. 1/2016, do Iphan
- Portarias 7/86, 137/2016, 895/2016 e 196/2016, do Iphan

Para saber mais sobre os estudos que estão sendo feitos em sua cidade, disponibilizamos informações específicas em nossos canais:

[alascaconsultoria](https://www.alascaconsultoria.com.br)
R.D.O.
alascaconsultoria.com.br

A participação da população local no cuidado com os sítios arqueológicos é fundamental.

Caso encontre vestígios arqueológicos na sua cidade, comunique a superintendência do Iphan da região.

Para saber mais, visite o portal do Iphan:
www.iphn.gov.br

IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

alasca arqueologia

Por que o patrimônio cultural é tão importante?

O patrimônio cultural interliga as pessoas, constrói seu sentido de identidade e mantém viva sua memória.

O conhecimento dos **bens culturais**, entre eles os arqueológicos, arqueológicos, históricos, artísticos e religiosos, é determinante para a construção da nossa cidadania.

Estudando e conhecendo mais sobre o patrimônio cultural, você pode contribuir para a preservação do patrimônio cultural e a construção da nossa cidadania.

Folder abordando a questão da importância do patrimônio cultural distribuído durante a primeira fase do PIEP.



Figura 4.57: Atividade de elaboração do cordel com o Sr. João Dias.



Figura 4.58: Aspecto da atividade.



Figura 4.59: Aspecto da atividade.



Figura 4.60: Aspecto da atividade.

Encontros virtuais durante a realização do “GT Cordel”.



Compartilhamento do cordel “Os primeiros habitantes de Dom Inocência” no ambiente virtual do PIEP.



Figura 4.68: Aspecto de encontro com a Comunidade Moreira.



Figura 4.69: Aspecto de encontro.

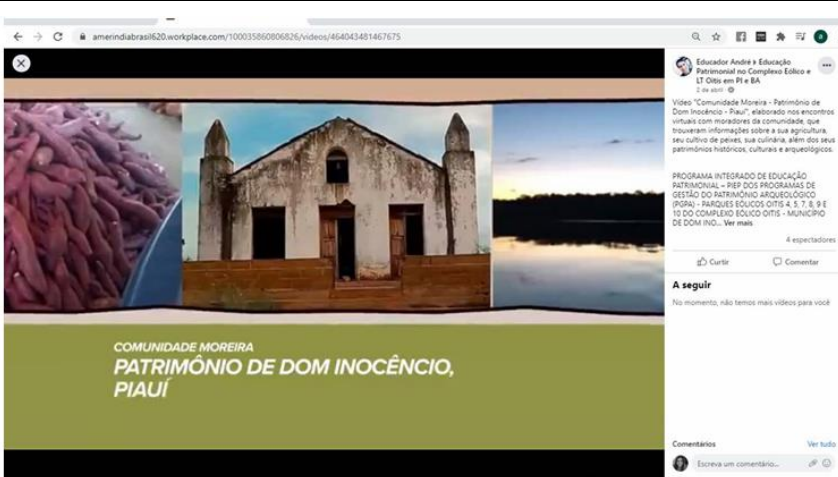


Figura 4.70: Aspecto de encontro.

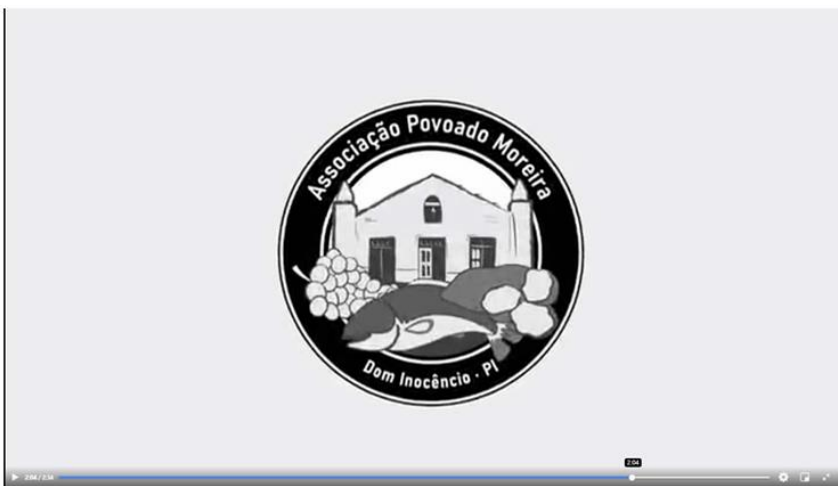


Figura 4.71: Aspecto de encontro.

Encontros virtuais durante a realização do “GT Comunidade Moreira”.



Material audiovisual produzido a partir dos encontros virtuais do “GT Comunidade Moreira”.



Logo marca da associação de pescadores produzido a partir dos encontros virtuais do “GT Comunidade Moreira”.



Convite virtual do workshop para os educadores da Secretaria Municipal de Educação do município de Dom Inocência – PI.

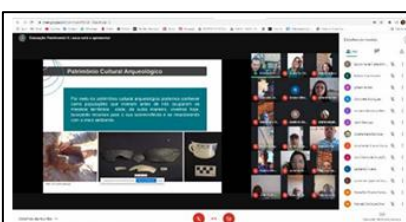


Figura 4.90: Aspecto do workshop.



Figura 4.91: Aspecto do workshop.

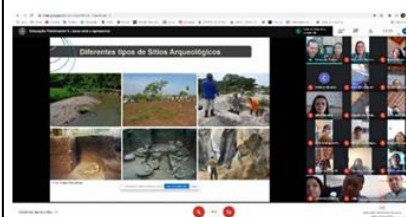


Figura 4.92: Aspecto do workshop.



Figura 4.93: Aspecto do workshop.

Realização do workshop com os educadores da Secretaria Municipal de Educação do município de Dom Inocência – PI.

IV. Quadro de imagem do PIEP do Complexo Eólico Dom Inocência.

IMAGENS	DESCRIÇÃO
 CURSO DE CAPOEIRA	Curso continuado de capoeira na comunidade Cacimbas, no município de Lagoa do Barro do Piauí.
	Visita guiada a exposição permanente do CEPPS.



Ativz

Visita guiada de estudantes da rede municipal de ensino a exposição permanente do CEPPS.



Você está convidado
para a entrega dos
certificados

Monitores Turísticos

16 de julho de 2022
• 10:30h

Centro de Educação
Patrimonial Ponta da Serra

IFPI Campus São João e
Archaeo Pesquisas
Arqueológicas

Convite para a
cerimônia de
certificação do Curso
de Monitores
Turísticos.



Oficina de luta Huka-Huka ministrada pelo Xinguano Kamarifé Waurá.



Palestra sobre o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Dom Inocêncio para a equipe técnica da Enel Green Power.

 84 Gestão do Patrimônio Arqueológico no Complexo Eólico	Solenidade de entrega do título de Território Indígena Kariri da Serra Grande, estando da esquerda para a direita: Osvaldina (Quilombola), Maria (Cacique Kariri), Kamarifé Waurá (Xinguano) e Maria Rosalina (CONAQ).
I FESTIVAL DE ARTES DA PONTA DA SERRA O I Festival de Artes Ponta da Serra foi uma iniciativa da Archaeo Pesquisas Arqueológicas em parceria com IPSA, Prefeituras de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova. Contou ainda com a doação de vários itens de limpeza, alimentos e tintas dos comércios locais. O Festival foi realizado no dia 13/11/22 e buscou valorizar os artistas locais e também mostrar um caminho para a sustentabilidade do Centro de Educação Patrimonial Ponta da Serra (CEPPS), uma vez que 10% da comercialização do artesanato e dos alimentos/bebidas foram destinados para o Instituto Ponta da Serra (IPSA), ong que realiza a gestão do CEPPS. A programação envolveu Feira de Artesanato, Concurso de Música, Artes Plásticas e Poesia. As inscrições envolveram 59 artistas locais, entre 9 a 77 anos, de nove municípios. Em especial houve a participação de nove pacientes da saúde mental de Dom Inocêncio que legaram pinturas em telas para o concurso de Artes Visuais e tiveram quase a totalidade de suas obras vendidas. O evento obteve a participação de cerca de 300 pessoas que prestigiaram e movimentaram as vendas de artesanato e alimentos/bebidas. O tema do Festival foi "Meio Ambiente e Cultura" objetivando contextualizar os objetivos da ODS/ONU, divulgando o Desenvolvimento Sustentável e buscando o respeito ao meio ambiente e a inclusão social. 	Descrição do 1º Festival de Artes de Ponta da Serra.

V. Quadro de imagem do PIEP da LT 500 kV Dom Inocêncio - Queimada Nova II.

IMAGENS	DESCRIÇÃO
	Batizado de estudantes no XIV Kizomba, realizado no CEPPS na comunidade de Ponta da Serra, município de Dom Inocêncio – PI.
	Oficina de arco e flecha para as crianças da comunidade de Ponta da Serra, município de Dom Inocêncio – PI.



Oficina de arco e flecha para as crianças da comunidade de Ponta da Serra, município de Dom Inocêncio – PI.



Distribuição de material explicativo no canteiro de obra do empreendimento.



Estudantes durante palestra explicativa na Unidade Escolar Amaro Francisco Gomes, na comunidade de Santa Teresa, município de Lago do Barro do Piauí.